

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

VINÍCIUS FRANZONI DELMIRO

**A TRAJETÓRIA CIENTÍFICA DE OLIVÉRIO PINTO: A ZOOLOGIA DE CAMPO
NO BRASIL EM MEADOS DO SÉCULO XX (1929-1979)**

Rio de Janeiro

2023

VINÍCIUS FRANZONI DELMIRO

**A TRAJETÓRIA CIENTÍFICA DE OLIVÉRIO PINTO: A ZOOLOGIA DE CAMPO
NO BRASIL EM MEADOS DO SÉCULO XX (1929-1979)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Magali Romero Sá

Rio de Janeiro

2023

VINÍCIUS FRANZONI DELMIRO

**A TRAJETÓRIA CIENTÍFICA DE OLIVÉRIO PINTO: A ZOOLOGIA DE CAMPO
NO BRASIL EM MEADOS DO SÉCULO XX (1929-1979)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Magali Romero Sá (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Lorelai Brilhante Kury (PPGHCS/COC/FIOCRUZ)

Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira (Departamento de História/UFC)

Suplentes

Prof.^a Dr.^a Ingrid Fonseca Casazza (Pós-doutoranda PPGHCS/COC/FIOCRUZ)

Prof.^a Dr.^a Alda Lucia Heizer (ENBT/JBRJ)

Rio de Janeiro

2023

D359t Delmiro, Vinicius Franzoni.

A trajetória científica de Olivério Pinto : a zoologia de campo no Brasil em meados do século XX (1929-1979) / Vinicius Franzoni Delmiro. – Rio de Janeiro, 2023.
143 f. ; il.

Orientadora: Magali Romero Sá.
Dissertação (Mestrado Acadêmico em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz.

Bibliografia: f. 132-136.

1. História Natural. 2. Disciplinas das Ciências Naturais.
3. História do Século XX. 4. Brasil.

CDD 509

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Responsável pela elaboração da ficha catalográfica: Marise Terra - CRB6-351

À minha família e à Ciência.

AGRADECIMENTOS

Depois de uma longa jornada como é o mestrado, é importante agradecer os que estiveram junto comigo nessa trajetória e também os que tornaram possível que o mestrado acadêmico se tornasse realidade para mim. Vamos a elas:

Agradeço primeiramente à minha família, meus pais e minha irmã, que estiveram comigo diariamente durante estes dois anos, e que me ajudaram nos momentos de maior aflição, escutaram minhas reclamações e lamentos e me ajudaram da melhor forma que puderam.

Ao meu vô, as minhas tias e aos demais familiares, que sempre me apoiaram mesmo sem entender exatamente qual era o meu trabalho.

À minha orientadora, prof.^a Magali Romero Sá, pessoa extremamente agradável e acolhedora. Me ajudou em absolutamente em todos os momentos e me deu todo o suporte necessário para a realização deste trabalho. Não poderia ser mais grato.

Aos membros da banca, prof. Almir Leal, que foi meu orientador no período da graduação na UFC, pessoa pela qual tenho profundo respeito e admiração intelectual. À prof.^a Lorelai Kury, de quem tive a oportunidade de ser aluno durante o mestrado e que me ajudou a agregar conhecimentos e reflexões como historiador das ciências.

À prof.^a Alda Heizer, com quem tive a oportunidade de cursar uma disciplina como aluno externo antes de ingressar no mestrado e que me apoiou imensamente para que eu estivesse aqui hoje. À prof.^a Ingrid Fonseca, com quem tive a oportunidade de cursar uma das disciplinas do primeiro semestre e que teve seu trabalho como uma das principais referências desta pesquisa.

Aos professores do PPGHCS, especialmente com quem tive oportunidade de dialogar durante as aulas.

Aos professores da graduação em História na UFC, que foram muito importantes para minha formação como historiador.

Ao meu grande amigo e colega do PPGHCS, Emanuel Rodolpho, por toda a trajetória que trilhamos juntos desde a graduação, por compartilhar as tristezas e as alegrias da vida acadêmica.

Aos colegas de turma de mestrado de 2021 do PPGHCS, que apesar da distância física, sempre apoiaram uns aos outros.

Aos amigos da época da graduação, em especial Beto Sousa, Wladimir e Keyla, pelas conversas e pelo apoio. Ao meu amigo João Neto, pelas conversas sobre literatura, cinema e música. Aos meus amigos de infância, Júnior e Dudu. Ao meu amigo Pedro Felipe, pelas conversas sobre música.

Aos servidores da secretaria do PPGHCS, que sempre foram muito solícitos em ajudar no que fosse preciso.

Às servidoras do Museu de Zoologia da USP, especialmente a Carmina Lupo que possibilitou acesso à documentação de grande valia para esta pesquisa. À Dione Serripieri, pelo envio dos arquivos solicitados. Agradeço também ao MZ/USP e ao Prof. Luís Fábio Silveira, pelas fotografias concedidas para ilustrar esse trabalho.

Agradeço a todos aqueles que durante o período pandêmico, tiveram que sair de suas casas e trabalhar para fornecer atendimento e suporte aqueles que precisaram.

Por fim, agradeço à CAPES, pelo financiamento desta pesquisa com uma bolsa de estudos.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado trata da trajetória científica do zoólogo Olivério Mário de Oliveira Pinto (1896-1981), estudioso no campo da ornitologia onde desenvolveu inúmeros trabalhos científicos e de divulgação científica ao longo de quatro décadas. Ao longo desse período, Olivério produziu estudos nos campos da taxonomia, da morfologia e da zoogeografia das aves, fosse através de trabalhos de campo ou de gabinete. Trabalhou também na divulgação do conhecimento científico aos naturalistas amadores e na edição da legislação referente à caça e pesca no Brasil em meados dos anos 1930 e 1940, tendo participado de associações como o Clube Zoológico do Brasil e o Conselho Florestal de São Paulo, onde atuou visando a delimitação de áreas verdes a serem preservadas. Além dos trabalhos como zoólogo, Olivério ocupou o cargo de diretor do Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura de São Paulo, de 1939 a 1956, estabelecendo relações com instituições museológicas no exterior, especialmente nos EUA, com instituições como o Museu de Zoologia Comparada de Harvard e o Los Angeles County Museum. Olivério também publicou trabalhos a respeito da história da zoologia e da ornitologia no Brasil, bem como traduzindo obras de naturalistas estrangeiros que percorreram o Brasil entre os séculos XVII e XIX.

ABSTRACT

This master's thesis explores the scientific trajectory of the zoologist Oliverio Mario de Oliveira Pinto (1896–1981), a scholar in the field of ornithology, where he wrote scientific papers and practiced scientific dissemination over four decades. During that time, Oliverio developed studies in areas of knowledge such as taxonomy, morphology, and bird's zoogeography, working both in the field and the office. He was also involved in disseminating scientific knowledge to amateur naturalists and editing the legislation regarding hunting and fishing in Brazil in the mid-1930s and 1940s. He participated in associations such as the Clube Zoológico do Brasil and the Conselho Florestal de São Paulo, where he acted with the delimitation of green areas. In addition to his work as a zoologist, Oliverio held the position of director of the Department of Zoology as the Secretary of Agriculture of São Paulo, from 1939 to 1956, establishing relationships with museum institutions abroad, especially in the USA, with institutions such as the Museum of Comparative Zoology from Harvard and the Los Angeles County Museum. Oliverio also published works on the history of zoology and ornithology in Brazil, translating works by foreign naturalists who traveled throughout Brazil between the 17th and 19th centuries.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	pág. 12
2 O INÍCIO DA TRAJETÓRIA CIENTÍFICA DE OLIVÉRIO PINTO E A ZOOLOGIA NO BRASIL NOS ANOS 1930.....	pág. 21
2.1 Breve panorama da ciência brasileira na virada do século XIX para o século XX.....	pág. 21
2.2 Olivério Pinto e o Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura de São Paulo.....	pág. 31
2.3 Olivério Pinto para além do Departamento de Zoologia: o Clube Zoológico do Brasil e o Conselho Florestal de São Paulo.....	pág. 39
3 EXPEDIÇÕES DE CAMPO E O ESTUDO DA ORNITOLOGIA.....	pág. 50
3.1 Taxonomia, morfologia e zoogeografia nos estudos de Olivério Pinto.....	pág. 50
3.1.1 Olivério Pinto no Museu Paulista.....	pag. 63
3.1.2 As primeiras expedições do Departamento de Zoologia.....	pág. 66
3.1.3 As expedições do Departamento de Zoologia ao Norte e Nordeste.....	pág. 70
3.2 Ornitólogos, coletores e amadores.....	pág. 80
3.2.1 Coletores do Museu Paulista e do Departamento de Zoologia.....	pág. 85
3.2.2 O caso do coletor Alfonso Maria Olalla (1899-1971)	pág. 90
3.2.3 Profissionalização dos cientistas e financiamentos de pesquisa.....	pág. 96
4 OLIVÉRIO PINTO E A HISTÓRIA DA ZOOLOGIA NO BRASIL.....	pág. 103
4.1 Os trabalhos de tradução e comentários de naturalistas estrangeiros.....	pág. 103
4.1.1 O legado de Olivério Pinto nas obras traduzidas e comentadas: uma análise ornitológica.....	pág. 105
4.2 Os escritos de Olivério Pinto sobre a história da zoologia e da ornitologia no Brasil.....	pág. 113
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	pág. 128
FONTES.....	pág. 131

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....pág. 137

ANEXOS.....pág. 142

1 INTRODUÇÃO

Olivério Mário de Oliveira Pinto (1896-1981) foi um zoólogo que se especializou no estudo das aves (ornitologia) ao longo de sua trajetória profissional e, ainda hoje, é considerado uma das maiores referências nos estudos de taxonomia e sistemática das aves brasileiras. Nascido em Jaú (SP), em 1896, Olivério se mudou com a família ainda jovem para a Bahia, onde cursou a Faculdade de Medicina. O início da trajetória de Olivério, como zoólogo, se deu em 1929 quando ingressou no Museu Paulista como assistente na Seção de Zoologia do Museu. Antes disso, Olivério realizava alguns estudos por conta própria, tendo desde o início, privilegiado os estudos sobre as aves e os mamíferos da fauna brasileira. Não me ocuparei nesta pesquisa em estudar propriamente a história pessoal de Olivério Pinto, até porque me faltam fontes suficientes para tal empreitada. Os tipos e quantidades de fontes às quais tive acesso durante a realização desta dissertação, me possibilitaram focar em estudar essencialmente os aspectos profissionais e científicos da trajetória deste zoólogo.

Dessa forma, o estudo aqui proposto pretende abarcar os diversos aspectos da vida profissional de Olivério Pinto, como por exemplo, qual tipo de zoologia estava sendo praticado no Brasil no período estudado (especialmente no Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo); a história das instituições das quais fez parte e as conexões científicas que efetuou ao longo de sua trajetória; a sua atuação como divulgador da ciência e tradutor e comentarista de obras históricas de naturalistas estrangeiros. Além disso, através do estudo da obra de Olivério Pinto é possível termos um panorama sobre vários temas relacionados ao estudo da história natural, como a questão da conservação ambiental que estava em pauta nos anos 1930 e 1940 no Brasil dentre outras questões que serão abordadas posteriormente.

Além de suas atividades científicas, objetivo também tentar entendê-lo para além da figura de um importante estudioso das aves que foi analisando seu papel como diretor do Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura por aproximadamente 17 anos, e suas atividades como membro de clubes e conselhos de cunho científico da época. Olivério Pinto

era um cientista que estava inserido em coletivos de pensamento¹, atuando de forma conjunta em temas que estavam mobilizando a comunidade científica brasileira das décadas de 1930, 1940 e 1950, como a questão da preservação e conservação da fauna e da flora do país e a questão da zoogeografia e da distribuição da fauna pelas regiões do território nacional. Ou seja, ao mesmo tempo em que Olivério atuava entre os zoólogos brasileiros, participava também da comunidade de ornitólogos e assim como boa parte da comunidade científica brasileira (formada por zoólogos, botânicos, médicos, antropólogos etc.) que tinham como pauta a conservação ambiental naquele momento.

Sendo assim, não pretendo me estender muito nos aspectos biográficos do personagem aqui estudado, porém julgo serem necessárias algumas linhas nesse sentido, para melhor ambientar os leitores à esta pesquisa. Apesar de ter sido zoólogo institucionalizado durante boa parte de sua vida e ter seus trabalhos reconhecidos dentro e fora do Brasil, a formação acadêmica de Olivério foi em medicina, na Faculdade de Medicina da Bahia, onde se formou em 1921, tendo defendido a tese de doutoramento em 1922 intitulada “Sobre o valor do exame do líquido cefaloracheano no diagnóstico da syphile nervosa”. Depois de concluir sua formação, Olivério se mudou para o interior de São Paulo, onde trabalhou como médico clínico em algumas cidades e também como professor em algumas instituições de ensino superior,

¹ Utilizo aqui o conceito de coletivos de pensamento, do médico e filósofo polonês Ludwik Fleck (FLECK,2010), para me referir aos diferentes espaços sociais, políticos e acadêmicos nos quais Olivério Pinto esteve inserido ao longo de sua trajetória, lidando com questões de diferentes naturezas. Ao mesmo tempo em que estava engajado em coletar espécimes e estudar a taxonomia e a zoogeografia das aves, discutindo entre seus pares, Olivério também se comunicava com o público dos naturalistas amadores se atentando a questões mais práticas.

A pauta preservacionista entre os cientistas brasileiros foi intensificada entre os anos 1920 e 1940. Sobre este tema, destaco: DRUMMOND e FRANCO, 2009; CASAZZA, 2017. Sobre a questão da relevância da zoogeografia, destaco: DUARTE, 2014.

tendo ajudado a fundar a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, quando ensinou História Natural (NOMURA, 1984).²

Ingressou institucionalmente na zoologia em 1929, quando foi admitido como assistente interino no Museu Paulista tendo se dedicado ao estudo dos animais (em especial as aves), e a várias outras atividades, como a de diretor do Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura. Para além destas funções, Olivério participou de associações independentes como o Clube Zoológico do Brasil e também esteve diretamente ligado às questões relacionadas à preservação ambiental, integrando o Conselho Florestal do Estado de São Paulo entre as décadas de 1930 e 1940.

Foi no Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo que passou a maior parte de sua trajetória profissional. Esta instituição foi criada em 1939, pelo governo do estado, para alocar as coleções científicas herdadas da antiga Seção de Zoologia do Museu Paulista. Esse processo ocorreu durante a gestão de Affonso Taunay, que desejava transformar o Museu Paulista num lugar essencialmente dedicado à memória nacional. Assim que o Departamento de Zoologia foi criado³ Olivério foi nomeado diretor, função que já vinha exercendo na Seção de Zoologia no Museu Paulista antes do seu desmembramento. Permaneceu como diretor da nova instituição até 1956, quando se aposentou por tempo de serviço prestado. No entanto, Olivério manteve suas atividades na instituição como pesquisador e trabalhou até final da década de 1960. Durante essas pouco mais de três décadas em que esteve no Departamento de Zoologia, participou e incentivou inúmeras expedições científicas - estando presente em várias delas - no propósito de coletar espécimes para estudos e aumentar a já extensa coleção zoológica herdada do Museu Paulista. Olivério desejava que a instituição servisse de referência para todos os zoólogos que necessitassem realizar estudos sobre as coleções lá existentes e também que o lugar fosse um espaço aberto ao público em determinados momentos, pois a instituição seria destinada à instrução pública na tentativa de aguçar a curiosidade dos jovens que se sentissem interessados pelo mundo da zoologia (SILVA, M., 2006).

² NOMURA, Hitoshi. Olivério Pinto (1896-1981). Personalidades e Instituições. Ciência e Cultura. São Paulo: Edição 07, 1984.

³ O processo de desmembramento do Museu Paulista ocorrido no final dos anos 1930 será explicado mais detalhadamente ao longo do capítulo 2.

Através deste estudo e do mapeamento das obras produzidas, dos artigos publicados, das viagens que Olivério Pinto realizou, dos espaços científicos dos quais fez parte, podemos ter uma noção do que era a zoologia no Brasil em meados do século XX, em especial, a zoologia de campo. É importante também ressaltar a atenção que os estudos no campo da zoologia aplicada receberam no Brasil durante as primeiras décadas do século XX, voltado para os organismos causadores de doenças que faziam parte do rol de enfermidades que as instituições de saúde pública da época trabalhavam para combater, principalmente a entomologia com o mapeamento dos insetos vetores de doenças, a malacologia, a aracnologia, a herpetologia, entre outros (SÁ, 2010). Portanto, a chamada “biologia aplicada” desenvolvida nas instituições de pesquisa como o Instituto Oswaldo Cruz, Instituto Bacteriológico de São Paulo e Instituto Butantan recebia uma maior atenção dos cientistas e do poder público, por conta do caráter utilitário deste tipo de ciência que estava a serviço da saúde pública, enquanto as pesquisas zoológicas taxonômicas e de sistemática de outros grupos se concentravam mais nos espaços dos museus, especialmente o Museu Nacional, o Museu Paraense e o Museu Paulista. Todavia, é importante ressaltar a interação que havia entre as pesquisas realizadas nos Museus e que serviam de suporte e alicerce para a realização de pesquisas mais específicas.

A respeito da zoologia de campo, segundo Kohler (2002), durante as décadas entre o final do século XIX e o início do século XX, a biologia praticada no espaço do laboratório tinha mais reconhecimento e destaque, pois o laboratório era visto como um espaço onde os experimentos teriam um grau elevado de precisão. Experimentos com genética passaram a dirigir a atenção dos pesquisadores. Era o campo da biologia com grande destaque na época, em detrimento da taxonomia tradicional. As atividades de coleta de campo eram muitas vezes consideradas mais como atividade de lazer de naturalistas amadores, apesar de serem indispensáveis para os taxonomistas envolvidos no levantamento da fauna e da flora dos diferentes ecossistemas.

Os trabalhos de Olivério eram quase todos centrados no campo da Sistemática e da Taxonomia, fosse na revisão da nomenclatura, na descrição de novas espécies ou na catalogação e inventário das espécies de uma região específica, sendo a principal obra do ornitólogo, o “Catálogo das Aves do Brasil”, dividida em duas partes que foram publicadas, respectivamente, em 1938 e 1944. Dentre os diversos artigos publicados nas revistas das instituições das quais fez parte, destacam-se os publicados nas duas revistas do Departamento de Zoologia, a “Papéis Avulsos” e a “Arquivos de Zoologia”, que continuam a serem publicadas nos dias atuais pelo Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (MZ/USP).

Outro tema que interessava bastante a Olivério era a zoogeografia, analisando a ocorrência das espécies de aves de uma determinada região e as variações geográficas ao longo das regiões do país. Além disso, outra questão que recebia frequente atenção de Olivério Pinto, era em relação a análise da situação da flora das regiões estudadas, sempre vendo o desmatamento como um perigo para a fauna e a flora. A escrita de textos direcionada aos amadores, fossem coletores não profissionais em regiões mais distantes ou caçadores que praticavam a atividade por hobby ou divertimento nas horas de lazer, era outro tema de interesse deste ornitólogo brasileiro. Para esses, Olivério escrevia dicas e apontamentos sobre maneiras de caçar as aves, ou então como conservar melhor os espécimes coletados.

Olivério produziu uma extensa quantidade de trabalhos no campo da ornitologia, entre 1931 e 1979, quando publicou sua última obra, intitulada "A Ornitologia no Brasil através das idades (Século XVI a Século XIX)". Um ponto interessante, é que durante sua trajetória ele conseguiu realizar expedições para vários estados brasileiros, de diferentes regiões, e quando não conseguia participar diretamente da viagem, enviava assistentes ou contatava coletores, de forma que, quando deixou a direção do Departamento de Zoologia, a instituição possuía coleções de aves de praticamente todas as regiões do país, sendo uma das maiores coleções ornitológicas da América Latina. Entretanto, é importante lembrar que, quando Olivério ingressou no Museu Paulista, em 1929, a instituição já contava com uma ampla coleção de aves e mamíferos, haja vista que o primeiro diretor do Museu, Herman von Ihering (1850-1930), não mediu esforços para que a instituição angariasse boas coleções no campo da zoologia, tornando-a referência nos estudos da zoologia sul-americana. Dessa forma, tudo indica que Olivério trabalhou muito mais no sentido de aperfeiçoar as coleções e de dar seguimento aos contatos com algumas das redes de coletores, museus nacionais e internacionais e vendedores de coleções que já existiam, do que propriamente dar um novo caráter à seção de zoologia do Museu Paulista, que veio a se tornar o Departamento de Zoologia em 1939 (SILVA, M., 2006).

Dessa forma, um dos pontos deste trabalho, é entender - através da pesquisa de Maurício Cândido da Silva (2006) - os pilares de fundação do Museu Paulista, enquanto instituição voltada para o estudo das coleções de História Natural, especialmente de zoologia; as mudanças que ocorreram sob a administração de Afonso Taunay, período no qual Olivério ingressou na instituição, e o caráter que ele deu ao Departamento de Zoologia enquanto diretor durante pouco mais de 17 anos; e posteriormente, após a aposentadoria de Olivério, a transferência da instituição para a Universidade de São Paulo (USP). De certo modo, torna-se relevante estudar todo esse processo e a importância de Olivério Pinto no direcionamento dos rumos do

Departamento de Zoologia, para entender a formação do que hoje é o Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (MZ/USP).

As fontes que utilizo para esta pesquisa são, em sua maioria, a produção bibliográfica do próprio Olivério, desde pequenos artigos até as obras mais extensas. Além disso, utilizo fontes hemerográficas como notícias de jornais e de revistas de divulgação científica, como a revista *Fauna* (SP), e alguns outros artigos e obras de outros autores que foram publicados nas revistas do Departamento de Zoologia, fosse na *Arquivos de Zoologia* ou na *Papéis Avulsos*.

Olivério fez parte do que Schwartzman (2001) chamou de primeira geração de zoólogos no Brasil, que apesar de terem conquistado lugares nos espaços institucionais, não tinham propriamente formação na área, pois não havia cursos superiores de zoologia no Brasil na época. Desta forma, a grande maioria destes profissionais tinham formação acadêmica em medicina, e estudavam a zoologia ou em laboratórios, onde estudavam zoologia voltada para a questão da saúde pública, ou em museus, com estudos de taxonomia e sistemática, a partir de coleções científicas. Ou seja, a formação desses cientistas se deu muito mais de forma autônoma e na prática das atividades de campo e de laboratório, do que propriamente em cursos especializados.

Em 1969, o antigo Departamento de Zoologia passou a ser chamado de Museu de Zoologia da USP (MZ/USP), e assim permanece até os dias atuais, com a instituição estando sob a guarda da respectiva Universidade. O MZ/USP possui hoje um considerável acervo de coleções científicas, especialmente na área da ornitologia, que foi uma área do conhecimento privilegiada por várias gerações do Museu, desde o primeiro diretor do Museu Paulista, Herman von Ihering e seu filho Rodolpho von Ihering (1883-1939), que eram entusiastas das coleções de aves, especialmente as do continente sul-americano.

Quando o Museu Paulista foi fundado, no final do século XIX, e teve como primeiro diretor, Herman von Ihering, a instituição foi direcionada para se destacar na área da zoologia sul-americana, campo de pesquisa do então diretor, que possuía experiência e várias conexões com outras instituições da região, especialmente na Argentina, como aponta Lopes (2001). Dentro do grande universo da zoologia, se destacavam três áreas: a malacologia, que era o principal campo de estudo de Ihering, a mastozoologia e a ornitologia.

Para além do espaço dos museus, as expedições e os espaços abertos por elas percorridos também são espaços privilegiados do estudo da zoologia. Kohler (1996), nos apresenta uma infinidade de possibilidades de temas a serem estudados, através das viagens de

campo, inclusive dentro da zoologia. Além das atividades desenvolvidas nos museus, como a classificação, catalogação e exposição dos espécimes, é importante voltar os olhos para entender como os espécimes eram coletados e quem os coletava, e em quais contextos. Dessa forma, um dos objetivos da pesquisa que resultou nesta dissertação, foi estudar a zoologia de campo no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1960, tendo como referência, os estudos e viagens realizados por Olivério Pinto e os assistentes do Departamento de Zoologia do Estado de São Paulo, e entender as contribuições deste personagem para o acervo das coleções e da biodiversidade da riquíssima fauna aviária do Brasil, que tem grande parte do acervo concentrado no Museu de Zoologia da USP.

Segundo Aleixo e Straube (2007), as coleções científicas de aves possuem diferentes funções e servem para muitos propósitos na ciência atualmente. Para eles, as coleções de aves, servem para diversas pesquisas e trabalhos nas áreas da sistemática, da taxonomia, da anatomia, biogeografia, dentre outras áreas. E para além dos propósitos propriamente científicos que as coleções possuem, estas ainda podem servir como ótimas ferramentas na questão educacional. A utilização de coleções na formação de alunos não somente na graduação, mas também na educação básica, vem melhorando a qualidade da educação ambiental, servindo como ótimos recursos educacionais em exposições. Ainda segundo estes ornitólogos, pelos dados do Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos de 2007, o Brasil possui 1801 espécies de aves, sendo que ao lado de Colômbia e Peru, o Brasil é um dos países que possui maior riqueza na diversidade de aves.

As coleções ornitológicas no Brasil, concentram-se em três grandes centros de pesquisa, que não por acaso, são as três instituições de maior longevidade no Brasil, a saber: o MZ/USP, o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Nacional. De acordo com Aleixo e Straube (2007), estas três instituições possuem acervos mais diversos e que abrangem várias áreas do território nacional e sul-americano, sendo que estas possuem cerca de 80% das espécies de aves taxidermizadas em museus e instituições de pesquisa no Brasil. Os autores citam uma lista de outras instituições em todas as regiões no Brasil, que possuem coleções de aves, no entanto eles ressaltam, que na maioria dos casos, trata-se de coleções de menor relevância e que abarcam, quase sempre, a fauna local e das proximidades.

Com base nas questões colocadas nos parágrafos anteriores, a estrutura desta dissertação possui três capítulos, sendo que a trajetória de Olivério Pinto não é abordada em

ordem cronológica. Os capítulos giram em torno de temas relevantes a serem tratados dentro da trajetória deste zoólogo, consonantes com os objetivos traçados anteriormente.

Nesse sentido, no capítulo dois, traço um breve panorama das principais instituições científicas no Brasil, existentes entre o final do século XIX e o início do século XX, que se destacaram por dar ênfase a estudos zoológicos, especialmente no campo da entomologia, devido ao estudo dos insetos vetores de doenças investigados essencialmente pelos Institutos Butantan e Oswaldo Cruz, com destaque especial para a história do Museu Paulista, lugar onde Olivério iniciou efetivamente sua trajetória como zoólogo. Posteriormente, com os rearranjos institucionais ocorridos durante os anos 1930 e 1940, analiso a separação das seções do Museu Paulista, e a criação do Departamento de Zoologia, ligado à Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo, que foi chefiado por Olivério em seus primeiros anos. Ainda neste capítulo, estudo a inserção de Olivério Pinto no Clube Zoológico do Brasil e no Conselho Florestal Estadual de São Paulo, onde foram discutidas questões relacionadas à escrita da legislação referentes à caça e pesca no Brasil, as delimitações das primeiras áreas de proteção ambiental e as ideias vigentes em torno da defesa da fauna e da flora do país que estavam em voga naquelas décadas.

No capítulo três, tendo como principal objeto de estudo as expedições científicas, analiso em um primeiro momento as questões relacionadas à sistemática, à taxonomia e à zoogeografia, que eram os principais interesses de Olivério Pinto, identificando as principais referências utilizadas pelo ornitólogo brasileiro. Posteriormente estudo a forte relação existente na ornitologia, entre os zoólogos, os coletores e os amadores, destacando o papel relevante e a forte tradição de estudos amadores que existe no campo da ornitologia. Em uma análise de caso, utilizo o exemplo de Alfonso Olalla (1899-1971), coletor equatoriano que contribuiu de forma significativa para as coleções do Museu Paulista e do Departamento de Zoologia, apesar de nunca ter estabelecido vínculos institucionais no Brasil. Destaco a relação de parcerias estabelecidas entre Olivério e Olalla, principalmente no que diz respeito as coleções de aves e mamíferos da região amazônica, adquiridas pelo Departamento de Zoologia através deste coletor.

Olivério também se destacou pelas contribuições e atuações no campo das traduções de obras de naturalistas estrangeiros e nos escritos sobre a história da zoologia e da ornitologia no Brasil. Ao que parece, Olivério tinha largo conhecimento em francês e alemão, pois traduziu e comentou algumas das obras de naturalistas que estiveram no Brasil, como foram os casos de

Marcgrave (1610-1644) no século XVII e Maximilian Wied-Neuwied (1782-1867) no XIX. Em meio ao grande boom editorial que ocorreu no Brasil em meados do século XX, Olivério esteve atuante, tendo traduzido e comentado números da Coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional, iniciativa do sociólogo Fernando de Azevedo (1894-1974), que nos anos 1950 organizou a primeira compilação de textos sobre a história das ciências no Brasil embebido pelas ideias de que a ciência seria a chave para que o Brasil superasse o atraso econômico e social. Com textos separados pelas respectivas áreas do conhecimento, a coleção intitulada “As Ciências no Brasil” de Fernando de Azevedo, contou com o apoio de especialistas em diversas áreas, tendo Olivério Pinto contribuído no capítulo sobre a zoologia no Brasil, assunto que será tratado no capítulo quatro.

2 O INÍCIO DA TRAJETÓRIA CIENTÍFICA DE OLIVÉRIO PINTO E A ZOOLOGIA NO BRASIL NOS ANOS 1930

2.1 Breve panorama da ciência brasileira na virada do século XIX para o século XX

Na segunda metade do século XIX, os museus brasileiros, especialmente o Museu Nacional e outros museus que surgiram nas províncias e estados até o final do século XIX – como o Paraense, o Paranaense, o de Amazonas e o Paulista - foram os locais, por excelência, do processo de institucionalização das Ciências Naturais no Brasil (LOPES, 2009). Desde o período colonial, muitos foram os naturalistas estrangeiros que vieram ao Brasil em busca de coletar espécimes para levar à Europa, com diferentes intuítos. A partir do estabelecimento do Museu Nacional, se deu início a um estudo mais permanente e prolongado da natureza brasileira, especialmente da zoologia e da botânica, com a formação de algumas coleções ao longo do século XIX.

A zoologia no Brasil, enquanto campo de conhecimento estabelecido, teve seu primeiro local de forma institucional no Museu Nacional, com diversas coleções sendo formadas durante o século XIX, incluindo aí as zoológicas. O processo de institucionalização das Ciências Naturais no país ocorreu no final do século XIX, tendo como local privilegiado os museus de História Natural, além do Museu Nacional, os que foram criados no país naquela época, como o Museu Paulista e o Museu Paraense (LOPES, 2009). Inseridos dentro de um contexto internacional de expansão dos museus, estas instituições brasileiras tentaram se integrar a este movimento através do estudo aprimorado das coleções, com grandes esforços nos campos da sistemática e da taxonomia, que eram expostas através dos catálogos de compilação de espécies que as instituições produziam. Para além do caráter da pesquisa científica, estas instituições também tinham grande preocupação com a instrução pública, caracterizando-as como locais de divulgação do conhecimento científico, especialmente através das exposições das coleções e também de espaços anexos que algumas dessas instituições possuíam, como jardins botânicos e zoológicos.

O Museu Nacional, fundado em 1818, sob governo da Família Real Portuguesa, foi criado aos moldes dos museus europeus da época, sendo local privilegiado de classificação e estudo de coleções de História Natural, assim como de instrução, através das visitas. Durante os anos 1870 e 1880, sob a direção de Ladislau Neto (1838-1894), o Museu passou por algumas mudanças, entre elas a edição de novos regulamentos que foram dando nova face à instituição, colocando-a em sintonia com o movimento internacional dos museus na época. A contratação de profissionais estrangeiros, a inserção dos naturalistas-viajantes no quadro institucional, as trocas de espécimes com instituições na Europa e nos EUA, a participação em exposições universais representando o Brasil especialmente na área da arqueologia e etnografia, marcaram as últimas décadas do século XIX do Museu Nacional (LOPES, 2009).

Dentre as coleções da instituição, encontravam-se espécimes, fósseis e artefatos nas áreas da zoologia, da botânica, da geologia, da paleontologia, da arqueologia e da etnografia. As coleções geológicas tiveram grande incremento durante a direção de Ladislau Neto, em grande parte devido as coletas realizadas pela Comissão Geológica do Império - comandada por Charles Frederick Hartt (1840-1878) - que contribuiu não somente com a área da geologia, mas com ricas coleções na área da Zoologia. Outro geólogo importante que foi integrante da Comissão Geológica, foi Orville Derby (1851-1915), que depois da extinção da Comissão realizou trabalhos para o Museu Nacional e, posteriormente em 1885, foi contratado pela província de São Paulo para integrar a Comissão Geológica e Geográfica de São Paulo⁴, se tornando figura importante no processo de criação do Museu Paulista.

A arqueologia, com o estudo dos povos nativos, também ocupou espaço privilegiado neste período, onde foram coletados diversas ossadas e artefatos de povos indígenas no território brasileiro, promovendo em 1882, a Exposição Antropológica Brasileira, que foi apreciada nacional e internacionalmente.

⁴ A Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo foi uma iniciativa do governo da então província de São Paulo nos anos 1880, em contratar cientistas como Alberto Loefgren, Orville Derby, Herman von Ihering, Frank Dafert e Edmundo Navarro de Andrade, a fim de estudar a natureza do território paulista sob o ponto de vista da geologia, da geografia, da zoologia e da botânica, para dimensionar os recursos naturais dos quais o estado dispunha, tendo sido inspirada pela Comissão Geológica do Império, chefiada por Charles Frederic Hartt.

Durante as últimas décadas do século XIX, o Museu Nacional foi marcado por várias transformações e implementações. A instalação do Laboratório de Fisiologia Experimental, dirigido inicialmente pelo francês Louis Couty (1854-1884), foi importante local de pesquisas sobre veneno de cobras, estudos sobre o café e plantas tóxicas. A divulgação dos trabalhos realizados por integrantes do Museu foi impulsionada pela publicação dos *Arquivos do Museu Nacional*, sendo não só um meio de difusão dos trabalhos do Museu, mas também de tornar o próprio Museu conhecido e respeitado internacionalmente, principalmente através da publicação de artigos e trabalhos de cientistas respeitados na Europa e EUA.

Outra mudança importante ocorrida no Museu Nacional nesse período, foi o estabelecimento de concurso para o cargo de naturalista na instituição. Lopes (2009) aponta que esta iniciativa deu maior reconhecimento social da profissão dos naturalistas, haja vista que até então quase todos os naturalistas eram contratados sem nenhum método rigoroso de seleção. A seleção estabelecida pelo Museu era composta por provas de dissertação escrita e oral e de uma prova prática, sendo que a publicação de artigos e obras era um ponto bastante relevante para a seleção. Além da contratação de naturalistas através de concursos, a contratação de naturalistas estrangeiros foi outro êxito do período Ladislau Neto, pois traziam maior respaldo científico à instituição. Fritz Müller (1822-1897), zoólogo alemão, foi naturalista contratado do Museu durante muitos anos, e era conhecido internacionalmente pela defesa que fazia das ideias de Darwin. Estabeleceu residência na região de Santa Catarina e de lá enviava frequentemente espécimes dos mais variados tipos de insetos, mas foi demitido em 1890, pois o novo regulamento da instituição exigia a assinatura diária de presença e o zoólogo não chegou a visitar a então Capital Federal durante anos. Outro zoólogo contratado pelo Museu Nacional, que depois se tornou subdiretor da seção de zoologia, foi Emílio Goeldi (1859-1917), suíço que anos depois, após a demissão de Müller, saiu do Museu Nacional e foi convidado pelo governo do Pará para dirigir o Museu Paraense, tendo dado uma nova identidade à esta instituição. Além de Goeldi, Herman von Ihering foi outro zoólogo estrangeiro contratado pelo Museu Nacional, devido ao reconhecimento que seus trabalhos tiveram na Alemanha e na Europa. Ihering trabalhou no Museu Nacional de 1883 até 1891, tendo coletado espécimes pela região sul do país, onde estabeleceu residência durante alguns anos no Rio Grande do Sul. Posteriormente, depois de ter se desligado do Museu Nacional, Derby seria responsável por convencer Hermann von Ihering a dirigir a seção de zoologia da Comissão Geológica e Geográfica de São Paulo, seção esta que depois viria a integrar o que veio a se tornar o Museu Paulista (LOPES, 2009).

Em São Paulo, havia interesse de partes da elite de fundar um museu desde os tempos do Império, seguindo os rumos de valorização da ciência, tanto para soluções práticas, como para instrução popular. Devido à expansão da agricultura cafeeira voltada para a exportação, as elites paulistas estavam auferindo lucros vultosos e tinham grande interesse na ciência prática, especialmente em questões voltadas para soros e vacinas contra animais peçonhentos e contra doenças contagiosas, várias delas trazidas pelos imigrantes europeus que vinham trabalhar nas plantações de café. Nesse sentido, foram criadas instituições como o Instituto Bacteriológico, o Instituto Butantan, o Museu Paulista e décadas depois o Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal.

O Museu Paulista, inicialmente uma seção da Comissão Geológica do estado, agregou algumas coleções particulares compradas pelo próprio estado, que continham espécimes de zoológicos e botânicos, fósseis e artefatos históricos e coleções numismáticas. Derby, enquanto geólogo da Comissão, foi figura importante para trazer Herman von Ihering para ser diretor da nova instituição, que ganhou um caráter de museu essencialmente voltado para a zoologia, devido à sua formação e, em grande parte, seus interesses particulares.

Enquanto esteve na direção do Museu, Ihering promoveu esforços no intuito de formar coleções e poder assim, servir como instituição de referência nos estudos em várias áreas, especialmente na zoologia. Desde o início, e segundo o próprio regulamento da instituição, o Museu Paulista seria um museu dedicado à História Natural. Herman von Ihering procurou, durante o período em que foi diretor da instituição, privilegiar a zoologia, especialmente a zoologia sul-americana, através de intensos contatos com outros museus na América do Sul e na Europa (LOPES, 2009). Além das próprias coleções adquiridas inicialmente das coleções Sertório e Pessanha, Ihering intercambiou coleções com museus norte-americanos e europeus. Grola (2014) explica que, pela falta de bons coletores em algumas regiões do país e devido às dificuldades de se obter coleções de todo o território brasileiro, muitas vezes, era mais fácil e até rentável obter coleções conseguidas por coletores de instituições estrangeiras, que segundo Ihering, eram geralmente mais bem classificadas, de forma mais detalhada sob o ponto de vista da taxonomia, em relação aos espécimes coletados por brasileiros.

As viagens de campo também tiveram papel importante na formação das coleções do Museu, tendo como um dos principais coletores durante os primeiros anos, Ernesto Garbe (1853-1925), que percorreu o Rio Juruá na região amazônica em 1901 e boa parte do estado de São Paulo nos anos seguintes, a serviço do Museu Paulista. Garbe inicialmente prestou serviços

como coletor para o Museu Paulista, vendendo espécimes, e posteriormente foi contratado pela instituição. Apesar da compra de coleções ter sido comum durante a gestão de Herman von Ihering, Grola (2014) afirma que a maior parte das coleções foram adquiridas pelos coletores a serviço da instituição, e que boa parte dos trabalhos publicados pelos cientistas se davam com base nas coleções da própria instituição.

Dentre os ramos com as maiores coleções, se destacavam os insetos, os mamíferos e as aves. Este último ramo ocupava lugar privilegiado, haja vista o interesse de Ihering e de seu filho Rodolpho em catalogar as espécies de aves do estado de São Paulo, e também, a publicação do Volume I do Catálogos da Fauna Brasileira, que foi intitulado “As Aves do Brasil”. Além das aves, foram publicados catálogos sobre as aranhas de São Paulo, sobre as vespas sociais do Brasil, peixes de água doce, dentre outros. Boa parte dos trabalhos publicados pelos cientistas do Museu, no ramo da zoologia, eram de cunho taxonômico, fossem no intuito de catalogar espécies, revisar nomenclaturas ou descrever novas espécies encontradas. Para além dos trabalhos de taxonomia, que eram os mais comuns, havia também trabalhos que versavam sobre a zoogeografia e a biologia, no intuito de conhecer melhor o ambiente em que viviam as espécies, porém de uma forma um tanto rudimentar e extremamente descritiva, sem estabelecer maiores relações dos animais com o meio ambiente. As coleções adquiridas pelo Museu Paulista, fosse através do trabalho dos coletores da instituição, de doações de particulares, da contratação de coletores amadores ou da compra de coleções, e o respectivo estudo dessas coleções serviam como trabalho de base para os estudos sobre a Entomologia Econômica, que procuravam entender as relações dos insetos com a agricultura e também, durante as primeiras décadas do século XX, no estudo das doenças causadoras de epidemias e que eram transmitidas por insetos vetores (GROLA, 2014).

Assim como as coleções, a publicação oficial da instituição, a *Revista do Museu Paulista*, também possuía a maior parte do espaço reservado para os textos sobre zoologia, sendo que este tema ocupou mais da metade das páginas da publicação nos primeiros anos, no período em que Herman von Ihering foi diretor. Décadas depois, Olivério Pinto, enquanto diretor do Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura de São Paulo - instituição que herdou as coleções da seção de zoologia do Museu Paulista em 1939, após o processo de desmembramento da instituição - afirmou que a publicação da *Arquivos de Zoologia*, seria uma espécie de herdeira da *Revista do Museu Paulista*, no prefácio da primeira edição da nova publicação. Isto se daria, devido ao fato de a nova instituição estar herdando as coleções de zoologia da antiga instituição e também da nova publicação se dedicar à zoologia, assim como

a publicação oficial do Museu Paulista destinava a maior parte de seu espaço à esta área da ciência (LOPES, 2009).

Após o período em que o Museu Paulista foi dirigido por Herman von Ihering, o comando da instituição passou a ser de Affonso Taunay (1876-1958), e durante este período, a instituição teve um direcionamento mais voltado para ser um museu histórico, que privilegiasse as narrativas em torno de figuras que eram consideradas como heróis do estado de São Paulo e do Brasil, pois o novo diretor estava mais preocupado com a manutenção dos acervos e documentos históricos relacionados à independência do país e aos bandeirantes. Apesar disso, ainda manteve durante o período, profissionais das mais diversas áreas do conhecimento, inclusive mantendo naturalistas viajantes em campo (VANZOLINI, 1994), bem como as páginas da publicação oficial, que ainda mantinha publicações na área da zoologia, no entanto, agora com maiores contribuições de cientistas brasileiros, e que em alguns casos, não pertenciam à instituição, como por exemplo: Arthur Neiva (1880-1943) e Alípio de Miranda Ribeiro (1874-1939).

Já o Museu Paraense, que fora fundado em meados do século XIX por membros da elite local, teve seu período de maior vigor e atividade científica durante o período da Primeira República, especialmente quando esteve sob a direção do zoólogo suíço Emílio Goeldi, entre 1894 e 1907. Durante o período que comandou o Museu, Goeldi deu maior ênfase aos estudos da zoologia e da botânica, que eram declaradamente suas áreas preferidas. Entre suas primeiras atitudes como diretor, Goeldi tentou renovar e dar um novo impulso a instituição tomando medidas como: a instalação de um novo regulamento que privilegiava seus interesses de pesquisa; estabelecendo uma estrutura e contratando uma equipe de cientistas e colocando o Museu Paraense como uma espécie de protagonista de um projeto de institucionalização das ciências naturais na região amazônica (SANJAD, 2006). É interessante perceber que Goeldi, conforme afirma Lopes (2009), contou com apoio do governo estadual na maior parte de seus projetos e mudanças e com recursos financeiros, devido especialmente ao período de crescimento de exportação da borracha na região amazônica.

Enquanto diretor do Museu Paraense, Goeldi tentou colocar esforços para que a instituição se tornasse uma espécie de autoridade científica sobre as ciências naturais na região amazônica, angariando prestígio para a instituição e para o próprio Goeldi. Esse trabalho se dava através de várias ações, especialmente o trabalho de formação de coleções, sendo que a principal forma de aumentar essas coleções era através das viagens de campo, tornando o

Museu Paraense uma espécie de referência para pesquisas na região amazônica para as instituições de História Natural no mundo todo. Fosse através das trocas ou envio de coleções para instituições no exterior (especialmente no Reino Unido e na Suíça), onde seriam analisadas e nomeadas com maior rigor, devido à falta de uma biblioteca mais especializada no Museu; ou com a publicação de artigos escritos por autores estrangeiros na publicação oficial da instituição (Boletim do Museu Paraense), Goeldi ia ganhando prestígio e reconhecimento no seu empreendimento de tornar o Museu uma referência nacional e internacional no estudo da zoologia amazônica.

Embora Goeldi fosse um zoólogo respeitado, Sanjad (2006) afirma que ele não estava muito engajado nas viagens científicas, mas sim, em realizar uma espécie de inventário faunístico brasileiro, que seria algo inédito para a época. No entanto, Goeldi não conseguiu concluir sua ideia de um catálogo da “Fauna do Brasil”. Enquanto Goeldi lidava mais com a parte da “vulgarização”, as atividades de coleta e viagens ficavam a cargo de outros cientistas da instituição, em especial: Jacques Hüber (1867-1914), que era botânico, Adolfo Ducke (1876-1959) que era zoólogo, mas também realizou trabalhos como botânico e posteriormente, Emília Snethlage (1868-1929) zoóloga que dedicou boa parte de sua vida ao estudo das aves⁵. Hüber e Snethlage foram respectivamente em sequência, diretores do Museu, nos anos seguintes após a saída de Goeldi e deram continuidade ao legado científico deixado pelo suíço.

Nessa mesma época, durante os últimos anos do século XIX e primeiros anos do século XX, surgiram no Brasil instituições científicas que estavam voltadas mais diretamente para a pesquisa experimental, que lidavam mais diretamente com questões práticas e que precisavam ser solucionadas com um certo sentido de urgência. Devido as transformações pelas quais passaram algumas cidades brasileiras, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, com aumento populacional (abolição da escravidão e vinda de imigrantes estrangeiros), eram comuns epidemias de doenças como febre amarela, cólera e febre tifóide. Para solucionar esses problemas, foram criadas algumas instituições como: o Instituto de Manguinhos no Rio de Janeiro e o Instituto Bacteriológico em São Paulo, e posteriormente o Instituto Butantan, que se originou deste último. Grosso modo, estas instituições estavam voltadas para as pesquisas na área da microbiologia, ramo que havia surgido a pouco tempo, com a Revolução Pasteuriana, e que promovia debates intensos e acalorados entre os cientistas em todo o mundo. No caso brasileiro, as instituições mencionadas estudavam os micro-organismos causadores

⁵ Para maiores informações sobre os trabalhos de Emília Snethlage, verificar a dissertação de JUNGHANS (2009).

das doenças que grassavam nas principais cidades brasileiras e depois de um tempo, quando se passou a cogitar a hipótese de insetos como vetores, a entomologia ganhou bastante destaque devido à essa questão.

Em São Paulo, a elite cafeeira desejava modernizar a capital do estado e solucionar questões relacionadas às doenças contagiosas. Em 1892, o Instituto Bacteriológico era uma repartição do Serviço Sanitário do Estado e em 1893, com intermédio de Henrique Gorceix (1842-1919) e por indicação do próprio Louis Pasteur (1822-1895), Felix le Dantec (1869-1917) foi convidado para dirigir o Instituto. Inicialmente as ideias de Dantec eram animadoras e promissoras, prevendo a criação de cursos para a Instituição, entretanto, alguns meses depois, Dantec deixa o país e a direção do Instituto Bacteriológico, de forma inesperada, levando consigo algumas amostras dos estudos sobre a febre amarela. Logo assume a direção da instituição Adolpho Lutz (1855-1940), que já havia sido nomeado vice-diretor e desde a partida do francês, promoveu grandes pesquisas a frente do Instituto até deixá-lo em 1908, quando se transferiu para o Instituto Oswaldo Cruz. A instituição passava por momentos difíceis na época em que Lutz a deixou, devido principalmente aos entraves burocráticos pelos quais a instituição tinha junto ao governo do estado de São Paulo, as dificuldades estruturais e ao excessivo trabalho direcionado à solução de problemas concretos sem a necessária pesquisa de base. Ciente dos fracassos ocorridos em São Paulo, no Instituto Bacteriológico, Oswaldo Cruz (1872-1917) na mesma época em que isso ocorreu, tentava tornar o antigo Instituto Soroterápico em uma instituição menos dependente do poder público, dando maior liberdade aos pesquisadores, fazendo com que a instituição não se tornasse dependente das verbas governamentais (BENCHIMOL, 1990).

Durante os primeiros anos do Instituto Bacteriológico, os pesquisadores comandados por Adolpho Lutz se debruçaram nos estudos sobre doenças como: a cólera, que era predominante entre os imigrantes; a febre amarela, que era a principal doença dos grandes centros urbanos brasileiros da época; a malária e a chamada “febre paulista” (BENCHIMOL, 2003). Dentro das análises bacteriológicas, dos diagnósticos clínicos e estudos etiológicos a respeito das doenças, Lutz impulsionou as investigações a respeito dos insetos hematófagos, haja vista os indícios que surgiam em pesquisas biomédicas, de mosquitos serem vetores de alguns micro-organismos causadores de doenças.

Em 1899, houve várias mortes no porto de Santos, a princípio de causa desconhecida. Para investigar o caso foram convocados alguns estudiosos da área, como: Vital Brazil (1865-

1950), Adolpho Lutz e Oswaldo Cruz. Após as investigações, confirmaram que a causa das mortes era a peste bubônica, e então houve um grande temor de que a doença se espalhasse pelo país, fazendo com que as autoridades tomassem atitudes no intuito de conter a peste. A partir da necessidade de se produzirem soros para a peste bubônica, foi construído um laboratório, que estava ligado ao Instituto Bacteriológico, em um local afastado, próximo à capital paulista, que seria o Instituto Butantan, e no Rio de Janeiro, foi criado o Instituto Soroterápico, que mais tarde viria a se tornar o Instituto Oswaldo Cruz.

Em 1900, foi criado o Instituto Soroterápico no Rio de Janeiro, inicialmente com o intuito principal de produzir soros e vacinas contra a peste bubônica e outras doenças. Alguns dos pesquisadores que lá trabalhavam eram: Oswaldo Cruz, Henrique Figueiredo de Vasconcellos (1873-1948), Ezequiel Dias (1880-1922) e Pedro Afonso (1845-1920), sendo que em 1902, Oswaldo Cruz assumiu a direção do Instituto e depois em 1903 assumiu o cargo de diretor-geral da Saúde Pública da então Capital Federal, no contexto da Reforma Pereira Passos. Durante esse período em que chefiou a saúde pública, Oswaldo Cruz transformou o Instituto Soroterápico com as sobras das verbas, realizando melhorias e comprando equipamentos para a instituição, sem autorização expressa por parte dos poderes legislativo e executivo. Manguinhos nessa época foi um espaço onde os jovens pesquisadores - em sua maioria advindos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro - tinham liberdade para realizar as pesquisas e trabalharem na investigação das doenças contagiosas, das epizootias, da entomologia, da parasitologia e microbiologia. Inclusive, uma das formas pelas quais Oswaldo Cruz conseguiu angariar recursos extras, sem ser as verbas provenientes do Estado, foi através da produção de soros e vacinas para os animais e a venda desses produtos para particulares (BENCHIMOL, 1990).

Com o sucesso da campanha sanitária empreendida por Oswaldo Cruz e pelos trabalhos desenvolvidos em Manguinhos, por cientistas como Ezequiel Dias e Henrique da Rocha Lima (1879-1956) - que décadas mais tarde seria um dos diretores do Instituto Biológico em São Paulo - Oswaldo Cruz foi convidado para participar do XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia em Berlim, em 1906. O cientista ainda aproveitou a viagem pela Europa para cumprir missões diplomáticas e fortalecer os contatos que já havia estabelecido com algumas instituições de pesquisa biomédica, indo depois para os EUA, onde visitou o instituto de pesquisas fundado por Rockefeller (BENCHIMOL, 1990). Nesse contexto, Oswaldo Cruz retorna ao Brasil sendo homenageado e elevado ao status de herói nacional. Graças a este e outros fatores, o Instituto Soroterápico passou a ser o Instituto de Patologia Experimental, que

contava com regulamento próprio e mais liberdade institucional, sendo em 1908, nomeado Instituto Oswaldo Cruz.

Contemporâneo a Manguinhos, em São Paulo havia sido criada, em 1899, a Fazenda Butantan, inicialmente como um anexo do Instituto Bacteriológico, destinada para a produção de vacinas e imunizantes contra a peste bubônica, em decorrência do surto ocorrido no porto de Santos no mesmo ano. Inicialmente chamado de Instituto Soroterápico de São Paulo, dirigido pelo médico Vital Brazil, companheiro de Lutz no Bacteriológico, a instituição depois se tornou independente do Bacteriológico em 1901. Logo nos primeiros anos, para além da produção de soros e vacinas para algumas doenças, o ponto forte da instituição foi a especialização no estudo e produção de soros antiofídicos, testando os antídotos em vários estados da nação. Entretanto, durante a chefia de Arthur Neiva no Serviço Sanitário de São Paulo a instituição teve mudanças no direcionamento, pois Neiva desejava que além dos soros antiofídicos, a instituição produzisse vacinas para doenças epidêmicas, além do cultivo e estudo de plantas medicinais. O projeto de Neiva não logrou resultados e acabou gerando conflitos dentro do Instituto, com Vital Brazil deixando o comando e seu principal assessor, João Florêncio Gomes (1886-1919) falecendo logo em seguida (TEIXEIRA, 2016).

Em 1924, Vital Brazil voltou à direção do Instituto, que agora reuniria o antigo Instituto Soroterápico, o Bacteriológico, o Pasteur e o Vacinogênico, todos sob o nome de Instituto Butantan, e a partir dessa reforma, a instituição teve seu número de funções aumentada, passando a ser uma grande produtora de vacinas, especialmente contra a febre tifoide, a tuberculose, o tétano e a varíola, tendo em vários momentos socorrido outros estados da nação com os imunizantes (TEIXEIRA, 2016).

Nos anos 1920, em São Paulo, em virtude das dificuldades surgidas nas plantações cafeeiras, especialmente com a broca do café, a elite cafeeicultora desejava a criação de uma instituição voltada para as questões da agricultura, haja vista a importância que a lavoura, não só a cafeeira, mas outras com a de laranja e cana-de-açúcar, ocupavam nos cenários paulista e nacional. Para André Silva (2006), a questão da criação de um instituto que tratasse da defesa da agricultura já era desejada pela elite paulista a bastante tempo. Na verdade, o autor aponta que a questão ultrapassava o tema da broca do café, e tinha não somente a motivação econômica e prática para a criação do instituto, como também a intenção de fazer São Paulo ser reconhecido pelo desenvolvimento científico e pelo progresso.

Inicialmente foi criada a Comissão de Estudo e Debelação da Praga Cafeeira, no intuito de promover algumas ações para a defesa fitossanitária da lavoura e, esperava-se que a Comissão seria o prenúncio da criação do instituto de defesa agrícola. A elite agrária e suas associações fizeram campanhas na imprensa, mas não foi suficiente para o parlamento paulista aprovar, pelo menos num primeiro momento, o projeto de criação do instituto. Somente após a troca de governo em São Paulo, em 1927, quando Júlio Prestes (1882-1946) assumiu a presidência do estado e nomeou Fernando Costa (1886-1946) para ser secretário de agricultura, o projeto ganhou novo impulso e foi concretizado. O Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal foi dirigido nos primeiros anos por Arthur Neiva – um dos idealizadores da instituição -, e teria como principais funções: o combate às epifitias e epizootias, preparação de soros e vacinas para doenças veterinárias, estudo de inseticidas e pesticidas e intercâmbio com centros de pesquisa agrícola no Brasil e no exterior. Dentre os nomes que compuseram o Instituto inicialmente, estavam Henrique da Rocha Lima na chefia da Divisão de Defesa Animal, e outros nomes oriundos do Instituto Oswaldo Cruz, como Paulo Enéas Galvão (1901-1978) e Carlos Rodolfo Fischer (1886-1955). Segundo Silva (2006), o Instituto Biológico desejava seguir os mesmos moldes e sucesso do Instituto de Manguinhos, transpondo esses pesquisadores do campo biomédico, para a pesquisa agrícola. Para além disso, o autor ainda reforça a intenção de Arthur Neiva de ser uma espécie de herdeiro de Oswaldo Cruz, pois Neiva em vários momentos, especialmente durante o período em que chefiou o Serviço Sanitário em São Paulo, tentou capitalizar a herança simbólica de Oswaldo Cruz se colocando como um cientista com capacidade de continuar o legado deste último.

2.2 Olivério Pinto e o Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura de São Paulo

Durante o período em que o Museu Paulista esteve sob a direção de Afonso Taunay, a instituição teve um direcionamento diferente daquele sob a administração de Herman von Ihering. Em 1917, Taunay assumiu a direção do Museu tendo como objetivo transformar o espaço em um museu dedicado primordialmente à História Nacional e à História de São Paulo e deixar de lado o foco nas coleções de História Natural, que era o principal projeto de Ihering. O então novo diretor queria ressaltar a memória dos bandeirantes como heróis locais e

nacionais, e reforçar a importância desses personagens através da arquitetura do próprio edifício. Para Taunay, segundo Maurício Cândido da Silva (2006), o edifício-monumento do Museu Paulista deveria ser representado como um símbolo da memória nacional, e por isso a instituição deveria se dedicar, pelo menos naquele espaço, em ser um museu histórico. Dessa forma, o Museu Paulista se tornaria um local destinado à proteção das peças e objetos de valor histórico nacional da História Política e da memória nacional.

As razões pelas quais o então diretor desejava arranjar outro espaço para alocar as coleções de Zoologia, Botânica e Mineralogia eram preponderantemente, por questões de segurança, pois Taunay alegava que as coleções conservadas no álcool poderiam trazer riscos de incêndio para o edifício e para as outras coleções lá existentes. Além disso, o mal cheiro causado pelo processo de empalhamento e taxidermização de animais, segundo o próprio Taunay, causava uma má impressão aos que visitavam o Museu (SILVA, M., 2006). Dessa forma, enquanto a administração de Ihering tinha o foco essencialmente na História Natural e nas coleções, valorizando a área de conhecimento de suas pesquisas (a zoologia sul-americana), a de Taunay já almejava retirar as coleções de História Natural da instituição e arranjar um novo local para elas, pois não julgava adequado que coleções daquele tipo estivessem juntas com coleções de objetos e artefatos de caráter históricos.

De início Taunay não conseguiu seu intento de arrumar outro espaço para as coleções de zoologia e botânica. Isso não significa que em diversos momentos de sua administração, ele não tenha tentado arranjar meios de fazer isto. Em 1922, quando o Butantan passou por mudanças na sua estrutura, a Seção de Botânica do Instituto passou a fazer parte do Museu Paulista, e dessa forma, esta última instituição passou a ter duas seções: a de História Nacional e a de Botânica, esta última chefiada por Frederico Carlos Hoehne (1882-1959) e que era localizada em prédio distinto do Museu Paulista (SILVA, M., 2006).

Apesar das tentativas do diretor da instituição de arranjar um espaço para as coleções de História Natural que lhe parecesse mais apropriado para os rumos que ele desejava dar para o Museu, o quadro funcional de naturalistas foi praticamente mantido, em comparação com a administração de Ihering. Em 1925, Taunay decidiu criar no Museu Paulista a Seção de Zoologia, com subseções de Invertebrados e Vertebrados, tendo em 1929, Olivério Pinto sido contratado como assistente para a Subseção de Vertebrados, de forma interina.

Durante os anos que se passaram sob a direção de Taunay, ocorreram alguns falecimentos e aposentadorias de profissionais do quadro da instituição, mas de modo geral,

não houve mudanças consideráveis na estrutura do quadro de funcionários que possibilitasse mudanças drásticas nos direcionamentos da instituição. Para além da questão do quadro de funcionários, os artigos publicados na *Revista do Museu Paulista* eram, em sua maioria, sobre temas de História Natural, e sobre as pesquisas e expedições promovidas pelos naturalistas da instituição. Em 1932, por exemplo, o Museu realizou uma expedição à Bahia, que rendeu uma extensa monografia de Olivério Pinto sobre as aves do território baiano, que ocupou quase que a metade do Tomo XIX da *Revista do Museu Paulista*, publicado em 1935. Fato interessante deste número da *Revista* é que quase todos os trabalhos publicados versavam sobre História Natural, mesmo com os novos direcionamentos que Taunay desejava dar ao Museu. Por conta disso, segundo Maurício da Silva (2006), Taunay se queixou em algumas ocasiões, da obrigação, por ordem dos superiores na administração estadual, dos artigos sobre zoologia e botânica ocuparem a quase totalidade da publicação em vários números do periódico.

Visualizando outra oportunidade de retirar as coleções de História Natural do Museu Paulista com a criação da USP, Taunay sugeriu a criação de um Museu de História Natural, fazendo com que a guarda das coleções de História Natural do Museu Paulista ficassem sob os cuidados desse novo museu universitário, todavia, a ideia proposta por Taunay foi rejeitada. A intenção de estabelecer um museu de história natural sob a guarda da USP permaneceu no tempo, no entanto, sob condições diferentes, pois anos mais tarde, Olivério Pinto – na época já diretor do Departamento de Zoologia – mostrou desejo de que a instituição fosse vinculada à universidade e ganhasse o status de um museu universitário, entretanto a ideia não se concretizou (SILVA, 2006).

Olivério ingressou no Museu Paulista em 1929 como assistente na Seção de Zoologia, inicialmente de forma interina. Durante aproximadamente cinco anos Olivério realizava trabalhos na instituição, mas ainda não era funcionário de carreira. Em 1934, depois de prestar provas de concurso, Olivério assumiu a vaga de zoólogo da instituição, ocupando o lugar que era de Afrânio do Amaral (1894-1982), herpetologista de destaque na época, que havia se ausentado naquele momento para realizar estudos na Universidade de Harvard. Naquele mesmo ano, coincidiu da morte de Hermann Luederwaldt (1865-1934), que era o diretor da seção de zoologia do Museu, e que nas ausências de Taunay, assumia a direção da instituição. Naturalmente, após o falecimento de Luederwaldt, por ser considerado um zoólogo bastante dedicado, a partir de 1934, Olivério passou a assumir a direção do Museu nos momentos em que Taunay não estava presente, como uma pessoa da confiança do diretor (SILVA, 2006).

A saída das coleções de História Natural do espaço do Museu Paulista só se concretizou nos últimos anos da década de 1930. No caso mais específico da zoologia, em 1939, com o Decreto nº 9918/1939, que criou o Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Dessa forma, a antiga Seção de Zoologia do Museu Paulista passou a ser uma instituição a parte, e seria localizada em um prédio próximo ao Museu Paulista, tendo Olivério Pinto sido escolhido para ser o diretor da nova instituição, estando sob o comando do Departamento até 1956, quando Clemente Pereira o substituiu na direção.

Segundo Maurício Cândido da Silva, o processo de desmembramento, no caso específico do Departamento de Zoologia, foi muito mais uma questão político-administrativa do que propriamente uma nova perspectiva museológica que queria se dar à nova instituição. Ainda segundo Silva (2006), o que ocorreu foi uma decisão arbitrária por parte da administração do interventor federal Adhemar de Barros (1901-1969), de criar uma nova instituição que agora estaria subordinada à Secretaria de Agricultura e atenderia aos insistentes pedidos de Afonso Taunay, de retirar as coleções de História Natural do Museu Paulista.

Segundo Vanzolini (1994), o processo de desmembramento do Museu Paulista e a criação do Departamento de Zoologia,

“[...] Foi uma ação de caráter inteira e miudamente político, divorciada de qualquer consideração científica, resultando em uma repartição pública situada fora de contexto, sem missão definida e sem prestígio administrativo. A pequena equipe do Museu, contudo, concentrou-se em suas funções museológicas tradicionais, esperando melhores tempos e mantendo bom nível de pesquisa e, principalmente, de publicações [...]”⁶

Sendo assim, a perspectiva museológica adotada pelo então novo Departamento de Zoologia seria muito semelhante à que fora posta em prática nos primórdios do Museu Paulista, em ser uma instituição que estaria baseada na tradição museológica europeia dos séculos XVIII e XIX, e na coleta e estudo de espécimes zoológicos, especialmente da fauna sul-americana.

Desta forma, Silva (2006) entende que a tradição de “musealização da natureza”, implementada na fundação do Museu Paulista, na época de Herman von Ihering, amparada nos

⁶ VANZOLINI, Paulo Emílio. Museu de Zoologia. In: Estudos Avançados: São Paulo, Vol. 8, nº22, 1994.

modelos dos museus de História Natural europeus do século XIX, se estendeu na nova instituição que foi o Departamento de Zoologia, dirigida inicialmente por Olivério Pinto. Um dos argumentos utilizados pelo autor para tal afirmação é o de que Olivério tinha como objetivo central para o Departamento de Zoologia, a coleta e o estudo de espécimes da fauna brasileira, e, para além disso, que a instituição funcionasse como um espaço de instrução pública por meio da exposição de alguns espécimes para aqueles que, dentre o grande público, se interessassem pela zoologia.

Outro ponto relevante a ser destacado no que podemos chamar de continuidade de projeto de um Museu de História Natural, seria a importância das publicações para estas instituições. Enquanto o Museu Paulista possuía a *Revista do Museu Paulista*, que publicava os trabalhos realizados pelos membros do Museu Paulista e eram, em sua maioria, trabalhos sobre História Natural; o Departamento de Zoologia, logo em seus primórdios, estabeleceu o periódico *Arquivos de Zoologia*, como o meio de divulgação principal dos trabalhos promovidos pela instituição. Mais interessante ainda, é notar que o próprio Olivério deixa bem evidente que a publicação da *Arquivos de Zoologia* manteria o caráter voltado para os estudos zoológicos da *Revista do Museu Paulista*, como afirma Lopes (2009):

“Olivério Pinto, em seu prefácio dos *Arquivos de Zoologia*, órgão do Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura Indústria e Comércio - que de certa forma foi herdeiro das coleções zoológicas do Museu Paulista e portanto da *Revista do Museu Paulista* – considerando que a revista nunca perdera o caráter de publicação essencialmente zoológica, fez um levantamento sumário do conjunto dessa publicação. A *Revista do Museu Paulista* circulou de 1895 a 1938, compreendendo 23 volumes. Os nove primeiros, de 1895 a 1914, anteriores à guerra, foram editados por Ihering e os demais de 1918 a 1938, por Afonso d’Escragnolle Taunay, que sucedeu Ihering na direção do Museu Paulista, após um período de interinidade de Rodolpho von Ihering e Armando Prado, em 1916. Segundo seus cálculos, nessa extensa série foram publicados, considerando só os artigos relacionados à História Natural, 236 trabalhos sobre Zoologia, 54 de Etnografia, nove de Botânica e cinco de Geologia” (LOPES, 2009).⁷

⁷ LOPES, Maria Margaret. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX. Brasília-DF: Editora UnB, 2009.

Inicialmente, a ideia de Olivério Pinto era vincular o Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura à USP, sob a forma de um museu de história natural ou algo semelhante. O projeto de Olivério seria integrar as ricas e extensas coleções herdadas do Museu Paulista e, através da guarda e ingresso no ambiente universitário, pudesse tornar aquelas coleções científicas parte de um projeto que integrasse pesquisa científica, ensino e extensão universitária (SILVA, 2006). A ideia não foi aceita, e não se sabe ao certo o motivo exato. O fato é que a existência do Departamento de Zoologia da USP gerava confusões e uma identidade dúbia para o Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura, dirigido por Olivério. Ao que parece, a tentativa do ornitólogo era tentar convencer a administração estadual de que aquelas coleções poderiam ser melhor aproveitadas no ambiente universitário em diversos sentidos - seja na melhor conservação, maior quantidade de profissionais para estudá-las, oportunidade para jovens pesquisadores se debruçarem sobre elas – e os profissionais que já integravam a instituição, teriam o reforço e o status de estarem atrelados à uma universidade, provavelmente recebendo maiores verbas e contando com melhores estruturas e aparatos, haja vista que a situação do Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura era limitada, devido principalmente a falta de profissionais suficientes para dar conta de estudar e organizar as grandes quantidades de coleções científicas.

Anos depois, após a criação do Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura, uma outra proposta apontada por Olivério Pinto e outros integrantes da instituição, seria a de nomear a instituição de Museu Paulista de Zoologia e implementar junto ao prédio do Departamento um Jardim Zoológico. Essa estratégia de atrelar jardins zoológicos e botânicos à museus de História Natural era comum para a época, tendo sido uma combinação que atraiu bastante público nas visitas no caso do Museu Emílio Goeldi no Pará, que construiu juntamente ao Museu, o Parque Zoobotânico, sob a administração de Goeldi (SANJAD et al, 2012).

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, Olivério conseguiu fazer com que os membros do Departamento de Zoologia participassem de diversas expedições científicas pelo território brasileiro durante as décadas de 1940 e 1950. Algumas das expedições foram organizadas pelo próprio Departamento, como a expedição ao distrito de Monte Alegre em Amparo (SP) em 1944, ao extremo oeste do Paraná em 1955, as duas expedições ao estado de Alagoas em 1950 e 1951. Já outras foram em conjunto com outras importantes instituições, principalmente o Butantan e o Instituto Oswaldo Cruz. Com o Butantan, o Departamento de Zoologia realizou a expedição à Serra do Roncador em 1949, enviando dois auxiliares. Com o

Instituto Oswaldo Cruz, realizou algumas expedições para a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil entre os anos de 1939 e 1942, chefiadas por Lauro Travassos (1890-1970), onde participavam membros do próprio IOC, do Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura de São Paulo, do Instituto de Higiene de São Paulo, da Fundação Rockefeller, da Universidade de São Paulo, do Instituto Butantan e do Clube Zoológico do Brasil. Este último, era um clube formado por vários zoólogos destacados no Brasil durante a década de 1930, que se reuniam frequentemente para debater temas variados a respeito das pesquisas zoológicas no Brasil e publicavam alguns trabalhos através do *Boletim Biológico*, importante fonte histórica que será analisada detalhadamente mais à frente neste trabalho.

Pode-se dizer também, que além das expedições empreendidas pela instituição, as décadas de 1940 e 1950 foram um dos períodos mais produtivos para Olivério Pinto, pelo menos em termos de trabalhos publicados. Além da segunda parte de sua principal obra, *Catálogo das Aves do Brasil*, que saiu em 1944, foram diversos artigos publicados em revistas, como a *Papéis Avulsos*, *Arquivos de Zoologia*, *Boletim do Museu Emilio Goeldi*, dentre outras. A maior parte dos artigos eram sobre os espécimes analisados em uma determinada expedição, ou ainda a comparação entre os novos espécimes coletados e os já existentes nas coleções do Departamento de Zoologia. Outro tipo de artigo comum era a respeito da descoberta de novas espécies de aves descobertas ao longo das viagens, onde geralmente Olivério denotava a diferença de uma nova ave encontrada, de outra que já tinha sido nomeada e/ou catalogada por outros ornitólogos.

Olivério também tinha um grande interesse no estudo da zoogeografia das aves. As tentativas de analisar a fauna de diferentes lugares do território brasileiro, fosse a partir das viagens empreendidas pelo Departamento de Zoologia (com ou sem sua presença), ou através da obtenção de espécimes coletados de outras formas, foram uma das marcas do trabalho desenvolvido por Olivério. Durante o período no qual ele esteve no Departamento de Zoologia - e mesmo após sua aposentadoria, quando continuou trabalhando - a instituição empreendeu viagens para todas as regiões do país, em um período de aproximadamente 25 anos.

Além desses dois tipos de artigos mais comuns, Olivério também comentou algumas obras de naturalistas estrangeiros que estiveram no Brasil durante os séculos XVI ao XIX, fazendo observações de relevante interesse a respeito da fauna brasileira descrita nesses relatos de viagens. Uma das obras comentadas foi a *História Natural do Brasil* de Jorge Marcgrave,

onde Olivério comentou a parte de zoologia, numa reedição feita pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Além do trabalho com as traduções e comentários, Olivério também tinha particular interesse na história da zoologia e da ornitologia, tendo sido responsável pela escrita do texto sobre a história da zoologia no Brasil, no compêndio organizado por Fernando Azevedo, *As Ciências no Brasil*, publicado em 1955 pela Editora Melhoramentos. E de forma ainda que tardia, Olivério publicou *A Ornitologia do Brasil através das idades (século XVI ao Século XIX)*, em 1979, onde o ornitólogo divide a exploração ornitológica do país em várias fases e discorre sobre as descobertas dos naturalistas (quase todos estrangeiros), que percorreram e descreveram aves em território brasileiro.

De modo geral, através da leitura dos trabalhos de Olivério, podemos observar algumas questões de interesse para o historiador das ciências, como por exemplo, as referências utilizadas pelo ornitólogo brasileiro. No que diz respeito ao tipo de nomenclatura utilizada por Olivério, podemos ter uma breve pista disso no prólogo do *Catálogo das Aves*, quando ele diz o seguinte:

“Em principio foram observados estrictamente as prescripções do <<Código Internacional de Nomenclatura>>, adoptando-se a praxe dos ornithologos americanos nos pontos em que a matéria é facultativa ou objecto apenas de recommendação (PINTO, 1938).”⁸

Além dessa passagem, têm-se ainda que obras como o *Check-list of Birds of the World* e o *Catalogue of Birds of the Americas*, serviram de referência para a organização do trabalho. A partir disso, de antemão podemos perceber a influência predominante da ornitologia praticada nas instituições norte-americanas sobre o trabalho de Olivério.

Outro ponto interessante presente no prólogo aqui analisado, são as valiosas coleções de aves adquiridas pelo Museu Paulista na época da administração de Herman von Ihering. Além de agradecer ao antigo diretor do Museu, Olivério reconhece a importância de dois colaboradores para a formação das coleções de aves: o Conde von Berlepsch (1850-1915), que contribuiu com inúmeros espécimes ao Museu Paulista e o ornitólogo Carl Eduard Hellmayr

⁸ PINTO, O.M.O. Catálogo das aves do Brasil e lista dos exemplares que as representam no Museu Paulista 1ª parte: Aves não Passeriformes. São Paulo, 1938.

(1878-1944), que analisou as coleções de aves tropicais coletadas por Spix na viagem ao Brasil no século XIX, e foram usadas como referência por Olivério.

2.3 Olivério Pinto para além do Departamento de Zoologia: O Clube Zoológico do Brasil e o Conselho Florestal de São Paulo

O trabalho de Olivério Pinto como zoólogo, assim como de vários de seus contemporâneos, foi levado à frente concomitantemente com outras atividades, fossem de cunho administrativo/burocrático, ou a respeito de sua atividade como um zoólogo que deu sua parcela de contribuição nas discussões a respeito da conservação da fauna e da flora brasileira que permearam as décadas de 1920, 30 e 40 no Brasil. Dessa forma, Olivério teve que adaptar e conciliar suas atividades de campo e de gabinete, durante boa parte da carreira, com outras atividades, especialmente nos momentos em que dirigia provisoriamente a direção do Museu Paulista no final dos anos 1930, assim como durante os quase 17 anos em que ocupou a direção do Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura. Para além desses afazeres, Olivério exerceu outras atividades, como já citado no tópico anterior, de tradutor, comentarista e historiador da ciência, tema que será abordado no capítulo quatro.

Entendendo que o cientista não é um ser isolado na sociedade e que ele não constrói o conhecimento de forma isolada, mas de forma coletiva e socialmente, pretendo analisar nas próximas páginas, alguns dos zoólogos e botânicos com os quais Olivério Pinto dialogava e debatia na sociedade brasileira dos anos 1930 e 1940. Drummond e Franco (2009), analisam as discussões travadas entre intelectuais, cientistas e políticos brasileiros durante as primeiras décadas do século XX a respeito da noção de proteção à natureza e da construção desta como um patrimônio nacional. Estas discussões traçaram balizas importantes no que diz respeito à conservação da flora e da fauna brasileiras, pois foi nesse contexto em que se discutiram temas como a criação dos primeiros parques nacionais, as reservas florestais, os códigos de caça e pesca, dentre outras questões.

Casazza (2017) aponta a tradição existente no Brasil, de uma preocupação com a preservação da natureza atrelada essencialmente às questões da agricultura e com a exploração de outros recursos naturais, desde o final do século XVIII, com as medidas tomadas pelo Império Português. A autora ressalta o suporte que os intelectuais brasileiros buscaram no

estado, especialmente durante os anos 1920, 1930 e 1940, para que este elaborasse leis de proteção à fauna e a flora, regulamentasse áreas de proteção ambiental, além de desejar que o estado também fiscalizasse e punisse os que devastassem a natureza. Além destas medidas, os intelectuais da época fomentavam a ideia de que era preciso melhor aproveitar os recursos naturais do país, para que contribuíssem da melhor forma possível para o desenvolvimento econômico da nação.

Olivério Pinto, por sua vez, não estava imune a esses debates, sendo a questão das derrubadas de florestas um tema que estava presente de forma constante em seus trabalhos, especialmente porque a devastação florestal afetava diretamente a vida das aves e dificultava a análise faunística. Sobre a viagem de Olivério ao distrito de Monte Alegre, no município de Amparo (SP), em 1943, ele escreveu o seguinte:

“Do exame global das coleções ornitológicas realizadas, e levadas ainda em conta as espécies que afirma o colecionador ter observado, sem delas conseguir exemplares representativos, fica a impressão de que a região em estudo é, do ponto de vista ornitológico, uma das mais devastadas e empobrecidas do estado de São Paulo. Isso está, de certo, em relação com a destruição quase completa das matas que deviam outrora cobrir grande parte do seu solo, destruição esta tanto mais nociva quanto se processou especialmente na orla dos rios, de cuja mata ciliar hoje já não existe o menor vestígio (PINTO, 1944).”⁹

Esse foi um dos vários registros que Olivério deixou a despeito de sua insatisfação com a devastação da cobertura vegetal, sendo esta questão uma das que mais chamava a atenção do zoólogo e dos cientistas brasileiros da época. Em outra oportunidade, Olivério manifestou novamente suas críticas à devastação das florestas, desta vez no prefácio da edição da obra “Viagem ao Brasil” do naturalista Wied-Neuwied, de 1940 que Olivério comentou e redigiu notas de comentários. Olivério fez a seguinte declaração, referindo-se ao que o Príncipe provavelmente deve ter encontrado em território nacional no início do século XIX:

“[...]Dos quadros e cenários pintados pelo naturalista, breve não existirá mais que pálida reminiscência. Das imensas e magníficas matas que o Príncipe vira e descrevera, vae lá pouco mais de um século, o pouco que ainda resta se encontra em quase toda parte despojado dos colossos vegetais que elas

⁹ PINTO, O. M. O. Sobre as aves do Distrito de Monte Alegre, Município de Amparo (São Paulo, Brasil). Papéis Avulsos, Vol. 4, 1944, págs. 117-149.

exibiam em sua primitiva pujança; assim a grande floresta do Rio Doce, criminosamente devastada para o fabrico do carvão, assim as matas do sul da Baía, de cuja grandiosidade guardo uma das minhas mais vivas impressões de naturalista em campanha. A fauna, escoraçada em todos os recantos, por toda parte perseguida, vê-se condenada a extinguir-se até nos últimos redutos em que se refugiára[...]"¹⁰

Objetivando uma análise mais dilatada sobre esse tema, através da análise de fontes como o *Boletim Biológico* e do jornal *Correio Paulistano*, iremos observar a participação de Olivério, respectivamente no Clube Zoológico do Brasil e no Conselho Florestal do Estado de São Paulo. Essas fontes nos possibilitam entender melhor o contexto histórico no qual Olivério estava inserido, especialmente no que tange a preservação da fauna e da flora brasileira.

Em 1926, membros do Laboratório de Parasitologia da Faculdade de Medicina de São Paulo, e também de outras instituições, tiveram a iniciativa de tornarem públicos seus trabalhos através de uma publicação intitulada *Boletim Biológico*, de maneira independente, sem estar vinculada à nenhuma instituição, e inicialmente sem caráter periódico. Arthur Neiva, Lauro Travassos e Cesar Pinto publicam o primeiro número do Boletim, que se apresenta logo no início como um “meio de divulgar trabalhos originais de ciência pura” daqueles cientistas. O *Boletim Biológico* teve outras publicações, ao que parece, até o ano de 1939, de forma irregular, e passando por mudanças ao longo dos anos, tendo inicialmente sido editado em São Paulo, e por um breve período foi para o Rio de Janeiro e depois voltou a ser editado e publicado em São Paulo. Porém, em todos os números, zoólogos de instituições do Rio de Janeiro e São Paulo tiveram trabalhos publicados. Apesar de ser denominado *Boletim Biológico*, quase todas as publicações trataram de temas de zoologia, e a partir de 1933, somente deste campo da biologia, pois a publicação passou a pertencer ao Clube Zoológico do Brasil e a Sociedade Brasileira de Entomologia.

Ao longo dos anos a publicação recebeu artigos de diversos zoólogos brasileiros e de estrangeiros que trabalhavam nas instituições brasileiras, como: Fábio Werneck (1894-1961), Rodolpho von Ihering, Clemente Pereira, Afrânio do Amaral, Agenor Couto de Magalhães, Zeferino Vaz (1908-1981), Paulo Sawaya (1903-1995), Ernst Marcus (1893-1969), S. de

¹⁰ PINTO, Olivério M. de O. Prefácio. In: WIED-NEUWIED, Maximilian A. P. Viagem ao Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasileira, 1940.

Toledo Piza Junior (1898-1988), Olivério Pinto, Alípio de Miranda Ribeiro (1874-1939), Herman Lent (1911-2004) e muitos outros. Eram zoólogos ligados ao Departamento de Indústria Animal do Estado de São Paulo, ao Instituto Butantan, ao Instituto Biológico de São Paulo, ao Instituto Oswaldo Cruz, ao Museu Paulista, e também ao Departamento de Zoologia da USP, que havia sido recém-criado naquela década. Os temas que eram divulgados na publicação iam desde trabalhos de cunho científico, divulgação científica, questões relacionadas à conservação do patrimônio faunístico, e se concentravam principalmente nas áreas de helmintologia, herpetologia, sobre os insetos de uma maneira geral, os aracnídeos, ornitologia e mastozoologia. A partir de 1933, quando passou a ser uma publicação de maior volume, o *Boletim* veio a ser dividido em algumas seções: “Trabalhos originaes”, “Notas de amadorismo”, “Divulgação científica”, “Consultas” e “Atas das Sessões”. Ou seja, para além da divulgação dos trabalhos científicos desenvolvidos pelos zoólogos membros do Clube Zoológico do Brasil e da Sociedade Brasileira de Entomologia, existiam seções voltadas para a divulgação de textos destinados aos zoólogos amadores e para divulgação científica, onde podiam ser endereçadas correspondências aos zoólogos, fosse para esclarecimento de dúvidas ou comunicar a observação de alguma espécie.

Outro ponto bastante interessante da publicação, diz respeito às atas das sessões do Clube Zoológico, que se reunia uma vez por mês, ainda que de forma bastante irregular. Através das atas, podemos saber os participantes das reuniões e os trabalhos que eram lidos e discutidos entre os consócios. Pelo fato de a publicação não ter nenhuma ligação institucional direta e se tratar de uma iniciativa de um clube particular, é bem possível que os cientistas tivessem uma maior liberdade para divulgar suas publicações sobre os temas com os quais estavam engajados. O momento das sessões também servia para discutir temas como a preservação da fauna e da flora, legislações editadas sobre a caça e a pesca, e para homenagear zoólogos que haviam falecido, através de obituários que contavam suas trajetórias, como foi o caso de Alípio de Miranda Ribeiro, que faleceu em 1939 e teve sua atuação científica contada no mesmo ano, na edição do *Boletim Biológico*, assim como Emílio Goeldi que teve sua biografia homenageada por Zeferino Vaz no *Boletim* em 1934¹¹.

Através dessa fonte, podemos perceber a relevância das viagens de campo para a zoologia brasileira na época. Nas atas das sessões são frequentes as leituras de trabalhos realizados com base em investigações feitas durante viagens ou tendo como base as coleções

¹¹ VAZ, Zeferino. A vida e os trabalhos de Emilio Goeldi. *Boletim Biológico*, Vol. II, nº1, 1934.

trazidas pelos viajantes, tendo como exemplos as viagens realizadas pela Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste, especialmente durante os anos de 1933 e 1934, assim como no volume 4 do *Boletim Biológico*, a publicação do “Relatório da Excursão Científica do Instituto Oswaldo Cruz realizada na zona da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil”, em outubro de 1938. Olivério Pinto não esteve presente nesta expedição, mas alguns nomes do Museu Paulista participaram, como o taxidermista José Leonardo de Lima e o entomologista Frederico Lane, que publicaram trabalhos no *Boletim Biológico*.

De modo geral, o *Boletim Biológico* pode nos dar um bom panorama de como se davam as interações entre os zoólogos no Brasil entre os anos 1920 e 1930, entendendo principalmente quais eram os objetos de estudos desses profissionais, quais as preocupações e aspirações, com quais questões estavam envolvidos na sociedade. Podemos perceber também uma maior diversidade de instituições que produziam conhecimento científico no Brasil, pois além dos museus e institutos de pesquisa aplicada, surgiram as primeiras universidades (USP e Universidade do Brasil).

Uma das principais questões com as quais os zoólogos e botânicos da época estavam envolvidos, diz respeito às questões da preservação da natureza brasileira. Os debates a respeito da importância da natureza brasileira e a elevação de seu status ao patamar de patrimônio, fizeram com que esta questão se tornasse bastante relevante, tendo a participação ativa de diversos cientistas e intelectuais da época presentes nesses debates (DRUMMOND e FRANCO, 2009). Foi nesse período, dos anos 1920 até 1940, que se deram a criação dos primeiros parques nacionais e também de várias áreas de proteção ambiental. A edição do Código de Caça e Pesca em 1934, juntamente com outros “códigos”, como o Código Florestal Federal e o Código de Minas e Águas, foi outro marco da época, que buscava regulamentar a exploração do mundo natural no país, haja vista que a fauna e a flora estavam sendo considerados patrimônio nacional (CASAZZA, 2017), o que mostra a importância dessas questões naquele momento.

O cenário de criação do arcabouço jurídico para proteção dos recursos naturais no Brasil naquele contexto, estava ligado não somente a uma série de reivindicações feitas pelo movimento conservacionista em voga no país desde as últimas décadas do século XIX, mas também a um forte ímpeto por parte do governo centralizador de Vargas, de nacionalizar e resguardar as fontes de riqueza natural e energética do país naquele cenário político. O plano de desenvolvimento da Era Vargas se baseava na industrialização e na agricultura, utilizando-

se para isso os recursos naturais disponíveis no território, da forma mais racional possível, para que a natureza pudesse ser preservada e servisse como constante fonte de recursos para o futuro (CASAZZA, 2017).

No caso específico do Código de Caça e Pesca, a legislação regulamentava os períodos de caça e pesca em todo o território nacional. Com relação as aves, que eram constante objeto de desejo de muitos caçadores, especialmente por conta das penas que eram exportadas (DUARTE, 2006), a caça de todos os animais que fossem úteis a agricultura, bem como os pássaros canoros, de ornamentação e os de pequeno porte estavam proibidos de serem caçados em qualquer época do ano. A caça de ninhos e ovos só seria permitida para estudos científicos (CASAZZA, 2017). Por outro lado, a caça aos animais que fossem prejudiciais à agricultura era permitida durante todo o ano, levando a discussões acaloradas a respeito de espécies que poderiam ou não ser consideradas daninhas, como foi o caso do pardal, tendo inclusive Olivério Pinto demonstrado análise sobre este tema em artigo publicado em 1935 no *Boletim Biológico*.¹²

O tema da preservação ambiental esteve presente nas discussões das sessões do *Boletim Biológico* em diversos momentos, especialmente durante os anos de 1933 e 1934, tendo inclusive Olivério Pinto sido escolhido para representar o Clube Zoológico no Conselho Nacional de Caça e Pesca em 1934. Outro ponto interessante é quando, nas sessões do Clube Zoológico do Brasil, os zoólogos debatiam a respeito dos calibres que deviam ter permissão para serem utilizados na caça de animais, tema que está presente nas atas das sessões e inclusive foi um tema incluído nas discussões da edição do Código de Caça e Pesca. Além das “Atas das Sessões”, podemos encontrar menção a esse debate no jornal *Correio Paulistano*, na edição do dia 28 de julho de 1934, em uma breve notícia sobre a reunião do Clube, onde se deu a discussão a respeito da possível proibição dos calibres 12 e 16mm para a caça de animais.¹³

Outro exemplo foi o trabalho feito por Olivério Pinto e Afrânio do Amaral, intitulado “Considerações em torno da recente lista de ‘Animais nocivos à lavoura e a pesca’, estabelecida pelo Serviço Federal de Caça e Pesca”, publicado em 1934 e que o Clube Zoológico do Brasil

¹² PINTO, O. M. O. O pardal em suas relações com a agricultura. In: *Boletim Biológico*: São Paulo, Vol.1, n.1, 1933.

¹³ Notícia encontrada no jornal *Correio Paulistano*, no dia 28 de julho de 1934, pág. 11.

faz algumas considerações importantes. Os dois zoólogos apontam inicialmente o anacronismo na nomenclatura zoológica utilizada pelo Serviço Federal e também a omissão de várias espécies que deveriam estar na lista de animais protegidos da caça, seja durante o ano todo ou em alguns períodos do ano, como por exemplo, algumas espécies de aves como as corujas de pequeno porte, que são predadoras de ratos, camundongos e alguns insetos. Houve, segundo os zoólogos, uma confusão no que diz respeito à listagem de espécies que poderiam ser prejudiciais à agricultura, sendo que na visão deles, várias espécies de lagartos seriam benéficas nesse sentido, pois se alimentam de insetos e miriápodos, além de alguns ovos e pintos. Estes são só alguns dos muitos exemplos de como este grupo de zoólogos faziam parte das discussões em torno da proteção à natureza e aos animais, discutindo os temas em sessões e produzindo relatórios e estudos sobre os temas que eram discutidos.

Outro grupo que teve decisões importantes em relação à proteção da natureza e do qual Olivério Pinto fez parte, foi o Conselho Florestal de São Paulo. Os trabalhos no Conselho foram iniciados em 1935, inicialmente sob a direção de Edmundo Navarro de Andrade (1881-1941), para definir o Código Florestal Estadual, haja vista que havia pouco, tinha sido publicado o Código Florestal Federal. Sobre o Código Federal, Casazza (2017) fala o seguinte:

“O Código Florestal de 1934, o primeiro do país, concretizou uma importante reivindicação dos conservacionistas brasileiros e se tornou um marco do governo de Getúlio Vargas. Foi inaugurado pelo decreto 23.793 de 23 de janeiro de 1934, transformando, ao menos no papel, as florestas nacionais em um bem de interesse comum a todos os habitantes do país. Sendo o carvão e a lenha a base da nossa matriz energética na ocasião, embora tenham sido logo superados, o decreto do Código Florestal foi parte de um esforço de exercer controle sobre as fontes de minério e energia. Este código regulamentou ainda a exploração florestal e definiu uma série de infrações e penalidades, bem como atribuiu poderes fiscalizadores que visavam garantir o fiel cumprimento dos princípios legais que objetivavam a proteção da natureza.”¹⁴

¹⁴ CASAZZA, Ingrid Fonseca. Proteção do patrimônio natural brasileiro: ciência, política e conservacionismo na trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1961). Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2017.

Olivério esteve presente nas discussões do Conselho Florestal Estadual desde o início, juntamente com outros nomes contemporâneos, como: Agenor Couto de Magalhães e Frederico Carlos Hoehne, que depois veio a se tornar o diretor do Conselho.

Hoehne foi um botânico autodidata, que iniciou sua carreira no Museu Nacional no Rio de Janeiro, e depois se estabeleceu no estado de São Paulo, onde foi contratado primeiramente pelo Serviço Sanitário do estado em 1917. Anos depois veio a fazer parte do Instituto Butantan, chefiando a seção de Botânica, e em 1938 dirigiu o recém-criado Departamento de Botânica - que assim como o Departamento de Zoologia, havia sido desmembrado do Museu Paulista - e estava subordinado a Secretaria de Agricultura de São Paulo. No entanto, diferentemente do Departamento de Zoologia, o Departamento de Botânica veio a ser incorporado pela criação do Instituto de Botânica em 1942, que continuou sendo chefiado por Hoehne. Durante toda sua atividade como botânico, Hoehne defendeu a preservação da flora brasileira, especialmente as matas virgens, sendo também um defensor das práticas de reflorestamento. Hoehne era amigo de Fernando Costa, que foi secretário da Agricultura em São Paulo durante o governo de Júlio Prestes, e teve certa influência nas decisões tomadas especialmente no Conselho Florestal do Estado, que esteve sob sua direção durante a década de 1940 (DRUMMOND e FRANCO, 2009).

Durante as reuniões do Conselho Florestal, eram discutidas as decisões que o governo estadual de São Paulo estava tomando, no sentido de proteger e preservar a fauna e a flora estaduais. Dessa forma, inicialmente se deram os trabalhos para formular um Código Florestal do Estado. Em 1940, foi assinado um decreto-lei por parte do Governo Federal, autorizando os estados a pôr em prática em seus territórios o Código Florestal Federal, e a partir daí os estados passaram a organizar seus próprios códigos florestais, tomando como referência o Código Federal.¹⁵

Para além das discussões relacionadas aos Códigos, o Conselho se ocupava com as frequentes derrubadas de florestas que lhes eram noticiadas, através dos jornais ou pelas cartas enviadas por fiscais. Em 1935, por exemplo, o Conselho recebeu uma denúncia de “derrubada abusiva das matas” na região da Fazenda Federal do Ipanema, ao que prontamente o Conselho Estadual comunicou à União e pediu que providências fossem tomadas para impedir que a

¹⁵ Notícia encontrada no jornal *Correio Paulistano*, no dia 28 de fevereiro de 1940, pág. 9

devastação se continuasse na região. No ano seguinte as denúncias continuaram a aparecer, entretanto o Conselho se queixou e respondeu aos remetentes das denúncias das devastações ambientais, que devido à não promulgação do Código Florestal Estadual, o órgão não poderia tomar nenhuma atitude concreta com relação às denúncias que recebia. De todo modo, as denúncias de devastação florestal continuaram a serem enviadas ao Conselho, pois em maio de 1940 o órgão discutiu uma denúncia recebida a respeito da derrubada de floresta que estava ocorrendo em Igaratá, na região de Santa Isabel, e também na linha que liga Mayrink a Santos¹⁶. Em 1941, na última reunião do Conselho no ano, durante a sessão de troca da presidência, foi mencionada a grande quantidade de denúncias que o Conselho recebia, mas também a impossibilidade, por parte do mesmo, de tomar iniciativas práticas para coibir a destruição da fauna e da flora.

Uma das principais atribuições dadas ao Conselho, foi a de selecionar através de estudos e visitas, as áreas que seriam destinadas no estado de São Paulo, a se tornarem os parques florestais e as áreas protegidas. Em julho de 1941 foi formada uma comissão - da qual Olivério Pinto era um dos integrantes - para designar e estudar a localização de dez parques em várias regiões do estado, para proteger a flora e a fauna do estado¹⁷. Dentre os membros que compunham a comissão, além de Olivério Pinto, estavam: José Camargo Cabral (diretor do Serviço Florestal), Manuel de Siqueira Campos (procurador geral da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado), Agenor Couto de Magalhães (chefe da seção de caça e pesca do Serviço de Indústria Animal) e Frederico Carlos Hoehne. Na tentativa de solucionar os problemas relacionadas ao desmatamento irregular, o Conselho tomou providências e decretou duas reservas florestais no estado, nas regiões de Presidente Venceslau e Xiririca, segundo a notícia do *Correio Paulistano*, em 16 de dezembro de 1941, conforme o trecho a seguir:

“E como resultado dessa ação conjunta do Conselho e do governo do Estado, tivemos já a decretação de duas reservas florestais, situada uma no município de Presidente Venceslau e outra no de Xiririca, além da Fazenda da Guarda em Campos do Jordão, decretada pelo governo anterior.

¹⁶ Notícia encontrada no jornal *Correio Paulistano*, no dia no dia 8 de maio de 1940, pág. 7

¹⁷ Notícia encontrada no jornal *Correio Paulistano*, no dia 9 de julho de 1941, pág. 3

Em consequencia do decreto do Sr. Presidente da Republica, autorizando os Estados a executarem, em seus territorios, o Código Florestal, medida esta de há muito pleiteada pelo Conselho, apressou-se este em elaborar um projeto de decreto regulamentando a applicação do Código referido em nosso Estado.”

18

A notícia ainda faz referência à uma tentativa por parte da Comissão, de tentar tornar as matas ao longo da estrada de ferro Mairinque-Santos como reservas florestais. No entanto, a tentativa não teve êxito, pois as terras pertenciam à Estrada de Ferro Sorocabana, e a empresa alegava a necessidade de se utilizar das árvores da região para produzir combustível para as locomotivas, pois na época, havia uma escassez de carvão no mercado internacional e o preço do mesmo estava alto.

Outro tema frequentemente levado à pauta, eram as expedições que o Conselho organizava, como foi o caso da de Ubatuba em maio de 1940, onde estiveram presentes membros dos mais diferentes departamentos estaduais, inclusive Olivério Pinto representando o Departamento de Zoologia. Eram através dessas viagens que se coletavam exemplares de plantas e eram realizados registros fotográficos¹⁹ e também era através delas, que o Conselho discutia a possibilidade de criar estações ecológicas nestes lugares que os membros julgavam de maior interesse para o estudo da natureza local.

É interessante destacar que em várias ocasiões o Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura realizou expedições de forma conjunta com outras instituições, especialmente com o Instituto Butantan e o Instituto Oswaldo Cruz, nalgumas das quais Olivério Pinto esteve presente. Provavelmente esta era uma prática que se dava no intuito de economizar recursos e unir esforços para estudos de uma mesma região sob vários prismas, desde o estudo da ofidiologia e dos aracnídeos, passando pelo estudo das aves e dos mamíferos, até as investigações a respeito das espécies de parasitas causadores de moléstias em seres humanos.

¹⁸ Notícia encontrada no jornal *Correio Paulistano*, dia 16 de dezembro de 1941, pág. 12

¹⁹ Notícia encontrada no jornal *Correio Paulistano*, no dia 9 de junho de 1940, pág. 3

Ao que podemos deduzir - pois as fontes a respeito não nos trazem muitas informações além dessas - a maior contribuição de Olivério ao Conselho provavelmente se deu com sua participação na comissão formada para designar as áreas dos parques estaduais. Possivelmente, o fato de Olivério fazer parte de viagens organizadas pelo Conselho, como foi o caso de Ubatuba, se devia ao fato de que naquele momento, Olivério era o diretor do Departamento de Zoologia do estado, o que o colocava como a figura de maior responsabilidade dentro do funcionalismo público para responder as questões concernentes à zoologia.

Apesar de não ter escrito nenhum trabalho especificamente a respeito dessa viagem em questão, o principal eixo de trabalho de Olivério ao longo de sua trajetória, foram as expedições de campo, tendo como foco principal a coleta de espécimes da avifauna brasileira. Entretanto, apesar de Olivério ter participado ativamente e intensamente nas atividades de campo, e também nos trabalhos de gabinete referentes à taxonomia e à sistemática, os trabalhos desenvolvidos por ele e seus colegas, tanto no Museu Paulista, quanto no Departamento de Zoologia, só foram possíveis por conta do trabalho de várias outras pessoas, especialmente os coletores, assistentes e taxidermistas.

3 EXPEDIÇÕES DE CAMPO E O ESTUDO DA ORNITOLOGIA

3.1 Taxonomia, morfologia e zoogeografia nos estudos de Olivério Pinto

Nas últimas décadas do século XX, novos estudos no campo da História das Ciências têm voltado os olhos para o trabalho de campo e o papel de diferentes atores na produção do conhecimento científico. Figuras como os coletores, informantes locais e comerciantes, passaram a ser vistos como pessoas importantes neste processo, e passaram a ter um pouco de visibilidade que não lhes eram dadas em abordagens anteriores.

As viagens de exploração por parte dos naturalistas ganharam força a partir do final do século XVIII, especialmente por parte dos europeus que almejavam explorar o mundo natural nas Américas, na África e na Ásia. Os relatos de viagens produzidos por esses naturalistas, descrevendo não somente a paisagem, o clima e as espécies encontradas, mas também relatando as intempéries encontradas pelo caminho através dos diários de viagem passaram a ter grande valor na Europa do século XIX. Para além disso, os espécimes coletados por esses viajantes e que quase sempre se destinavam a algum museu na Europa ou nos EUA, passaram a ser de grande valia para os estudos de história natural realizados pelos naturalistas que não participavam das viagens, assim como para as exposições que os museus realizavam. Segundo Kury (2001), durante o século XIX, havia uma espécie de “divisão de tarefas” entre os naturalistas: os que viajavam e coletavam os espécimes e os que trabalhavam nos gabinetes dos museus classificando e analisando os materiais recolhidos nas viagens.

Entretanto, essa divisão não acontecia de forma tão exata como pode parecer. Em muitos casos, os naturalistas viajantes trabalhavam também na classificação e sistemática dos espécimes, todavia nem sempre eram os próprios naturalistas viajantes que realizavam a caça e o processo de taxidermização dos animais coletados. Quase sempre os naturalistas viajavam acompanhados de uma equipe, fossem financiadas por uma instituição ou de particulares, e dentre essas equipes, havia geralmente os pintores, que realizavam a parte de representação pictórica da viagem; os taxidermistas, que faziam o trabalho de preparo e conservação do material coletado e que seria remetido às instituições na Europa; assim como os informantes locais faziam presença constante nesses grupos de trabalho, para indicar os caminhos mais favoráveis para os naturalistas.

Estudos como o de Raj (2017), que analisa a extensa rede de conexões estabelecidas pelos britânicos e holandeses no contexto do imperialismo na Ásia nos séculos XVIII e XIX, são da maior relevância para entendermos o papel exercido pelos personagens que não tiveram sua participação levada em conta no processo de construção do conhecimento científico. As atividades desempenhadas por coletores locais, artesãos e comerciantes locais, quando estudado, foi quase sempre tido como papel secundário e de menor relevância. Raj (2017) demonstra a importância dos coletores e informantes locais para que os naturalistas que vinham de fora, pudessem ter um conhecimento mais aprofundado e de forma muito mais facilitada sobre a flora do local visitado.

Analisando o contexto brasileiro do século XX, a falta de exatidão da divisão de tarefas entre os membros da viagem, pode ser facilmente identificada nas viagens promovidas pelo Departamento de Zoologia. Em muitos relatos de seus trabalhos de campo, Olivério Pinto descreve que os naturalistas-coletores e taxidermistas da instituição - que eram poucos, devido ao quadro reduzido de funcionários - executavam tarefas diferentes e muitos tinham razoáveis conhecimentos em taxonomia e sistemática, o que promovia uma certa simultaneidade de tarefas sendo realizadas por membros diferentes, inclusive com o próprio Olivério participando ativamente da caça e coleta das aves em várias ocasiões. Essa questão das tarefas exercidas pelos membros da instituição será analisada com maiores detalhes mais à frente, onde veremos que a maioria dos auxiliares da instituição não possuíam nenhum tipo de formação especializada.

De acordo com Lopes (2001), os espaços do campo passaram a ser considerados locais de produção da ciência, ligados diretamente com as coleções obtidas nessas viagens (que seriam objetos de estudo e exposições nos museus), e os catálogos, que passaram a ser o meio divulgador e comunicador dos museus ao redor do mundo, especialmente a partir do final do século XIX. Através dos catálogos “viajando pelo tempo e pelo espaço”, era o modo como os museus poderiam se apresentar e promover intercâmbios com outros museus e instituições ao redor do mundo, pois os catálogos, segundo Lopes: “transformaram-se nas publicações que, com uma eficiência ímpar, pareceram unificar os museus por todo mundo, até bem adiantado o século XX” (LOPES, 2001)²⁰.

²⁰ LOPES, M. M. Viajando pelo campo e pelas coleções: aspectos de uma controvérsia paleontológica. Rio de Janeiro: História, Ciência, Saúde - Manguinhos, V. 8, supl., 2001.

Ainda segundo Lopes (2009): “No caso dos museus brasileiros, eles mantiveram nesse período extensas redes de intercâmbios internacionais, particularmente com os principais museus europeus e norte-americanos”²¹. O intercâmbio de coleções, pesquisadores e informações entre as instituições foi intenso, ainda que ocorrendo de forma “desbalanceada”, como cita a autora.

Juntamente com o Museu Nacional e outros museus provinciais criados na mesma época, esses estabelecimentos foram parte significativa da institucionalização das Ciências Naturais no Brasil, no final do século XIX (LOPES, 2009). Desse modo, esses espaços institucionais privilegiaram o armazenamento de coleções e os estudos taxonômicos e sistemáticos, especialmente no campo da zoologia.

No caso do Museu Paulista, como já dito anteriormente, que foi em sua primeira fase um museu voltado para o estudo da zoologia sul-americana, a formação de coleções científicas para os estudos classificatórios dos espécimes foi o objetivo principal da instituição nos seus primórdios. Dada a continuação, sugerida por Maurício Cândido da Silva (2006), de que o Departamento de Zoologia, que havia sido desmembrado da antiga seção do Museu Paulista daria continuidade aos estudos da taxonomia e sistemática zoológica da instituição anterior, podemos analisar como se desenvolveram partes desses estudos na nova instituição fundada em 1939.

Analisando especialmente aqui o caso da trajetória científica de Olivério Pinto, tendo como fontes principais as publicações do zoólogo, podemos entender a importância que os estudos taxonômicos tiveram em seu trabalho, juntamente com os estudos da zoogeografia, que ocuparam parte importante de suas atenções enquanto ornitólogo.

A produção científica do Olivério Pinto sobre as aves brasileiras se deu em diversos ramos da zoologia, desde os estudos taxonômicos e sistemáticos sobre as aves, e a zoogeografia da avifauna de diferentes regiões. Apesar de certa diversidade dos trabalhos de Olivério, a maior parte deles se deu nas áreas da taxonomia, sistemática e morfologia. E para além disso, é possível notar uma profunda conexão entre os escritos do ornitólogo brasileiro, desde os trabalhos para identificar novas espécies de aves, até os comentários sobre a obra do príncipe

²¹ LOPES, Maria Margaret. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX. Brasília-DF: Editora UnB, 2009.

Wied-Neuwied em sua viagem ao Brasil. As referências utilizadas por Olivério ao longo de sua trajetória são quase que uma constante dos seus trabalhos, sendo que as principais obras de referência utilizadas pelo autor se baseavam nos catálogos de aves produzidos pelos museus de história natural na Europa e nos EUA.

As viagens de campo - através dos artigos e livros de Olivério Pinto e dos relatórios e correspondências trocadas por alguns dos zoólogos, colecionadores e taxidermistas do Departamento de Zoologia - são o objeto de estudo principal deste tópico. É a partir das publicações oriundas das diversas expedições de campo realizadas por Olivério e seus companheiros de instituição, que iremos analisar as problemáticas propostas pelo ornitólogo em seus trabalhos. Desta forma, iremos dividir as expedições e os estudos ornitológicos de Olivério em três partes: o primeiro deles se deu entre os anos de 1930 e 1938, quando Olivério fazia parte do Museu Paulista e trabalhou essencialmente com as coleções já existentes na instituição, oriundas do período em que o Museu foi dirigido por Ihering; no segundo momento entre 1940 e 1949, quando o ornitólogo realizou viagens para vários locais no Brasil, mas principalmente na região central do país; e por fim um terceiro momento, dos anos 1950 até por volta do início dos anos 1960, quando as expedições científicas da instituição que Olivério Pinto dirigia, se concentraram nas atuais regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Olivério tinha algumas questões que permearam quase toda sua trajetória, temas e problemáticas sobre as quais se debruçou, entre elas: as descrições e diferenciações entre as espécies e subespécies de aves; a nomenclatura científica e os nomes vulgares; o estudo da morfologia e das variações das espécies; a análise da zoogeografia e das relações ecológicas das aves das diversas regiões estudadas com os demais animais e plantas.

A estruturação dos artigos mais extensos de Olivério se dava, quase sempre, com uma introdução contendo um breve roteiro da viagem (com informações sobre o mês de partida e o de chegada, os locais visitados e de paradas, e os membros da instituição que participavam das viagens) e uma lista dos espécimes coletados, organizadas pelas famílias da classe das Aves, com o nome científico de cada espécie, contendo informações a respeito do local, data, sexo, tamanho e comentários morfológicos sobre os espécimes. Em alguns casos, o trabalho taxonômico desenvolvido apresentava comparações com outros espécimes já coletados e/ou analisados por outros ornitólogos.

Há também casos em que se discutia a área de abrangência das espécies, onde Olivério corrigia e/ou fazia acréscimos em estudos de ornitólogos anteriores a ele, geralmente de

naturalistas estrangeiros. Em artigo publicado em 1954, intitulado “Resultados ornitológicos de uma expedição ao Território do Acre pelo Departamento de Zoologia”²², Olivério teceu comentários a respeito de uma espécie de papagaio, a *Amazona farinosa farinosa*, que, segundo o autor, teve sua área de abrangência restrita à região amazônica nos estudos de ornitólogos como Hellmayr e James Lee Peters (1889-1952), mas que também era encontrada em florestas do oriente brasileiro, tendo o Departamento de Zoologia coletado uma ave da mesma espécie em um afluente do Rio Doce no estado do Espírito Santo em 1942. A partir desse exemplo, podemos cogitar a relevância das coleções formadas pelas expedições do Departamento de Zoologia, que se mostraram importantes para estudos taxonômicos, zoogeográficos e ecológicos.

A preocupação de Olivério Pinto de promover expedições para lugares do território brasileiro onde a avifauna tinha sido pouco ou nunca explorada até aquela época, pode ser constatada na expedição ao Acre realizada em 1951, onde Olivério afirma logo no início do artigo que o território a ser percorrido durante a viagem - local mais ao sul do território amazônico com exceção do norte do Mato Grosso, no alto do Rio Purus -, era uma região que não havia sido investigada até então, do ponto de vista da ornitologia. Outra região que Olivério afirmou aparentar nunca ter sido investigada do ponto de vista da avifauna por nenhum outro naturalista, foi a região do extremo oeste do Paraná, que foi visitada por membros do Departamento de Zoologia em 1954. Olivério ressalta que somente o trecho mais meridional do Rio Paraná, entre Foz do Iguaçu e Guaíra foi anteriormente visitado pelo ornitólogo Emil Kaempfer.

No prefácio da 2ª parte do “Catálogo das Aves do Brasil”, publicado em 1944, o autor tece mais comentários a respeito do assunto, se referindo as viagens de coleta empreendidas pelo Departamento de Zoologia, a importância da ampliação dos conhecimentos a respeito da distribuição das aves pelo território brasileiro. Logo em seguida, o zoólogo ressalta:

“A despeito porém do que se tem conseguido realizar no campo da exploração avifaunística, há ainda no país extensíssimas zonas sem qualquer representação nas séries ornitológicas utilizadas na presente obra. De quase todos os estados nordeste, nomeadamente Sergipe, Alagoas, Paraíba, Ceará,

²² CAMARGO, E. A.; PINTO, O. M. O. Resultados ornitológicos de uma expedição ao território do Acre pelo Departamento de Zoologia. Papéis Avulsos, Vol. 11, 1954, págs. 371-418.

Rio Grande do Norte e Piauí, a custo existirá uma só peça nas coleções do Departamento de Zoologia. Lacuna tanto mais sensível quanto relativamente à maioria destas províncias é igualmente muda a literatura do assunto. Daí não ser possível traçar em bases rigorosas o mapa completo da distribuição das aves do Brasil, as quais podem reservar ainda aos naturalistas interessantes novidades, no próprio terreno da sistemática. É, pelo menos, o que sugerem os resultados que obtive na breve expedição realizada em Pernambuco anos atrás.” (PINTO, 1944)²³

Através desses exemplos citados, pode-se perceber que um dos objetivos principais de Olivério, em seus estudos, era analisar a zoogeografia das aves no território brasileiro, identificando as áreas de ocorrência das espécies. E para alcançar esse objetivo, as expedições de campo para coletar espécimes e observar as aves em seus habitats naturais eram essenciais. Após a publicação da 2ª parte do *Catálogo das Aves* em 1944, Olivério constatou a pouca representatividade de espécimes oriundos da região nordeste do país nas coleções do Departamento de Zoologia, e a partir de então passou a priorizar a promoção de expedições para quase todos os estados citados no trecho acima. No início dos anos 1950, Olivério participou de expedições ao estado de Alagoas, e na segunda parte da década de 1950, esteve presente em algumas das expedições aos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

A questão da zoogeografia era relativamente recente no debate científico brasileiro, tendo sido o início dessa área de estudos no Brasil - contemporânea a trajetória de Olivério Pinto - capitaneada por outros zoólogos e botânicos brasileiros da época, especialmente por Cândido de Mello Leitão. Duarte (2014) aponta, que Mello Leitão ao publicar a obra “Zoogeografia do Brasil”, pela Companhia Editora Nacional em 1937, dentro da série *Brasiliana*, estava inserido no contexto dos cientistas e intelectuais brasileiros de divulgar o Brasil para os brasileiros, e em busca de modernizar o país através de várias ferramentas, incluindo aí a ciência.

²³ PINTO, O.M.O. Catálogo das aves do Brasil e lista dos exemplares existentes na coleção do Departamento de Zoologia 2ª parte: Ordem Passeriformes (continuação), Superfamília Tyrannoidea e Subordem Passeres. São Paulo: Departamento de Zoologia, 1944.

A zoogeografia do país era um tema de alta relevância para Mello Leitão - e em alguma medida para Olivério Pinto também - pois estes zoólogos, desejavam estudar a fauna brasileira para além das questões da taxonomia e da morfologia, baseando-se nos registros que já existiam na época. Não menosprezando a importância da taxonomia e da morfologia, tendo em vista que Mello Leitão e Olivério Pinto eram estudiosos dessas questões, os dois naturalistas desejavam para além da zoogeografia e taxonomia, entender as relações existentes entre os animais que eles estudavam e o restante dos seres vivos, ou seja, Mello Leitão desejava entre outras coisas, estudar a relação das aranhas com os outros seres vivos, e Olivério Pinto, por sua vez, almejava entender a relação de determinadas aves com as plantas e outros animais.

Como pontua Duarte (2014), a morfologia não deixava de ser importante para Mello Leitão, mas a dinâmica da biologia no século XX impunha que outras questões fossem estudadas. Sendo assim, esses conhecimentos mais básicos seriam o mote para o estudo de outros temas, como a ecologia, a geografia e o estudo das relações humanas com o meio ambiente, ressaltando a importância da participação desses intelectuais na questão do debate conservacionista brasileiros nos anos 1930 e 1940.

Outra temática à qual Olivério Pinto destinava bastante atenção era a respeito da morfologia para seus estudos taxonômicos. Ao longo de sua trajetória, em quase todos os artigos de Olivério, especialmente os que resultavam de coleções obtidas através de expedições de campo, onde constavam listagens das aves coletadas, havia descrições morfológicas sobre as espécies, geralmente contendo informações sobre a plumagem, tamanho das partes do corpo da ave e formato do bico.

Mais especificamente sobre questão da plumagem, Olivério escreveu um pequeno artigo publicado no número 7 da *Papéis Avulsos*. Intitulado “Sobre a sucessão das plumagens em *Trigrisoma lineatum marmoratum* (Viellot)”, o autor discorre sobre as variações morfológicas e geográficas do socó-boi, espécie típica do continente sul-americano. Analisando os mais de 30 espécimes de socó-boi que tinha a disposição, Olivério analisa as divergências de entendimento entre os zoólogos dos museus britânicos e norte-americanos, ao proporem números de espécies diferentes do socó-boi, as quais Olivério resume a duas. Como veremos mais adiante, Olivério observou aqui tendência na diferença dos tamanhos das aves de acordo com a região do país, afirmando que os espécimes oriundos da região amazônica e das Guianas eram menores em comparação com as da região central do Brasil.

Ainda a respeito das variações morfológicas apresentadas pelo socó-boi, Olivério Pinto, discordando do posicionamento dado pelos naturalistas norte-americanos Witmer Stone e Howard Radclyffe Roberts, de que a plumagem dessas aves teria quatro fases de sucessão, Olivério propôs que eram 3 fases e descreve cada uma delas, tendo como referência alguns dos espécimes que tinha à disposição. As variações são de diversas naturezas, tanto da coloração da plumagem, como do desenho das faixas que cobrem a plumagem, contendo o artigo imagens dos exemplares analisados por Olivério, para ilustrar suas descrições. Analisando mais detidamente as 3 fases de sucessão da plumagem proposta por Olivério, ele ressalta:

“Por efeito do caráter parcial e progressivo e das mudas, abundam exemplares insuscetíveis de serem enquadrados rigorosamente em qualquer dos três estados, mas em que é sempre possível reconhecer, associadas em proporção muito variável, as características que são peculiares a um ou outro destes últimos.”²⁴

Através desse trecho, podemos observar o caráter progressivo das mudanças na plumagem das aves, entendendo que a classificação serve antes de tudo como uma espécie de referência e não como um enquadramento do qual não há outras alternativas. Podemos inclusive atentar para como Olivério entendia as mudanças morfológicas de modo gradual e não de forma abrupta, como se as espécies não tivessem ligações umas com as outras. Ao que parece, o trabalho do ornitólogo brasileiro estava em direção de nortear as sutis diferenças entre as variações geográficas das espécies, situando as mudanças com relação às variantes de clima, altitude, umidade etc.

A obra mais extensa de Olivério Pinto, que foi o “Catálogo das Aves do Brasil”, que foi dividida em duas partes, de aproximadamente 700 páginas cada volume, trata essencialmente de questões relacionadas às discussões taxonômicas e morfológicas. Tendo a primeira parte da obra sido publicada em 1938, é de se imaginar que a experiência de Olivério como ornitólogo não era tão consolidada nesta época, e o zoólogo não havia tido tempo hábil para se deslocar em muitas expedições pelas diferentes regiões do país, tendo em vista que havia ingressado na instituição havia 9 anos. Dessa forma, em se tratando de análises de espécimes coletados, foram utilizados maciçamente as coleções obtidas antes do ingresso de Olivério no Museu Paulista, em sua maioria, coleções da época em que Herman von Ihering

²⁴ PINTO, O. M. O. Sobre a sucessão das plumagens em *Trigrisoma lineatum marmoratum* (Viellot). Papéis Avulsos, Vol. 7, 1947, págs. 45-50.

dirigia a instituição. É possível conjecturar então, que Olivério realizou um extenso trabalho de gabinete para a escrita de sua obra principal, analisando os espécimes que pertenciam ao Museu Paulista, assim como as obras que os naturalistas estrangeiros deixaram sobre as aves que habitavam o território brasileiro, a fim de fazer uma revisão da nomenclatura e da sistemática. Com relação às coleções oriundas da região amazônica, tanto da parte brasileira como em outros países, a maior parte delas eram oriundas do trabalho de Olalla, como veremos com maiores detalhes em outro tópico deste capítulo.

Outro ponto relevante desta obra – o “Catálogo das Aves do Brasil” - diz respeito ao caráter que os catálogos tinham para os museus e para a circulação do conhecimento científico na época. Lopes (2001) cita a importância que os catálogos tinham de ser uma espécie de apresentação dos museus pelo mundo, ou ainda, poderiam ser os próprios museus circulando pelos continentes através dos catálogos. A publicação de Olivério Pinto sobre as aves do Museu Paulista, não foi a primeira do gênero publicada por membros da instituição. Rodolpho von Ihering tinha profundo interesse e admiração pelas aves, e publicou em conjunto com o pai (Herman), um conjunto de obras intitulado *Catálogo da Fauna Brasileira*, onde o primeiro volume foi intitulado “As Aves do Brasil”, publicado em 1907. Em 1914, Rodolpho publicou *O Livrinho das Aves*, obra voltada para o público em geral, falando sobre a riqueza faunística das aves no território brasileiro e sobre a importância da preservação desses animais. Devido aos pouco mais de 30 anos passados da publicação do catálogo produzido pelos Ihering, que Olivério afirma no prefácio de sua obra, estar “insuficiente e antiquada”, o ornitólogo propõe uma revisão da matéria. De toda forma, para além dessas questões, a obra de Olivério pretendia em alguma medida, demonstrar para as outras instituições museológicas nos EUA e na Europa, que o Museu Paulista continuava sendo uma referência nos estudos das aves no Brasil, o que é um feito relevante por si só, tendo em vista que o país é um dos que tem maior quantidade e variedade de espécies de aves no mundo.

Apesar do tamanho da obra, Olivério se queixava da bibliografia restrita à qual teve acesso para a escrita do trabalho, assim como a limitação dos espécimes analisados, tendo em vista a enorme dificuldade de analisar exemplares das mesmas espécies de outros museus, no intuito de compará-los. O autor reforça a importância das coleções obtidas no período da administração de Herman von Ihering e as consultas que o antigo diretor fez aos renomados ornitólogos como Conde Von Berlepsch e Carl Hellmayr, que na época o ajudaram nas questões de taxonomia e sistemática, através dos espécimes de aves coletados em solo brasileiro. Olivério também reconhece a importância do incremento das coleções de aves,

desde que ele ingressou no Museu Paulista em 1929 até o ano da publicação da primeira parte do *Catálogo*, em 1938, como resultado dos trabalhos de campo realizados por ele e pelos auxiliares, tanto os que pertenciam ao quadro de funcionários - como José Leonardo de Lima, Walter Garbe e Carlos da Cunha Vieira -, como alguns coletores que não eram ligados institucionalmente ao Museu Paulista mas contribuíram largamente para o incremento das coleções, como A. M. Olalla e outros nomes menos conhecidos, como Heitor Serapião e Paulo Sester.

Com relação ao tipo de classificação adotada na nomenclatura das espécies listadas na obra, Olivério cita a importância de alguns estudiosos da ornitologia. A obra de Hellmayr, “*Catalogue of Birds of the Americas*”, publicada pelo Field Museum of Chicago foi sem dúvida uma das principais referências de Olivério, não somente na confecção de sua obra mais extensa, mas em boa parte de sua trajetória. Outro ornitólogo que teve seus estudos como referência no “*Catálogo das Aves do Brasil*”, foi o norte-americano Alexander Wetmore (1886-1978), cujo trabalho ornitológico reforça a forte influência da produção científica norte-americana na ornitologia brasileira, ponto que é inclusive admitido pelo próprio Olivério Pinto. Outra obra de grande importância citada por Pinto é o “*Catalogue of Birds of British Museum*”, que segundo o ornitólogo brasileiro, é uma obra essencial para o conhecimento da avifauna brasileira.

Ao longo das observações de Olivério feita nas listagens de aves coletadas pelas expedições, presentes em quase todas os seus relatos de viagens, podemos identificar as principais referências teóricas do ornitólogo brasileiro, com relação aos entendimentos da taxonomia, da sistemática e da morfologia. Para além de Hellmayr, outros naturalistas estrangeiros que são constantemente citados por Olivério, são alguns dos que percorreram o Brasil durante o século XIX, como o austríaco Johann Natterer, que estudou com mais detalhes a ornithologia brasileira, e o alemão Johann Baptist Spix, que integrou a Missão Artística Austro-alemã no Brasil, e juntamente com o botânico Carl Philipp von Martius (1794-1868), coletaram milhares de espécimes de animais em território brasileiro, incluindo quantidade significativa de aves nessas coleções, as quais foram remetidas, tanto para o Museu de Viena quanto para o Museu de Munique.

Como já mencionado anteriormente, entre os nomes mais citados por Pinto, estava o do norte-americano Alexander Wetmore, que desenvolveu trabalhos de campo e coleta de espécimes trabalhando no Serviço Biológico do Departamento Federal de Agricultura dos

EUA. Wetmore estudou mais detidamente as aves migratórias entre a América do Norte e as Américas Central e do Sul, e por isso, realizou algumas expedições para países como Panamá, Porto Rico, Argentina, Peru e outros, além de expedições marítimas no Pacífico. Wetmore trabalhou por muitos anos no Smithsonian Institution e colaborou com diversas organizações governamentais e não-governamentais dentro e fora dos EUA, tendo integrado a American Ornithologists' Union. Foi citado várias vezes nos trabalhos de Olivério, provavelmente pela alta reputação que Wetmore gozava no meio científico americano.²⁵

Outro nome que servia como referência para Olivério nas questões taxonômicas, era o do austríaco Carl Eduard Hellmayr. Através do relato memorialístico publicado por John Todd Zimmer na revista *Auk*, em 1944²⁶ após a morte de Hellmayr, podemos saber algumas informações a respeito de seus trabalhos e trajetória. Hellmayr foi um estudioso das aves neotropicais, que iniciou seus estudos na Universidade de Viena e ensinou em Munique, se juntando ao grupo do Bavarian State Museum, que possuía ricas coleções de aves das regiões tropicais, inclusive do Brasil, oriundas em grande parte da expedição de Spix e Martius. Hellmayr desenvolveu uma profunda amizade com o Conde Von Berlepsch, ornitólogo que foi uma espécie de mentor do zoólogo austríaco, com que aprendeu sobre sistemática e métodos de ornitologia.

Em 1903 Hellmayr entrou para o Instituto Zoológico de Munique, tendo estudado as coleções de J. B. Spix e publicado trabalho de revisão dos tipos de aves brasileiras coletadas pela expedição ao Brasil no século XIX. Anos depois, Hellmayr se mudou para a Inglaterra, onde trabalhou no Rothschild Museum em Tring. Nesta instituição, Hellmayr se debruçou sobre as coleções de aves brasileiras levadas por G. A. Baer. Após a rápida passagem pela Inglaterra, Hellmayr volta a Munique, para estudar coleções de aves oriundas da região amazônica dos territórios peruano e venezuelano. Em 1922, Hellmayr deixou a Europa, pois foi convidado pelo Field Museum of Natural History de Chicago, para dar prosseguimento nos trabalhos do *Catalogue of Birds of the Americas*, que havia sido iniciado pelo ornitólogo Charles Barney Cory. Este foi provavelmente o trabalho de maior dimensão da carreira de Hellmayr. Em 1931, o ornitólogo voltou para Viena, para trabalhar no museu de história natural local. Anos depois, após a invasão nazista em Viena, Hellmayr chegou a ser preso por conta de

²⁵ Informações sobre Wetmore obtidas em: <https://siarchives.si.edu/history/alexander-wetmore>, acessada em 20/02/2023, às 11:32.

²⁶ ZIMMER, John T. In memoriam - Carl Eduard Hellmayr. *The Auk*, v.61, 1944, p.606-612.

suas posições contrárias ao regime totalitário, tendo sido liberado tempos depois, quando se mudou para a Suíça, onde viveu até o final da vida.

Desde os primeiros trabalhos publicados por Olivério, fruto das expedições à Bahia, até os comentários e traduções das obras de naturalistas estrangeiros que Olivério ajudou a produzir, Hellmayr se constituiu no principal nome onde o ornitólogo brasileiro buscou se apoiar nas questões mais teóricas.

As colaborações realizadas por Olivério Pinto com as instituições estrangeiras, especialmente o Museum of Comparative Zoology, eram frequentemente mencionadas em seus trabalhos para onde o Departamento de Zoologia remeteu coleções. Em publicação de 1961, relatando as viagens realizadas aos estados no Nordeste nos anos de 1957 e 1958, Olivério cita o caso do espécime de *Geranospiza caerulescens gracilis*, que havia sido coletada pelo Museu Paulista em viagem realizada à Bahia, em 1932, e remetida à instituição norte-americana e catalogada por Peters que a descreveu como subespécie. É interessante perceber ao longo desse texto, intitulado “Resultados ornitológicos de quatro recentes expedições do Departamento de Zoologia ao Nordeste do Brasil, com a descrição de seis novas subespécies”, publicado por Olivério em parceria com o biólogo da instituição Eurico Camargo, as constantes referências ao trabalho do ornitólogo austríaco Hellmayr, publicado em 1929 sobre as aves da região Nordeste do Brasil.

A respeito das colaborações entre as instituições, ainda mencionando as viagens ao Nordeste no final da década de 1950, uma das financiadoras da expedição, além do Conselho Nacional de Pesquisas, foi o Los Angeles County Museum, conforme afirmou Olivério Pinto em artigo publicado após as expedições:

“[...] valendo-se não só dos recursos postos à sua disposição pelo Conselho Nacional de Pesquisas, benemerita organização cujo papel no desenvolvimento da pesquisa científica entre nós é desnecessário encarecer, como também do auxílio financeiro advindo de uma bem-vinda colaboração com o Los Angeles County Museum, conhecida instituição congênere, com sede nos Estados Unidos (Califórnia)”²⁷

²⁷ CAMARGO, E. A.; PINTO, O. M. O. Resultados ornitológicos de quatro recentes expedições do Departamento de Zoologia ao Nordeste do Brasil. Arquivos de Zoologia do Estado de São Paulo, Vol. 11, 1961, págs. 193-284.

A respeito das trocas de espécimes entre as instituições existem algumas documentações. Em carta de Eurico Camargo endereçada ao então diretor do Departamento de Zoologia, em setembro de 1959, o mesmo relaciona as espécies de aves que foram solicitadas pelo Los Angeles County Museum, e o zoólogo ainda acrescenta mais 13 espécimes coletados no estado do Ceará, coleções que seriam remetidas à instituição norte-americana. Eurico Camargo termina a carta afirmando que após essa troca entre as instituições, o débito da instituição brasileira ficaria em 10 espécimes, o que nos leva a crer que anteriormente o museu californiano havia enviado coleções ao Brasil.²⁸

Juntamente com essa coleção, foram enviados espécimes coletados por Olalla, para a mesma instituição. No mesmo dia da correspondência citada anteriormente, Eurico Camargo listou as espécies e as quantidades de cada uma que seriam enviadas para o Los Angeles County Museum referentes ao trabalho de coleta do equatoriano, totalizando 268 espécimes de aves.²⁹

A Bahia foi o primeiro dos estados do Nordeste visitado nas expedições de 1957 e 1958, onde Emílio Dente, prático de laboratório do Departamento de Zoologia, expediu relatório no dia 30 de junho de 1958 com informações relativas aos meios utilizados para fazer a viagem, os recursos utilizados e contatos realizados para possibilitar a atividade científica de campo. Dentre as espécies a serem coletadas, havia duas requisições por parte do Los Angeles County Museum, que desejava duas espécies de araras, a *Cyanopsitta spixii* e a *Anodorhynchus leari*. No relatório, Emílio Dente relata algumas das tentativas de encontrar as espécies, e a dificuldade de se aproximarem das araras, pois naquela época do ano estavam ariscas. No final, as tentativas não tiveram sucesso e as espécies de araras que foram coletadas não foram solicitadas pelo museu californiano.³⁰

As expedições realizadas em conjunto entre duas ou mais instituições eram comuns, especialmente entre as instituições brasileiras. Como primeiro exemplo, podemos citar as já mencionadas expedições pela estrada de ferro Noroeste do Brasil, promovidas pelo Instituto

²⁸ CAMARGO, Eurico Alves. *Comunicado*. 29 de setembro de 1959, São Paulo. [para] DIRETOR do Departamento de Zoologia. São Paulo, coleções remetidas em permuta ao Los Angeles County Museum, 2f.

²⁹ CAMARGO, Eurico Alves. *Comunicado*. 29 de setembro de 1959, São Paulo. [para] DIRETOR do Departamento de Zoologia. São Paulo, coleções remetidas por Olalla ao Los Angeles County Museum, 3f.

³⁰ DENTE, Emílio. *Relatório*. 30 de junho de 1958, São Paulo. Documentação pasta “Emílio Dente”, arquivos MZ/USP. Relatório de viagem realizada ao noroeste extremo do estado da Bahia, 7f.

Oswaldo Cruz e pelo Clube Zoológico do Brasil, das quais participaram membros de diversas instituições.

Outro exemplo foi o da expedição organizada pelo Instituto Butantan e chefiada pelo Dr. Afonso Hoge para a região da Serra do Roncador. A revista *Fauna*, noticiou na edição de agosto de 1949 a partida do pessoal da expedição do aeroporto de Congonhas em São Paulo e o agradecimento de Hoge a colaboração de Olivério Pinto para a empreitada científica, com o envio de dois auxiliares do Departamento de Zoologia para a expedição, Werner Bokerman e Emílio Dente.³¹

Em setembro, a mesma revista noticiou a chegada da expedição à Goiânia, onde partiram depois para a região do Rio das Mortes. Depois dessa região, com o apoio do então Serviço de Proteção aos Índios, a expedição partiria para a Serra do Roncador até o Rio Xingú, de onde seguiria pelo Rio Amazonas até Belém, no Pará. A revista *Fauna* registrou a chegada de membros do Departamento de Zoologia em Goiânia. [ver figura em anexo 1]

3.1.1 Olivério Pinto no Museu Paulista

Durante os aproximadamente 10 anos que Olivério Pinto atuou como zoólogo do Museu Paulista, destacaram-se cinco expedições das quais ou ele fez parte ou publicou trabalhos sobre as aves da região, a saber: Mato Grosso em 1931; Bahia em 1932; Goiás em 1934, Amazonas em 1936 e Pernambuco em 1938, com destaque especial para a viagem realizada à Bahia, que resultou em uma monografia de pouco mais de 300 páginas, publicada no Tomo XIX da *Revista do Museu Paulista*.

Esse período foi marcado ainda pela publicação de trabalhos na área de mastozoologia por parte de Olivério Pinto, ainda que a maioria dos textos tratassem sobre o estudo das aves. E para além das expedições e das publicações, foi um período de muitas atividades para o

³¹ Informações sobre a expedição à Serra do Roncador podem ser encontradas nas edições 8 e 9 do ano de 1949 da revista *Fauna*, podendo ser acessadas através dos links a seguir: [Fauna \(SP\) - 1943 a 1968 - DocReader Web \(bn.br\)](#), acessado em 20/02/2023, as 12:06 e [Fauna \(SP\) - 1943 a 1968 - DocReader Web \(bn.br\)](#), acessado em 20/02/2023, as 12:06. Fontes 16 e 18

zoólogo, tendo em vista suas participações no Clube Zoológico do Brasil e Conselho Florestal de São Paulo.

O texto publicado sobre a expedição à Bahia é uma rica fonte histórica a respeito das viagens de campo praticadas no Brasil durante a década de 1930. Não só pela extensão do trabalho, mas pela riqueza de informações e detalhes que a fonte nos traz, indo desde a partida de Olivério em São Paulo rumo ao porto de Santos, até a chegada na Bahia e os pontos percorridos, com descrições dos lugares e das populações locais. Ou seja, trata-se de um texto que não aborda meramente a questão do estudo das aves daquela região, mas sim de um detalhado relato de viagem, onde Olivério expõe antes de tudo, os motivos da viagem à Bahia e retoma os últimos naturalistas que lá estiveram e tinham interesse no estudo da ornitologia. A viagem foi deveras significativa, que possibilitou a Olivério que participasse do XII Congresso Internacional de Zoologia em Lisboa, em 1935, onde, ao lado de outros nomes relevantes da zoologia brasileira, como Afrânio do Amaral e Alcides Prado, apresentou trabalho a respeito da viagem à Bahia.³²

A estadia de Olivério na cidade de Jequié, está presente nos comentários que ele tece no artigo, descrevendo alguns aspectos urbanos e sociais da cidade, assim como as fotografias presentes na publicação, nos possibilitam vislumbrar algumas questões.

É perceptível nesse trabalho de Olivério Pinto, que ele mescla ao longo do texto trechos a respeito das características geográficas e sociais dos lugares por onde passa durante a viagem, bem como as pessoas com quem estabeleceu contato nas cidades e fazendas; com passagens a respeito das aves observadas e coletadas na região, tecendo breves comentários sobre espécies que podem ser consideradas endêmicas da região, como *Myiobius barbatus mastacalis* (Neuwied), que segundo o autor, é típica da Bahia até o sul de São Paulo, nas zonas de mata, e a *Chelidoptera tenebrosa*, segundo Olivério erroneamente nomeada como um tipo de andorinha, bastante comum na região.

Da monografia, o relato da expedição encontra-se nas primeiras 39 páginas, segue-se uma lista com as espécies de aves encontradas e após isso, uma listagem comentada dos espécimes coletados, com as referências de nomenclaturas propostas por outros autores e análises de outras coleções, que ocupam cerca de 250 páginas. No final completam a

³² Breve menção ao XII Congresso Internacional de Zoologia é feita no jornal *Correio Paulistano*, no dia 27 de agosto de 1935, [Correio Paulistano \(SP\) - 1930 a 1939 - DocReader Web \(bn.br\)](#), acessado em 20/02/2023, as 12:11.

monografia um resumo em inglês e um índice das espécies pelo nome científico, e depois outro índice dos nomes vulgares.

Diversos trabalhos sobre os nomes populares ou vulgares, utilizados pelas populações indígenas e locais para designar espécies de aves, foram comuns no Brasil desde o final do século XIX, com um estudo realizado por Goeldi, no clássico “As Aves do Brasil”, onde o naturalista suíço aborda os nomes não científicos utilizados para se referir as aves. Herman von Ihering, em trabalho sobre as aves do estado de São Paulo, também mencionou a importância do conhecimento dos nomes indígenas das aves. Farias e Alves (2007), reforçam que, apesar de no Brasil não existir uma lista padronizada dos nomes vulgares das aves, como nos EUA e na Argentina, por exemplo, existe uma quantidade significativa de trabalhos sobre o tema ao longo do século XX. Para os dois autores, alguns outros trabalhos, como o “Dicionário dos Animais do Brasil”, obra póstuma de Rodolpho von Ihering, o artigo do zoólogo do Museu Paulista, companheiro de Olivério Pinto, Carlos da Cunha Vieira, sobre os nomes vulgares das aves brasileiras, publicado na *Revista do Museu Paulista*, em 1936³³, e o próprio “Catálogo das Aves do Brasil”, de Pinto, foram obras que trouxeram contribuições significativas nesse sentido.

Nos estudos da etnoornitologia, foram identificados que elementos como a plumagem das aves, o canto, o tamanho e as espécies que tinham alguma presença na alimentação humana, eram as mais bem conhecidas pelas populações locais (FARIAS e ALVES, 2007). Esses eram os elementos norteadores para o nome atribuído por essas populações a essas aves, ou seja, o tipo de relação que os humanos possuíam com as espécies, era o que determinava a forma como eram nomeadas.

No caso específico dos nomes vulgares no Brasil, a importância dos nomes indígenas foi de extrema relevância, dado que vários dos naturalistas estrangeiros que aqui estiveram, utilizaram-se fartamente desses nomes para se referir as espécies, especialmente em períodos anteriores ao estabelecimento na nomenclatura lineana.

³³ Menção ao trabalho de Carlos da Cunha Vieira, mais especificamente: VIEIRA, C. O. da C. Nomes vulgares de aves do Brasil. In: *Revista do Museu Paulista*, Tomo XX. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1936.

O estudo de Carlos da Cunha Vieira, zoólogo da subseção de vertebrados do Museu Paulista, ao que tudo indica, contou com a colaboração de Olivério Pinto, especialmente nas referências utilizadas no trabalho, juntamente com os catálogos dos Ihering, o de Goeldi e o estudo dos nomes tupis nas aves, de Rodolfo Garcia. O artigo de Carlos da Cunha, intitulado “Nomes vulgares de Aves do Brasil”, atribui a nomeação popular dada as aves, pela cor, canto, forma ou pelo modo de vida das aves, citando alguns exemplos clássicos dessas nomeações, como o João-de-Barro. Quanto à nomenclatura, Carlos da Cunha cita a predominância do tupi nos nomes, mas cita também a importância dos nomes portugueses que foram atribuídos às aves mais semelhantes as do continente europeu.

O autor cita ainda as diferenças regionais entre os nomes atribuídos e que em muitos casos, o mesmo nome era utilizado para se referir a diferentes espécies, inclusive de famílias diferentes. Alguns casos como o João-de-Barro possuem diversos nomes, como coloca Carlos da Cunha na listagem exibida em ordem alfabética, dos nomes vulgares das aves. Diz o autor os nomes utilizados para se referir à este pássaro: “Amassa-barro (Bahia e Matto Grosso), Barreiro (R. Grade do Sul), Forno (idem), João-de-Barro (São Paulo), Oleiro, Pedreiro (Amazônia) - todas as espécies do gênero *Furnarius*, fam. *Furnaridae*”³⁴. Outro exemplo citado pelo autor, que contém uma série de nomes diferentes de acordo com a região, é o Sacy, como é chamado na região Sul, recebendo os nomes de fem-fem e matinta-pereira em Goiás, de sem-fim em São Paulo e de Peixe-frito na Bahia, todos usados para se referir à *Tapera naevia* (L.).

3.1.2 As primeiras expedições do Departamento de Zoologia

Durante os primeiros anos do Departamento de Zoologia podemos perceber um certo padrão nas expedições empreendidas pela instituição. Com exceções feitas às viagens para Bahia e Alagoas, as outras se concentraram na atual região central do país, no próprio estado

³⁴ Trecho retirado do artigo VIEIRA, C. O. da C. Nomes vulgares de aves do Brasil. In: Revista do Museu Paulista, Tomo XX. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1936.

de São Paulo, e em outros estados como Minas Gerais e no Rio de Janeiro, na região da Serra do Itatiaia.

Dos trabalhos de maior destaque desse período, um dos principais foi o realizado pelo Departamento de Zoologia na região do município de Amparo, no distrito de Monte Alegre, em São Paulo. Sobre essa expedição, foram publicados alguns artigos no número da *Papéis Avulsos* publicado em 1944, entre eles o de Olivério Pinto sobre as aves da região.

O Departamento de Zoologia realizou 4 viagens à região de Monte Alegre, entre os anos de 1942 e 1943, para observar a fauna em diferentes épocas do ano e poder analisar as diferenças das aves durante o ano e também a ocorrência de determinadas aves em determinadas estações. Na primeira viagem, realizada entre julho e agosto de 1942, José Leonardo de Lima, responsável pela coleta de aves e mamíferos, conseguiu obter 133 espécimes no primeiro momento. Em segunda viagem, realizada de forma breve entre os meses de novembro e dezembro do mesmo ano, José de Lima não conseguiu coletar quantidade significativa de aves devido principalmente as chuvas na região, comuns nessa época do ano. A terceira passagem do coletor da instituição pela região se deu em janeiro de 1943, tendo o mesmo conseguido obter melhores coletas do que em relação à segunda expedição. A quarta e última expedição se deu em maio de 1943, quando José Lima e Olivério puderam realizar atividade de coleta de forma conjunta.

Olivério menciona ao longo do seu artigo publicado em 1944, as espécies mais comuns na região, que eram o tico-tico, o pardal, o sanhaço e a saíra. Entre o tico-tico e o pardal havia uma questão relacionada à influência na agricultura, pois havia um debate, sobre o qual Olivério já havia se posicionado em artigo no *Boletim Biológico*, sobre a possível má influência do pardal nas lavouras.³⁵

As espécies listadas por Olivério, que foram coletadas ao longo da expedição, são mencionadas quase sempre pelos nomes científicos das espécies acompanhados dos nomes comuns, sendo geralmente mencionados os locais mais comuns de se encontrar aquelas espécies.

³⁵ O artigo de Olivério Pinto a respeito da influência dos pardais na agricultura: PINTO, O. M. O. O pardal em suas relações com a agricultura. In: *Boletim Biológico*: São Paulo, Vol.1, n.1, 1933.

Neste trabalho Olivério expõe sua preocupação com a devastação das matas, e a consequente fuga de animais de região, especialmente no que se refere às aves. Durante os anos 1940 no Brasil havia um grande debate em torno da preservação da natureza brasileira, tendo os governos de Getúlio Vargas empreendido uma série de legislações e medidas no tocante a proteção da fauna e da flora nacionais. Tendo isso em vista, a questão das consequências geradas pela devastação ambiental eram um dos principais tópicos abordados pelos cientistas brasileiros na época. Olivério Pinto lamenta a dificuldade de serem encontradas as espécies de aves típicas da região, que perderam seu hábitat natural no processo de devastação florestal na região. Diante dessa temática, Olivério é enfático ao afirmar:

“No que toca à generalidade das espécies mais notáveis da fauna alada indígena, só há um meio de preservá-la da extinção completa e definitiva. É a manutenção de grandes reservas de mata natural, em que possam se multiplicar a vontade, livres dos caçadores e de outros inimigos seus, satélites do homem”³⁶

Outro ponto merecedor de destaque no texto, são as relações ecológicas analisadas por Olivério em relação às aves. Em vários momentos, o autor analisa as relações dos insetos e das árvores frutíferas com as aves, inclusive através das análises estomacais dos espécimes coletados.

Dois anos depois, foi publicado um artigo adicional sobre essas expedições publicado no nº6 da *Papéis Avulsos*³⁷, onde Olivério adiciona algumas colocações a respeito das aves coletadas e dos estudos realizados com base em outras coleções presentes no Departamento de Zoologia e em catálogos e publicações de autores estrangeiros, como era de costume nos trabalhos de Olivério Pinto.

Outro trabalho relevante desse período foi o artigo publicado a respeito de nova visita realizada ao estado da Bahia, dez anos após a visita de 1932. Tendo escolhido a região da ilha

³⁶ PINTO, O. M. O. Sobre as aves do Distrito de Monte Alegre, Município de Amparo (São Paulo, Brasil). *Papéis Avulsos*, Vol. 4, 1944, págs. 117-149.

³⁷ PINTO, O. M. O. Algumas adendas à avifauna de Monte Alegre. *Papéis Avulsos*, Vol. 6, 1945, págs. 135-142.

da Madre de Deus para uma rápida viagem realizada no início de 1942, que teve seus resultados publicados no nº3 da *Papéis Avulsos*.³⁸

Nesta expedição, Olivério identificou uma espécie de ave que havia coletado na visita de 10 anos atrás, porém em outra região da Bahia. Trata-se da *Pseudoseisura cristata cristata* (Spix), que Olivério acreditava estar circunscrita à região da caatinga, porém foi possível observá-la na viagem de 1942. O registro pela primeira vez deste pássaro nesta região tinha como causa provável, segundo Olivério Pinto, a destruição das matas da região do Recôncavo baiano, que acontecia naquela época, e a ausência de qualquer iniciativa de tentar reflorestar a região.

Para além dessas, a já mencionada expedição em conjunto com o Instituto Butantan, em 1949 à Mato Grosso, quando foram enviados pelo Departamento de Zoologia Emílio Dente e Werner Bokerman, foi mais uma das regiões visitadas pela instituição. O material coletado pelos auxiliares do Departamento de Zoologia durante a expedição possibilitou a publicação de um artigo de Olivério em parceria com Eurico Camargo, publicado no Volume 10 da *Papéis Avulsos*.³⁹

Outra região visitada por membros do Departamento de Zoologia nessa época, que gerou um vultoso artigo de Olivério Pinto, foi no Parque Nacional do Itatiaia. Tendo enviado inicialmente o taxidermista José Leonardo de Lima no final de 1949 à região, para coletar espécimes de aves e mamíferos com a ajuda dos funcionários do parque e ajudar na formação de um museu de história natural do parque, com a participação do então diretor, Dr. Wanderbilt Duarte de Barros.

O estudo publicado sobre esse tema na *Papéis Avulsos*, no ano de 1951⁴⁰, contém inicialmente uma retomada dos estudos anteriores realizados sobre a fauna da região de Itatiaia,

³⁸ PINTO, O. M. O. Nova contribuição à ornitologia do Recôncavo (Baía). *Papéis Avulsos*, Vol. 3, 1943, págs. 265-284.

³⁹ CAMARGO, E. A.; PINTO, O. M. O. Nova contribuição à ornitologia do Rio das Mortes. Resultado da expedição conjunta do Instituto Butantan e Departamento de Zoologia. *Papéis Avulsos*, Vol. 10, 1952, págs. 213-234.

⁴⁰ PINTO, O. M. O. Aves do Itatiaia. Lista remissiva e novas achegas à avifauna da região. *Papéis Avulsos*, Vol. 10, 1952, págs. 155-208.

tanto por parte de instituições brasileiras como estrangeiras. Olivério cita os estudos feitos pelo próprio Museu Paulista, que enviou Hermann Luderwaldt para Itatiaia em 1906 e depois do American Museum of Natural History, através da expedição do ornitólogo E. G. Holt, que esteve na região em 1922.

Olivério menciona sua presença em Itatiaia em momento posterior, em 1950, ocasião em que o zoólogo pôde realizar observações de natureza ecológica e geográfica, analisando o conceito de zonas biológicas proposto por Frank M. Chapman para estudar as aves da Colômbia e do Equador. Por se tratar de uma zona montanhosa, as coletas feitas por José Leonardo de Lima na região do Parque do Itatiaia foram separadas em zonas de altitude. Basicamente o autor norte-americano, Frank Chapman, propunha que as coletas fossem sistematizadas em três zonas: Tropical, Subtropical e Temperada. Entretanto, Olivério propõe algumas alterações nessas categorias, substituindo a categoria Tropical, por “Zona Quente”, afirmando que na região estudada na Serra do Itatiaia, nesta altitude existiam já muitas áreas descobertas de vegetação. A região da “Zona Quente” teria medidas entre 500 e 1100 metros de altitude, locais onde José Lima realizou coletas em 1949 e 1950. A segunda zona, foi classificada por Olivério como Intermediária, substituindo a Subtropical de Chapman. Nesta zona se concentraram as maiores coletas de aves realizadas pelas expedições do Departamento de Zoologia, abrangendo altitudes entre aproximadamente 1200 e 1800 metros. E uma terceira zona, intitulada de “Temperada” pelo ornitólogo brasileiro, onde as matas dão lugar à uma vegetação rasteira de gramíneas e pequenos arbustos, e o resultado das coletas foi pouco numerosa por conta do ar rarefeito, e por ser um local onde vivem poucas espécies de aves, tendo na ocasião registrado a espécie *Oreophylax moreirae* nesta região.

3.1.3 As expedições do Departamento de Zoologia ao Norte e Nordeste

Durante os anos 1950 e início dos anos 1960, as principais excursões científicas da instituição, foram realizadas para estados e territórios das regiões norte e nordeste do Brasil, com exceção à viagem ao Paraná realizada por Emílio Dente e Dionísio Seraglia em 1953.

Foram visitados os territórios do Acre e do Rio Branco (que atualmente corresponde ao território do estado de Roraima) na região Norte, e os estados de Alagoas, Bahia, Piauí, Ceará e Paraíba no Nordeste.

A viagem feita ao Território do Acre em 1951, contou com a participação do então técnico da divisão de aves, Emílio Dente, que ficou responsável pela coleta do material zoológico. A expedição realizada ao Território de Rio Branco também contou com a participação do mesmo funcionário da instituição em 1962.

O artigo de Olivério Pinto e Eurico Camargo menciona o relatório de viagem, produzido por Paulo Vanzolini, e também a importância de visitar a região do Alto Rio Purús⁴¹, localidade da qual o Departamento de Zoologia possuía pouquíssimos exemplares ornitológicos da região obtidos através de permutas. Ao final da viagem, foi possível registrar, de acordo com Olivério Pinto, duas novas espécies, um andorinhão *Chaetura egregia*, e um beija-flor *Amazilia bartletti*.

Durante esta viagem, Emílio Dente foi vítima de paludismo o que o levou a solicitar licença saúde no ano de 1952, como informa o pedido de 13 de fevereiro daquele ano⁴². Ao que parece, as expedições para essa região do país eram bastante complicadas, com pouca infraestrutura e recorrente acometimento de doenças. Em 1962, em expedição ao Território Federal de Rio Branco, Emílio Dente foi acometido de febre maleita e após a expedição, ainda acometido pela doença, solicitou pedido de dispensa do serviço, como havia feito 10 anos antes.⁴³

Exceção dessa década foi feita a expedição à região oeste do Paraná, que foi visitada por dois membros do Departamento de Zoologia, Emílio Dente e Dionísio Seraglia, na virada do ano de 1953 para 1954. O relatório produzido por Emílio Dente⁴⁴ contém os pontos pelos

⁴¹ CAMARGO, E. A.; PINTO, O. M. O. Resultados ornitológicos de uma expedição ao território do Acre pelo Departamento de Zoologia. Papéis Avulsos, Vol. 11, 1954, págs. 371-418.

⁴² DENTE, Emílio. *Declaração*. 13 de fevereiro de 1952, São Paulo. [para] DIRETOR do Departamento de Zoologia, São Paulo, Solicitação de dispensa para tratamento de saúde. 1f.

⁴³ DENTE, Emílio. *Carta*. 17 de julho de 1962, São Paulo. [para] DIRETOR do Departamento de Zoologia, São Paulo, solicitação de autorização para se ausentar do trabalho por motivo de doença, 1f.

⁴⁴ DENTE, Emílio. *Relatório*. Sem data e/ou local. Relatório da viagem ao estado do Paraná, 3f.

quais percorreram, desde a partida de trem da capital paulista, até os trechos de navegação que fizeram para chegar até a região desejada. O relatório também possui observações sobre os locais que continham maior presença de aves, e quais espécies eram mais comuns, tendo a coleta resultado em 480 espécimes de aves e algumas dezenas de outros tipos de vertebrados, principalmente sapos e lagartos.

Há ainda um artigo escrito por Olivério Pinto e Eurico Camargo a respeito dessa viagem. Nele estão presentes as espécies de aves coletadas, contendo em algumas delas comentários e observações relevantes do ponto de vista da morfologia, da diferenciação de espécies, além das zonas de ocorrências de cada uma delas. Para elucidar a questão, irei citar o caso do *Hylocharis chrysurus lessoni*, reforçando a proposição colocada por Pinto décadas atrás a respeito da diferenciação dessa subespécie em relação à outra semelhante, a *Hylocharis chrysurus chrysurus*, de ocorrência comum na região do norte da Argentina e sul do Mato Grosso. A respeito disso, Olivério expõe seus argumentos no trecho a seguir:

“O material de *Hylocharis chrysurus* (Shaw) que temos em mãos, muito maior do que o utilizado por Pinto, há um quarto de século, não infirma as conclusões a que ele chegara no tocante às características divergentes das aves argentinas, mas, muito ao contrário as reforça. Sob esse ponto de vista, os exemplares trazidos agora do Rio Paracá são particularmente preciosos, por isso que se colocam entre os que mais fortemente divergem dos da região platina, tanto pela tonalidade decididamente verde das partes superiores (ao em vez de douradas ou brônzeas), e a grande redução da nódoa mental ferrugínea, como pelo tamanho menor e escurecimento quase completo do bico (maxila superior). As aves de Mato Grosso, de que temos copiosa série, destacam-se também à primeira vista das do Paraná e das de quase todo Estado de São Paulo, aproximando-se mais até das da Argentina no forte colorido acobreado do dorso, restrição do escuro à ponta do bico etc[...]⁴⁵

Voltando-se para a região Nordeste, durante os anos 1950 o Departamento de Zoologia percorreu parte considerável desse território. Duas expedições foram realizadas, durante os anos de 1951 e 1952 para o estado de Alagoas, tendo a primeira delas, contado com a

⁴⁵ Trecho retirado do artigo CAMARGO, E. A.; PINTO, O. M. O. Lista das aves colecionadas nos limites ocidentais do Estado do Paraná. Papéis Avulsos, Vol. 12, 1954, págs. 215-234.

participação de Olivério Pinto e Emílio Dente. Enquanto na segunda, além de Emílio Dente, participou da viagem o zoólogo da instituição, Carlos Camargo.

A expedição à Alagoas de 1951, realizada entre os meses de setembro e outubro daquele ano foi um trabalho que trouxe bons resultados para a instituição, tendo Olivério registrado não somente as observações com relação à avifauna silvestre da região, como também algumas observações a respeito da fauna de mamíferos e algumas notas de botânica de plantas típicas das regiões visitadas na ocasião, em propriedades próximas à capital Maceió. Não podemos afirmar com precisão a quantidade de material coletado em cada uma das expedições, no entanto, Olivério afirma que as duas viagens renderam 604 exemplares de 193 formas distintas, no que se refere à coleta ornitológica, resultando no registro de 7 novas subespécies. A respeito disso, o autor comenta apenas que a segunda expedição, que foi realizada quase na mesma época do ano anterior, foi focada em obter alguns exemplares de espécies específicas, como a *Tinamus solitarius*.

Analisando a biogeografia do local, Olivério afirma o seguinte:

“Situado na intersecção de duas regiões zoogeográficas claramente diversificadas, não admira que ao Estado de Alagoas caiba representar número avultado de formas intermediárias, e altamente interessantes do ponto de vista do estudo das relações existentes entre a avifauna do Brasil este-meridional e a do norte extremo do país. Claro é que tais formas são, não raro, apenas a amostra, por assim dizer residual, de uma cadeia cujos elos na maioria das vezes se perderam num passado mais ou menos remoto da evolução seguida pelos diferentes grupos, como resultado de fatores inimagináveis, vinculados uns ao aparente acaso das modificações genéticas, outros às alterações experimentadas pelo meio, aqui compreendidos os fatos concernentes à geografia propriamente dita, como os que dizem respeito às condições ecológicas.

Tudo leva a crêr que a configuração atual da parte mais oriental do continente sul-americano, correspondente ao este-septentrião brasileiro, seja o resultado de acidentes experimentados pela morfologia das terras, origem por sua vez, em boa parte, das profundas modificações climáticas que acabariam por criar, do ponto de vista da fauna, como da flora, verdadeiro hiato entre a Amazônia e a porção tropical da faixa oriental atlântica[...]⁴⁶

⁴⁶ Trecho retirado do artigo PINTO, O. M. O. Resultados ornitológicos de duas viagens científicas ao Estado de Alagoas. Papéis Avulsos, Vol. 12, 1954, págs. 1-97.

Através do trecho acima, podemos observar o raciocínio de Olivério Pinto a respeito da separação geográfica das espécies de aves, de acordo com as zonas geográficas e climáticas, incluindo aí as transformações pelas quais essas regiões passaram, resultando em mutações divergentes das espécies de aves. Continuando este raciocínio, na sequência do artigo publicado na *Papéis Avulsos*, em 1954, Olivério ressalta um certo padrão existente entre as subespécies de aves, onde as típicas da região do baixo Amazonas costumam serem menores que as do Nordeste. E que as subespécies encontradas na parte meridional do Brasil costumam ser maiores que as encontradas no Nordeste. Para ilustrar esse caso, o autor cita o exemplo da *Tangara violacea aurantiicollis*, encontrada no Nordeste, que tem medida maior do que a *Tangara chlorotica* e a *Tangara cyanocephala*, típicas da região amazônica.

Além das mudanças no tamanho, Olivério faz comentários relacionados à plumagem das aves, onde o autor menciona que o típico colorido das plumagens das aves da região leste do Brasil (incluindo aí boa parte da costa nordestina), esvai-se à medida que nos aproximamos das regiões mais ao sul do país.

Ainda neste artigo, analisando as relações ecológicas dos seres vivos da região, e algumas das impressões sobre a presença de macacos na região, apenas do gênero *Callithrix*, traçando sua relação com a febre amarela, demonstra parte do repertório intelectual e a importância dos artigos de Olivério Pinto, que transcendiam facilmente ao estudo das aves.

Entre os anos de 1957 e 1958, o Departamento de Zoologia organizou uma série de expedições científicas, que tiveram como objetivo investigar a fauna de vários estados do Nordeste brasileiro. As expedições contaram com auxílios financeiros tanto por parte do CNPq como do Los Angeles County Museum, instituição com quem o Departamento de Zoologia estabeleceu extensa troca de espécimes zoológicos.

Em 1957, visitando novamente o estado de Alagoas, foram feitas paradas em locais já conhecidos anteriormente pelos membros da instituição, em decorrência das expedições de anos atrás, tratando-se da Usina Sinimbu e do Engenho Riachão. Depois de Alagoas, o próximo estado visitado foi a Paraíba. Nesse estado, onde Olivério lamenta a ausência de estudos sobre a fauna ornitológica durante o século XX, os membros do Departamento de Zoologia

permaneceram entre os meses de abril e julho, tendo visitado as regiões de Curema e Mamanguape e resultado na coleta de 230 espécies de aves.

Em 1958, uma nova expedição foi realizada, dessa vez iniciada pela região noroeste da Bahia, nas regiões do Rio Grande e do Rio Preto. Para essa viagem e para o Ceará, constam autorizações por parte do governo estadual de São Paulo, para que Emílio Dente se ausentasse do serviço⁴⁷⁴⁸. Da viagem à Bahia, iniciada em fins do mês de fevereiro, consta um relatório de viagem de Emílio Dente. Neste documento podemos acessar algumas informações relativas às questões práticas da viagem, como os transportes utilizados, a contratação de auxiliares locais na viagem, mencionando valores em alguns casos, como nos parágrafos abaixo:

“Deixei Buritirama no dia 24 às 6 horas com 375 peças preparadas e datada de 10 a 22 de março.

O transporte de volta foi feito em Ford tipo 1929, por 2.000,00 cruzeiros.

Chegamos em Barra às 12 horas, no mesmo dia providenciei condução para Santa Rita.

Sáimos dia 25 às 6 horas, com Jeep fretado por Cr.\$5000,00. A estrada segue o rumo do Rio Grande, pela margem esquerda e é péssima, apesar de ser um pouco melhor que a de Buritirama. Às 11 horas chegamos em Boqueirão, lugarejo situado na confluência do Rio Preto com o Rio Grande, e que divisa os municípios de Barra e Santa Rita de Cássia.

No trajeto entre Boqueirão e Santa Rita fomos colhido por forte chuva; chegamos às 18 horas.

No dia 26 fomos cedo para uma casa distante meia légua da cidade. Casa boa e grande que me foi oferecida pelo seu proprietário. Assim que terminamos a arrumação, fomos para o mato, porém a chuva impediu que se fizesse algo de útil, contratei 2 caçadores a CR\$35,000 por dia e uma cozinheira por Cr\$200,00 mensais.”⁴⁹

⁴⁷ Diretor Geral do Departamento de Administração da Secretaria de Agricultura. *Declaração*. 20 de junho de 1958, São Paulo. Autorização do governador do estado para Emilio Dente se ausentar do serviço em razão de excursão científica ao Ceará, 1f.

⁴⁸ Diretor Geral do Departamento de Administração da Secretaria de Agricultura. *Declaração*. 6 de maio de 1958, São Paulo. Prorrogação do prazo para Emílio Dente se ausentar do serviço no Departamento de Zoologia em razão de excursão científica empreendida na Bahia e no Piauí, 1f.

⁴⁹ DENTE, Emílio. *Relatório*. 30 de junho de 1958, São Paulo. Documentação pasta “Emílio Dente”, arquivos MZ/USP. Relatório de viagem realizada ao noroeste extremo do estado da Bahia, 7f.

Após a passagem pela Bahia, a expedição rumou para o sul do Piauí, onde foram visitadas localidades próximas ao Rio Corrente, inclusive a cidade de mesmo nome no Piauí, na região da fronteira com o estado da Bahia. Após breve passagem por essa região, a equipe voltou para as cidades visitadas anteriormente na Bahia, de onde voltaram para São Paulo.

A segunda parte da expedição, que se deu no estado do Ceará, foi significativa para Olivério Pinto, especialmente sob o ponto de vista da coleta ornitológica, que rendeu 250 espécies, enquanto a passagem anterior pela Bahia havia coletado apenas 143. Olivério e Eurico Camargo reconheciam que àquela altura, o Ceará era um dos lugares mais bem estudados do Nordeste do ponto de vista da ornitologia, tendo sido visitado por renomados ornitólogos, como Emília Snethlage e Robert Becker. A passagem pelo Ceará visitou a região da Serra do Baturité, onde há remanescentes de floresta de mata atlântica em meio ao semiárido que permeia quase todo o estado. Nesta região foi registrada a ocorrência de uma nova subespécie de araçari, a *Selenidera gouldii baturitensis*. Além da região serrana, foi visitada também parte da zona costeira, no município de Icarai.

No artigo publicado no Volume XI dos *Arquivos de Zoologia*⁵⁰, Olivério e Eurico reuniram uma extensa lista dos espécimes coletados, com fartos comentários a respeito das espécies, debatendo questões relacionadas a variações de espécies, divergências de nomenclaturas e zonas de ocorrências das espécies. Nestes comentários, há indícios das referências teóricas utilizadas por Pinto e Camargo, dentro do universo da biologia, para além dos nomes citados.

Comentando sobre um espécime de *Geranospiza caerulescens gracilis* (Temminck), coletado na Paraíba, os zoólogos utilizam o conceito de populações para se referir as variações da espécie coletada pelos europeus durante o século XIX, em território brasileiro, e pelos estudos realizados pelo ornitólogo americano James Lee Peters. O conceito de população foi endossado por zoólogos adeptos da teoria darwinista, especialmente entre o final do século XIX e início do XX. Dentre eles Ernst Mayr, ornitólogo norte-americano que desenvolveu estudos no sentido de aprimorar a teoria da seleção natural de Darwin. Em um de seus livros,

⁵⁰ CAMARGO, E. A.; PINTO, O. M. O. Resultados ornitológicos de quatro recentes expedições do Departamento de Zoologia ao Nordeste do Brasil. *Arquivos de Zoologia do Estado de São Paulo*, Vol. 11, 1961, págs. 193-284.

Mayr (2001) aponta a importância do conceito de populações para entender a teoria darwinista, postulando que o próprio conceito de populações seria o nível mais baixo de uma organização de seres vivos, e que, adotando-se o modo de pensar a evolução de forma gradual (como propõe a teoria de Darwin), os espécimes não se transformam em um novo tipo de ser, mas as populações é que sofrem transformações. De acordo com Santos (2008), a sistemática moderna reuniu cientistas de diversas áreas e formaram uma espécie de “síntese da teoria evolutiva”, que levou a estabelecer consensos a respeito da teoria da evolução proposta por Darwin e Wallace, pois segundo o autor:

“[...]A análise conjunta do amplo espectro de evidências e conceitos oriundos das diversas áreas das ciências naturais levou à delimitação de uma estrutura consensual para a teoria da evolução: o processo evolutivo é gradual, não afeito a saltos abruptos, baseado na seleção natural de variedades preexistentes, que resultam de alterações aleatórias tais como mutações genéticas e recombinações cromossômicas. A síntese deu primazia ao pensamento populacional para a compreensão da origem da diversidade. Para entender a evolução, deve-se estudar como as características se alteram e como elas se propagam temporalmente nas populações[...]”⁵¹

Retomando a fonte analisada, do artigo de Olivério Pinto e Eurico Camargo, nela podemos observar não somente na análise da espécie acima referida, onde é mencionado o conceito de “populações sul-americanas”, mas em outros pontos do artigo, onde o conceito de populações é retomado, no sentido de averiguar as variações populacionais entre as espécies e subespécies de aves.

A menção ao conceito de “populações sul-americanas” também pode ser observada nos escritos de Mello Leitão, no contexto do trabalho para a publicação da obra “Zoogeografia do Brasil”. Segundo Duarte (2014), ao se interessar pela distribuição das espécies de aranhas pelo território brasileiro, Mello Leitão observou que estas não obedeciam aos limites territoriais políticos e que muitas delas tinham como áreas de ocorrências vários países do continente sul-americano, o que levou o autor a estudar e catalogar inúmeras espécies comuns a outros países,

⁵¹ SANTOS, Charles Morphy Dias dos. Os dinossauros de Hennig: sobre a importância do monofiletismo para a sistemática biológica. *Scientiae Studia*: São Paulo, v. 6, n. 2, p. 179-200, 2008.

especialmente na Argentina. Dessa forma, Mello Leitão, que inicialmente desejava estudar a zoogeografia do território brasileiro, imbuído de sentimento nacionalista do contexto histórico em que vivia, acabou por estender a sua análise a todo o continente (DUARTE, 2014).

Em outros trechos do artigo sobre as expedições ao nordeste do Brasil, o conceito de população é utilizado, como por exemplo, no caso do estudo da *Phaetusa simplex simplex* (Gmelin). A espécie foi coletada na Bahia, as margens do Rio São Francisco e foram comparadas pelos zoólogos com as populações de *P. s. chloropoda* (Viellot), que é como são chamadas as populações típicas das regiões sul e central do Brasil. Entretanto, os zoólogos afirmam que há muita variabilidade entre as subespécies e que é quase impossível traçar uma delimitação geográfica entre as duas subespécies.

Através da análise dessa fonte, onde os zoólogos identificaram as proximidades entre várias espécies de aves, principalmente através das separações geográficas por zonas de ocorrência, podemos supor que Olivério e Eurico identificavam a teoria da evolução por seleção natural proposta por Darwin, como a mais plausível para as transformações das espécies no planeta. A ideia de espécies que adquirem diferenças de forma gradual e não de forma abrupta, como supunham os saltacionistas, demonstra que os zoólogos brasileiros em questão acreditavam que as barreiras geográficas e as distâncias poderiam gerar diferenças entre as espécies, fazendo com que a morfologia e a estrutura das aves se diferenciassem de região para região. Um trecho localizado nessa mesma fonte a respeito das expedições ao nordeste evidencia esse pensamento, na seguinte passagem:

“[...] Sob este ponto de vista ele se aproxima muito mais das populações do extremo norte do Brasil, unanimemente tidas como da forma típica. Entretanto, o problema da separabilidade de *T. n. chochi* (Viellot), com base no tamanho um pouco maior das aves sul-brasileiras e paraguaias, está muito longe de ser simples, visto não só o caráter gradual da variação em apreço, como também a amplitude das variações individuais. É o que de há muito reconhecera Hellmayr (67:435) e já foi amplamente discutido por Pinto (140:342-3).”⁵²

⁵² CAMARGO, E. A.; PINTO, O. M. O. Resultados ornitológicos de quatro recentes expedições do Departamento de Zoologia ao Nordeste do Brasil. Arquivos de Zoologia do Estado de São Paulo, Vol. 11, 1961, págs. 193-284.

Uma das formas utilizadas por Olivério para evidenciar as diferenças entre as ocorrências de aves em regiões distintas era através das tabelas [ver imagem em anexo 2], como a que consta nesta publicação das expedições ao nordeste. Se referindo à subespécie *Aramus guarauna guarauna* (Linné), Olivério cita as medidas da asa, cauda, bico e tarso, dos machos e fêmeas dos espécimes que tem conhecimento, citando os diferentes locais de ocorrência, indo desde coleções oriundas da Amazônia, Alagoas, Ceará, Mato Grosso, São Paulo, até o sul do país.

De modo geral, as coleções advindas das expedições empreendidas pelo Departamento de Zoologia, não somente aos estados da região Nordeste, mas todas as expedições de uma maneira geral, puderam contribuir em grande medida, para um melhor mapeamento da ocorrência das espécies ao longo do território brasileiro. Além dessa contribuição, podemos citar a importância de perceber se determinadas espécies não são mais observadas na região e outras que se imaginavam extintas, foram coletadas.

Em algumas situações, Olivério se baseava nos escritos de naturalistas estrangeiros para saber da ocorrência de determinadas espécies em algumas regiões, especialmente os trabalhos mais detalhados, como foi o caso da expedição empreendida pelo príncipe Wied-Neuwied.

Aqui nestas expedições, novamente a questão dos nomes vulgares se faz presente, dessa vez em relatório de Emílio Dente na viagem ao noroeste da Bahia, nas páginas finais o taxidermista cita alguns nomes utilizados na região para se referir as aves. Segue abaixo a pequena listagem:

“Cae-cae	- Ara nobilis
Luca	- Todas as Elaeneas
Pumbú	- Columbicalinas
Griguilim	- Aratinga aurea
Guerrem	- Aratinga cactorum caxiana
Papa-enchu	- Compsthaupis loricata
Maria-mole	- Guira guira
Pêga	- Icterus C. tibialis
Verdadeira	- Columba picazuro marginalis
Churé	- Sicalis colombiana leopoldinae
João-branco	- Xolmis irupero nivea
Pegué	- Jacana spinosa jacana

Craúna - Phimosos infuscatus nudifrons

Martim gravata - Megacerile Torquata”⁵³

Ainda se referindo à esta expedição, há também, uma carta de Eurico Camargo, informando o envio de 33 espécimes ao Los Angeles County Museum. Na correspondência do zoólogo do Departamento de Zoologia consta a lista das espécies e as quantidades de cada uma, referentes às espécies que o museu norte-americano perdeu. Para além desta relação, consta a listagem de mais 16 espécimes coletados no Ceará, para a mesma instituição, que Eurico Camargo desejou enviar por conta própria, juntamente com outras coleções de Alfonso Olalla, que remeteu coleções particulares à mesma instituição californiana.⁵⁴

3.2 Ornitólogos, coletores e amadores

O estudo dos diferentes espaços da produção científica, nos permitiu observar com maiores detalhes a participação dos amadores, dos coletores e no caso específico da ornitologia, os taxidermistas, que desempenharam e desempenham um papel de extrema relevância. Esses estudos permitiram, dessa forma, observar uma maior proximidade entre os zoólogos, botânicos e geólogos com os profissionais que os auxiliavam, fossem os técnicos da instituição ou moradores e/ou coletores locais. Morus (2016) fala sobre a importância dos coletores, informantes locais e apoios personalizados nas ciências praticadas em espaço aberto, pois segundo o autor, as atividades e publicações dos cientistas são sustentadas por trabalhadores e conhecimentos locais que são ainda invisíveis para a História, pois não tiveram seus respectivos papéis reconhecidos.

Kuclick e Kohler (1996), afirmam que as ciências de campo, por serem praticadas em um local aberto e sem fronteiras bem definidas (como é o caso do laboratório), ocasionam uma falta de maior controle sobre o que acontece neste espaço. Sobre isso, os autores utilizam o

⁵³ DENTE, Emílio. *Relatório*. 30 de junho de 1958, São Paulo. Documentação pasta “Emílio Dente”, arquivos MZ/USP. Relatório de viagem realizada ao noroeste extremo do estado da Bahia, folhas 5 e 6.

⁵⁴ CAMARGO, Eurico Alves. *Carta*. 29 de setembro de 1959, São Paulo. [para] DIRETOR do Departamento de Zoologia, São Paulo. Material enviado ao Los Angeles County Museum da Califórnia em permuta, 2f.

conceito de heterogeneidade, para descrever a diversidade de ciências praticadas no campo, os cientistas (profissionais e amadores), os múltiplos aspectos e atores envolvidos no ambiente do campo, que podem incluir, por exemplo: caçadores, turistas, cientistas e artistas. Falando mais especificamente sobre as ciências praticadas no campo, o conceito de heterogeneidade aí se aplica na diversidade dos engajados nas expedições de campo, incluindo aí zoólogos, botânicos, paleontólogos, taxidermistas, coletores, amadores, populações locais, artesãos, dentre outros.

No âmbito das viagens de campo voltada diretamente para fins científicos, no caso dos funcionários do Departamento de Zoologia, podemos encontrar em alguns trechos da documentação analisada, evidências de questões práticas relacionadas às excursões científicas. Para citar um exemplo, podemos mencionar a relação do material de campanha levado para a viagem realizada ao oeste do Paraná, por Emílio Dente e Dionísio Seraglia, em 1954. Esta relação de materiais consta na documentação do MZ/USP e através dela, podemos ter uma noção de como se davam as atividades de campo dos coletores institucionalizados do Departamento de Zoologia, com informações a respeito do material de acampamento e do material de coleta utilizados. Para o acampamento foram relacionados barracos de lona, lampiões, malas e machado. Já para a coleta, foram levados pelos coletores, espingardas e carabinas de diferentes calibres. Além desse material, ainda foi utilizado um motor de popa, como consta no relatório.⁵⁵

Olivério Pinto também dedicou parte dos seus esforços enquanto zoólogo, escrevendo artigos voltados para o público amador da ornitologia. Na década de 1930, ele escreveu dois artigos no *Boletim Biológico*, onde são analisadas questões práticas relacionadas à caça e a coleta de aves. Nestes artigos, Olivério sugere melhores horários e locais para a coleta de aves, o melhor modo de conservar e transportar o material coletado para que não fosse danificado e servisse para análises científicas. Além disso, o zoólogo ainda menciona questões referentes aos melhores calibres de armas para serem utilizados, de modo a não danificarem e não causar estragos nos espécimes.⁵⁶

⁵⁵ DENTE, Emílio. *Relatório*. Sem data e/ou local. Relatório do material de campanha utilizado nas viagens ao estado do Paraná em 1954, 2f.

⁵⁶ Os dois artigos mencionados são os seguintes: PINTO, O. M. O. Coleta e preparo de material ornitológico. *Boletim Biológico*: São Paulo, Vol.2, n.1, 1934.

Segundo os autores norte-americanos Kuklick e Kohler (1996), os amadores são participantes de grande importância no universo das ciências de campo, sendo que no caso dessas ciências, a linha que divide a atividade científica da atividade amadora é, em muitos casos, confusa e tênue.

Na ornitologia, os naturalistas amadores se revelam de fundamental importância, pois são através dessas pessoas, que na maior parte das vezes, os naturalistas institucionalizados conseguem obter maiores informações sobre os espécimes, e em muitos casos inclusive os próprios espécimes coletados por esses amadores. Segundo Mayfield (1979), os amadores dentro do campo da ornitologia, promoveram uma contribuição como em nenhum outro ramo da zoologia e até mesmo em toda a biologia.

A ornitologia, segundo Mayfield (1979), desde muito tempo foi rotulada pelos estudiosos como “*Scientia amabilis*”, denotando a forte participação de pessoas não especializadas e não institucionalizadas no estudo e observação das aves. No entanto, como aponta o autor, as aves, devido à relativa facilidade de serem observadas em espaços abertos e por serem seres – em sua maioria – diurnos, além dos fortes atrativos das cores da plumagem, do canto e do voo, são alguns dos fatores que provocam a admiração de leigos por esses animais. E essa admiração que os amadores desenvolvem pelas aves, segundo Mayfield (1979), é um dos grandes motivos pelos quais crianças e jovens decidem seguir carreira como zoólogos, especialmente se levarmos em consideração a afirmação do autor norte-americano, de que até o primeiro quartel do século XX nos EUA, parte considerável dos ornitólogos eram caçadores esportivos e taxidermistas.

O papel dos amadores na ornitologia é ressaltado por Mayfield (1979), pelo fato de não possuírem ligações institucionais e obrigações, os amadores não estariam preocupados em busca de reconhecimento acadêmico e não seriam pressionados por questões de financiamento de pesquisa, o que lhes dava uma maior liberdade para desenvolverem seus estudos. Entretanto, apesar de reforçar o grande papel e contribuição que os amadores tiveram na ornitologia, especialmente nas coletas de material, e nos estudos sobre migração e reprodução de aves,

Mayfield aponta a importância e a necessidade de especialistas acadêmicos para realização de trabalhos mais completos e aprofundados.

Na história natural, os naturalistas tinham que formar equipes para realizar as viagens. Na maior parte das vezes, habitantes locais compunham essas equipes, pois eram essenciais no que diz respeito ao conhecimento da fauna e da flora locais, bem como do clima e do relevo. Outro fator importante no qual os habitantes locais que serviam como guias das expedições auxiliavam, era com relação à comunicação (devido aos idiomas e dialetos diferentes), bem como aos costumes locais (ANTUNES; MOREIRA; MASSARANI, 2014).

Mayfield (1979) aponta para a facilidade que os amadores têm em realizar trabalhos de campo na ornitologia, haja vista que a observação de aves é um estudo que não necessita de recursos muito sofisticados e conhecimento extremamente técnicos como em outros campos da biologia e das ciências. Dessa forma, atividades como coleta de espécimes e registros históricos das aves locais são algumas das grandes contribuições que os amadores forneceram para a ornitologia (MAYFIELD, 1979, 1991).

A dificuldade em se estudar esses personagens tidos como “invisíveis” na História das Ciências, se dá em grande parte, pela dificuldade em encontrar registros sobre eles. Principalmente nas fontes escritas, no caso dos relatórios de expedições, que costumam ter uma linguagem mais objetiva, esses profissionais não eram levados em consideração e seus papéis apagados do processo histórico (ANTUNES; MOREIRA; MASSARANI, 2014).

Nos escritos de Olivério Pinto, em algumas ocasiões são mencionados os nomes de colaboradores, fossem coletores que trabalhavam por conta própria, amadores que se dedicavam ao estudo da ornitologia em suas horas livres, ou até mesmo moradores locais que tinham bons conhecimentos sobre a fauna do lugar, que acompanhavam os membros do Museu Paulista e do Departamento de Zoologia nas expedições.

No prefácio do “Catálogo das Aves do Brasil”, do primeiro volume, Olivério menciona as contribuições de coletas zoológicas do Sr. Heitor Serapião no estado de São Paulo e de Paulo Sester no então estado de Goyaz. Além disso, cita também a colaboração do sertanista Hermano Ribeiro da Silva na “Bandeira Anhanguera”, expedição pela região do Araguaia e do Rio das Mortes da qual o coletor do Museu Paulista Walter Garbe fez parte.

Em artigo sobre a expedição realizada à Pernambuco no ano de 1938, Olivério menciona a colaboração do naturalista amador Joaquim de Castro Lopes, que veio a ajudar

Olivério nas coletas ornitológicas na região da “antiga Fazenda São Bento”, perto de Tapera. Ainda relatando sobre a mesma expedição à Pernambuco, Olivério comenta sobre o auxílio prestado pelo Sr. Oscar Piquet, que segundo Olivério, era comerciante de espécimes na região. Em outra ocasião, relatando a viagem feita ao sul do então estado de Goyaz, Olivério cita a colaboração do Coronel Diógenes Castro Ribeiro, contato previamente recomendado para a respectiva expedição, tendo o pessoal do Museu Paulista realizado trabalhos em algumas das propriedades do dito coronel.⁵⁷

Em relatório de viagem ao noroeste da Bahia, em 1958, Emílio Dente, prático de laboratório do Departamento de Zoologia, relata a presença do Sr. Luiz José Soares para auxiliar na viagem que estava realizando.⁵⁸

No artigo publicado na *Papéis Avulsos*, sobre as explorações científicas na região de Monte Alegre, em Amparo/SP, Olivério Pinto relata que o coletor do Departamento de Zoologia, José Leonardo de Lima, conseguiu através de informações obtidas com moradores locais e fazendeiros sobre ocorrências das espécies que desejava encontrar, citando a colaboração do Sr. Sebastião Siqueira, proprietário da Fazenda Ponte Alta, e do Sr. Sebastião José de Carvalho e Castro, dono da Fazenda Nossa Senhora da Encarnação, locais onde os coletores do Departamento de Zoologia puderam realizar trabalhos de coleta e observação.

Estes foram apenas algumas menções à caçadores, coletores ou guias locais que constam nas fontes analisadas na pesquisa. Todavia, apesar dos nomes aqui citados, é salutar dizer que, em muitos casos, as menções à guias locais ou caçadores que eram contratados para a expedição não tinham seus nomes mencionados, e eram descritos apenas genericamente, ficando difícil tecer mais comentários a respeito dessas personagens.

⁵⁷ PINTO, O. M. O. Contribuição à ornithologia de Goyaz. Notas críticas sobre uma coleção de aves feita no sul do estado. *Revista do Museu Paulista*, Vol. 20, 1938, págs. 1-171.

⁵⁸ DENTE, Emílio. *Relatório*. 30 de junho de 1958, São Paulo. Documentação pasta “Emílio Dente”, arquivos MZ/USP. Relatório de viagem realizada ao noroeste extremo do estado da Bahia, 7f.

3.2.1 Coletores do Museu Paulista e do Departamento de Zoologia

Os relatos de viagem escritos por Olivério Pinto em suas publicações, nos possibilitam obter algumas conclusões a respeito dos papéis desempenhados por alguns dos membros das expedições realizadas, seja pelo Museu Paulista ou pelo Departamento de Zoologia. Em geral, quando Olivério estava presente na viagem, costumava ter um coletor e/ou um assistente, quase sempre funcionários da própria instituição.

De modo geral, ao analisarmos os principais coletores, taxidermistas e assistentes do Departamento de Zoologia, a regra é a ausência de qualquer formação de nível superior, nem mesmo em medicina, como era comum entre muitos dos que se dedicavam aos estudos zoológicos e botânicos. Nota-se uma aprendizagem que se dava no dia a dia e na prática, através da convivência e treinamentos dados pelos zoólogos da instituição. Mesmo na década de 1950, consta em documentação uma declaração de Eurico Camargo, na época biólogo do Departamento de Zoologia, afirmando não possuir nenhum tipo de formação.⁵⁹

Com relação às coleções analisadas nos estudos taxonômicos de Olivério, há sempre que possível e conhecido, a menção ao coletor responsável por recolher aquele espécime. É inclusive através dessa característica de Olivério, que podemos ter maior certeza com relação à importante coleção de aves que o Museu Paulista já possuía, antes mesmo do ingresso de Olivério na instituição.

Nos primeiros anos do Museu Paulista, entre os principais coletores e zoólogos da instituição, especialmente na coleta de aves, estavam Ernesto Garbe, João Leonardo de Lima, João Zech, Herman Luederwaldt e Hellmuth Pinder. Iremos tecer algumas considerações sobre aqueles coletores que possuímos algumas informações e que tiveram significativa colaboração, especialmente na coleta de aves. Ernesto Garbe inicialmente era um coletor autônomo que negociava vários espécimes com Herman von Ihering e depois foi contratado pelo Museu Paulista. João de Lima ingressou na instituição como servente em 1903, posteriormente foi

⁵⁹ CAMARGO, Eurico Alves. *Carta*. 13 de outubro de 1948, São Paulo. [para] DIRETOR do Departamento de Zoologia. Resposta à circular do dia 12 de outubro acerca dos cursos e artigos publicados, São Paulo, 1f.

nomeado preparador substituto e em 1906, passa a ser titular do cargo de preparador⁶⁰. Importante observar no caso do Brasil, que muitos desses auxiliares acabavam aprendendo o ofício sem antes ocuparem o cargo para tal, com o treinamento desses auxiliares sendo feito pelos próprios zoólogos, devido principalmente a falta de cursos superiores no Brasil nessas áreas de conhecimento (zoologia e botânica), durante essa época. Esse padrão de falta de formação técnica ou acadêmica parece ter persistido no Departamento de Zoologia de São Paulo, pelo menos quando se trata dos auxiliares, durante o recorte histórico analisado nesta pesquisa.

Posteriormente, outros auxiliares mais contemporâneos à Olivério Pinto, formavam o quadro de funcionários da instituição, como foram os casos de Emílio Dente, José Leonardo de Lima, Walter Garbe e Dionísio Seraglia.

Ernesto Garbe nasceu em Gorlitz, na Alemanha, em 1853. Trabalhou como caçador e preparador de animais no Brasil para o comerciante de animais Carl Hagenbeck, em Hamburgo. Hagenbeck possuía uma extensa rede de comércio de animais na Europa, tendo inclusive participado na criação de alguns jardins zoológicos na Alemanha. Garbe veio para o Brasil por diversas vezes, antes de se estabelecer em terras tropicais, tendo aportado pela primeira vez em 1882 e coletado diversos espécimes ao longo das duas últimas décadas do século XIX.

Depois de algumas colaborações com o Museu Paulista, em 1901 Ernesto Garbe foi contratado como naturalista-viajante da instituição, mediante procuração, para que realizasse uma expedição ao Rio Juruá, Amazônia, só tendo sido oficialmente contratado no final de 1902. Ao longo das pouco mais de duas décadas em que trabalhou para o Museu Paulista, Garbe excursionou para diversas regiões do país, especialmente na região amazônica, onde percorreu os rios Juruá, e anos depois, o Tapajós e o Madeira.

Durante o seu período de atuação no Museu, foi o principal excursionista e caçador da instituição, tendo se destacado na coleta de borboletas, aves e mamíferos. Garbe chegou a realizar trabalhos de gabinete e organização de coleções em alguns momentos. Olivério citava o nome de Ernesto Garbe em muitos de seus trabalhos, geralmente para se referir à origem das

⁶⁰ Informações obtidas através do artigo TAUNAY, Affonso de E. João Leonardo de Lima: Naturalista do Museu Paulista (1874-1936). Revista do Museu Paulista, Tomo XXI. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

coleções de aves, das quais o Museu Paulista dispunha e que depois foram absolvidas pelo Departamento de Zoologia⁶¹.

Seu filho, Walter Garbe que o acompanhava em algumas das expedições, integrou as comissões de algumas expedições do Museu Paulista, como a realizada na Bahia entre 1932 e 1933, sendo que na maior parte das viagens, Walter se dedicava aos registros fotográficos das expedições.

Outro coletor que trouxe grandes contribuições aos trabalhos do Museu Paulista foi Hellmuth Pinder⁶², tendo sido o primeiro coletor e taxidermista de aves da instituição. Tendo nascido em Kassel, na Alemanha, em 1874, seu pai havia sido diretor de um museu na cidade, fazendo com que Pinder se interessasse pelo estudo dos seres vivos. Pinder chegou ao Brasil em 1895, contratado como preparador do Museu Paulista por um contrato de dois anos. Pinder provavelmente deixou de ter ligação institucional com o Museu por volta de 1900, quando passou a atuar de forma independente, tendo estabelecido residência na região de São Sebastião, no litoral paulista, onde ocupou cargos públicos e contribuiu com diversas coletas de animais na região.

Herman Luederwaldt foi outro nome importante no Museu Paulista, quando se trata do estudo das coleções de aves. Affonso de Taunay, em relato memorialístico presente no Tomo XXI da *Revista do Museu Paulista*, e Olivério Pinto em artigo a respeito das investigações ornitológicas empreendidas pelo Museu Paulista e pelo Departamento de Zoologia, fornecem informações sobre o zoólogo prussiano. Luederwaldt nasceu em 1865, em Gollnow, na Prússia, e desde jovem gostava de se dedicar aos estudos das ciências naturais, em especial, a entomologia. Em 1897, se mudou para o Brasil, na região de Blumenau, onde se dedicou inicialmente à agricultura. Em 1905, ingressou no Museu Paulista como jardineiro auxiliar e em 1906, tornou-se preparador auxiliar da instituição. Em 1911 publicou suas primeiras notas

⁶¹ Informações obtidas através de artigo publicado no jornal *Correio Paulistano*, no dia 7 de julho de 1925, intitulado: Museu Paulista: O naturalista Ernesto Garbe, acessível pelo link: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&pesq=%22Garbe%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=18280, acessado por último em 21/02/2023, as 16:08.

⁶² Informações obtidas através do artigo: CAMARGO, Hélio F. de A. Hellmuth Pinder, o primeiro coletor e taxidermista de aves do Museu Paulista. *Ararajuba*, 6(1), p. 54-57, junho de 1998.

na *Revista do Museu Paulista* e, em 1925, foi nomeado assistente de zoologia para a subseção de invertebrados. Ele trabalhou até as vésperas de falecer em 5 de agosto de 1934⁶³.

João Leonardo de Lima, outro coletor que foi responsável por boa parte das aves coletadas nos trabalhos do Museu Paulista, nasceu em Itatiba, interior de São Paulo, em 1874. Graças as ligações que tinha com o Ministro do Tribunal de Justiça de São Paulo da época, José Machado Pinheiro Lima, conseguiu ingressar como servente na Secretaria do Interior do Estado e, em 1895, foi transferido para o Museu Paulista, onde trabalhou como servente até 1905, quando foi nomeado taxidermista, pois demonstrava aptidão e destreza para o trabalho. Durante os pouco mais de 30 anos em que serviu a instituição, João Lima participou de muitas expedições de coleta a serviço do Museu, tendo percorrido vários territórios do estado de São Paulo, e alguns outros estados como Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Em 1925, depois do falecimento de Ernesto Garbe, João Lima ocupou o cargo de naturalista-colecionador que ficou vago, onde permaneceu até se aposentar em 1931, devido a problemas cardíacos.

Através de exemplos como o de Luederwaldt e o de João Leonardo de Lima, podemos perceber como era relativamente comum para a época, funcionários serem admitidos no Museu para cargos de menor envergadura, como auxiliares ou jardineiros, e alcançarem postos mais altos na hierarquia de funcionários da instituição. Além disso, outro ponto interessante a ser observado, é o fato de os filhos de coletores também terem seguido carreiras semelhantes à de seus pais, como foram os casos de Walter Garbe e José Leonardo de Lima, que se empenharam no estudo da história natural, embora no caso de Walter, sua dedicação se dava mais em torno dos registros fotográficos durante as expedições.

Posteriormente, após as coleções zoológicas do Museu Paulista terem sido transferidas para o Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura de São Paulo, Olivério realizou seus trabalhos na companhia de outros coletores, taxidermistas e biólogos, como foi o caso de Emílio Dente (1919- ?). De modo semelhante a outros ex-funcionários do Museu Paulista, Emílio ingressou na instituição de forma interina, exercendo o cargo de servente, em 1939, e após alguns anos, foi promovido ao cargo de prático de laboratório em 1946. Emílio Dente foi um funcionário de grande relevância no que diz respeito às coletas e taxidermizações de aves

⁶³ Informações obtidas através do artigo TAUNAY, Affonso de E. In memoriam: Hermann Luederwaldt (13-III-1935). *Revista do Museu Paulista*, Tomo XXI. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

e mamíferos no Departamento de Zoologia, tendo acompanhado Olivério Pinto em muitas expedições científicas.

Nos documentos do Museu de Zoologia da USP, constam ofícios e correspondências relacionados à pedidos de ausência dos trabalhos na sede do Departamento de Zoologia, por parte de Emílio Dente, para fazer parte das expedições. O prático de laboratório percorreu vários estados brasileiros durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, na região Norte, no Território do Rio Branco (atual território de Roraima), na região Nordeste, nos estados do Piauí, Ceará e Bahia. Emílio também esteve em excursões científicas em outros estados, como no Mato Grosso, no Paraná e no Espírito Santo.

Outro funcionário do Departamento de Zoologia com participação ativa na instituição foi Eurico Camargo. Tendo ingressado na instituição em 12 de setembro de 1939, atuou interinamente como encarregado do Departamento de Zoologia, tendo sido efetivado em 1945. Em 1946, passou a exercer o cargo de biólogo, como consta em certidão de 21 de agosto de 1963⁶⁴. Ao longo da década de 1950, Eurico foi promovido por tempo de trabalho e também por “merecimento”, como constava na legislação estadual vigente da época. O biólogo foi chefe da seção de aves durante uma parte de sua carreira, tendo trabalhado de forma conjunta com Olivério Pinto durante boa parte dos anos 1940, 1950 e 1960, tendo os dois publicados diversos artigos juntos.

Por último cabe mencionar outro coletor que teve trabalho importante no Departamento de Zoologia, Werner Bokermann, que ingressou na instituição em 1947 assumindo inicialmente um cargo de baixo escalão, como era de praxe na época. O contato do então jovem Bokermann com a zoologia começou com seu ingresso na instituição, onde desenvolveu trabalhos de pesquisa, especialmente sobre os anfíbios e as aves. No final dos anos 1960, foi bolsista da John Simon Guggenheim Foundation, onde estudou diversas coleções de anfíbios nos EUA e completou sua formação com uma pós-graduação na área de zoologia na USP entre os anos 1980 e 1990. Em 1969, Bokermann foi transferido para o Parque Zoológico de São

⁶⁴ Nota 44 – CAPOROSSI, Cecília Pope. *Certidão*. 21 de agosto de 1963. [para] DIRETOR do Departamento de Zoologia. Certidão com os cargos ocupados por Eurico Alves Camargo no Departamento de Zoologia, São Paulo, 3f.

Paulo, e lá, em 1984, passou a chefiar o setor das aves, tendo publicado relevantes estudos sobre os gaviões e os beija-flores.⁶⁵

3.2.2 O caso do coletor Alfonso Maria Olalla (1899-1971)

Alfonso Olalla foi um coletor equatoriano, que se dedicou durante várias décadas à coleta de espécimes na região amazônica. Oriundo de uma família de coletores, Olalla trilhou caminho semelhante ao de seu pai, percorrendo os rios que compõem a floresta amazônica em diferentes países e coletando principalmente aves e mamíferos, na companhia da família (sua esposa Nair Valles Olalla, filhos e cunhadas Maria Laura e Joana), a serviço de alguns museus de história natural que tinham contratos com o coletor equatoriano. Sua colaboração com Olivério Pinto e conseqüentemente, com o Museu Paulista e o Departamento de Zoologia foram extensas e possibilitou à instituição mais recente obter uma quantidade significativa de espécimes de aves e mamíferos daquela região do país.

Durante os anos de 1922 e 1931, Olalla percorreu territórios amazônicos no Equador, Perú, Brasil, Colômbia e Venezuela, a serviço do American Museum of Natural History, de Nova Iorque, sendo que durante uma parte do período entre 1928 e 1939, Olalla fez parte da Tyler Druida Expedition, que foi patrocinada pelo American Museum of Natural History, expedição que explorou a Sierra del Druida, no alto rio Orinoco (NOMURA, 2008). Entre os anos de 1935 e 1939, o coletor equatoriano manteve contato com o Museu de História Natural de Estocolmo na Suécia, através do ornitólogo Nils Gylndestolpe, que na ocasião era o curador da seção de vertebrados do museu em questão. Gyldenstolpe comprou uma coleção de cerca de 1300 aves e 2000 mamíferos de Olalla, entre 1935 e 1937. No período entre 1937 e 1939, Olalla chefiou a Royal Natural History Museum Expedition, em território boliviano (OLALLA, 1952; PATTERSON, 1991). As coleções de Olalla que hoje se encontram sob guarda do Museu Sueco de História Natural, foram catalogadas e podem ser acessadas através

⁶⁵ Informações obtidas através do necrológico de Werner Bokermann: ALVARENGA, Herculano M. F. In memoriam: Werner C. A. Bokermann (Necrológico). *Ararajuba*, 3, p. 101-102, dezembro de 1995.

da página da web da instituição sueca, contendo inclusive fotografias dos espécimes coletados e das fichas de coleta.⁶⁶

Durante boa parte dos anos de 1930, Olalla fixou moradia no Brasil, mais especificamente na cidade de Santarém, no Pará, tendo realizado significativas coletas na região do rio Juruá e em partes do rio Purús, durante o período em que esteve no Brasil. A primeira colaboração de Olalla com o Museu Paulista foi em 1934, quando a instituição adquiriu uma coleção de aves do baixo rio Tapajós, obtida pelo coletor sul-americano. Posteriormente, em 1938 e 1939, outras coleções de aves e de mamíferos foram adquiridas pelo Museu Paulista através de Olalla. Com o desmembramento do Museu Paulista e a consequente transferência das coleções zoológicas para o Departamento de Zoologia, a grande maioria das coleções oriundas da região amazônica, tinham sido obtidas através do coletor equatoriano, tendo em vista que raras vezes, os coletores do Museu Paulista tinham excursionado para aquela região. [imagem em anexo 3]

Em 1939, Olalla viajou para São Paulo, para tentar catalogar o material anteriormente coletado durante o período que estabeleceu residência na região amazônica, com o auxílio de Carlos da Cunha Vieira (naturalista do Museu Paulista). Segundo o próprio Olalla (1952), em relato posterior no periódico Fauna (SP), tendo sido reconhecida a relevância das coleções trazidas da Amazônia nesta remessa, o Superintendente do Departamento de Zoologia fez esforços para que as coleções fossem adquiridas pelo estado e passaram a fazer parte do acervo de coleções da instituição, por um preço bastante inferior aos gastos que foram necessários para obter os espécimes.

Durante os anos de 1940 e 1944, Olalla participou diretamente de algumas expedições com os funcionários do Departamento de Zoologia, tendo percorrido durante esse período, territórios para além dos já visitados anteriormente, principalmente em estados na região

⁶⁶ Coleções Olalla no site do museu sueco podem ser visualizadas através da página na web do Museu Sueco de História Natural, neste link: <https://www.nrm.se/ommuseet/omwebbplatsen/sok.52.html?query=m%C2%B2&100.5cd05a0f143d0d2925e6aa8=OTHER&startAtHit=180#query/Olalla>, acessado as 15:21 de 19/03/2023.

sudeste do país. O coletor equatoriano descreve um pouco de sua relação com o Departamento no parágrafo abaixo, na revista *Fauna* (SP), em 1952:

“Estamos muitos familiarizados com as atividades e o corpo docente do referido Departamento de Zoologia, onde, a par de termos fornecido as maiores e melhores coleções amazonico-brasileiras de mamíferos e aves, ainda emprestamos a nossa cooperação como profissionais, na coleta de animais do dois grupos citados, ao tomarmos parte como membros das expedições que o referido Departamento realizou entre 1940 e 1944, a territorios dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso. É de toda a justiça fazer ressaltar que em todos êstes empreendimentos tomaram parte ativa e saliente como taxidermistas, a minha esposa, da. Nair Valles Olalla, permanentemente, e as minhas cunhadas Maria Laura e Joana, alternativamente. Graças à sua competência e capacidade de produção, destas leais colaboradoras, foi possível reunir grandes e representativas coleções ornitológicas em particular.”⁶⁷

Apesar de ter tomado parte em várias expedições junto ao pessoal do Departamento de Zoologia durante esses anos, Olalla afirma que não teve ligações formais com a instituição:

“Em louvor à verdade histórica, é oportuno frisar, ainda, que durante todo o tempo que emprestamos os nossos serviços profissionais, como naturalistas-colecionadores, jamais exigimos contratos de espécie alguma, como deveria ser, e, nem tampouco, estipulamos condições remunerativas pelo nosso trabalho. Demos a nossa cooperação desinteressada e voluntaria, esperando sempre que o dr. Pinto, Diretor do estabelecimento que também viajou conosco, arbitrasse o quanto monetario que devíamos receber [...]”⁶⁸

Ao que parece, como deixa transparecer no texto de Olalla, a relação estabelecida entre ele e Olivério era de muita cooperação, tendo em vista as primeiras conexões e trocas firmadas

⁶⁷ Artigo intitulado “As galerias zoológicas de Exposição Pública nos Museus de História Natural” de A. M. Olalla, publicado na revista *Fauna*, na edição de fevereiro de 1952. Acessado através

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=099961&pesq=%22Departamento%20de%20Zoologia%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=5984> , acessado as 17:50 de 22/02/2023.

⁶⁸ Artigo intitulado “As galerias zoológicas de Exposição Pública nos Museus de História Natural” de A. M. Olalla, publicado na revista *Fauna*, na edição de fevereiro de 1952. Acessado através

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=099961&pesq=%22Departamento%20de%20Zoologia%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=5984> , acessado as 17:50 de 22/02/2023.

entre os dois desde 1933, com as trocas de coleções. Não se sabe ao certo quais seriam as intenções de Olalla em prestar os serviços durante o início da década de 1940, se futuramente o coletor almejava obter algum cargo na instituição ou em alguma outra instituição científica no Brasil, tendo em vista que o mesmo já havia firmado contratos com instituições museológicas de renome nas décadas passadas.

Dentre as atividades prestadas por Olalla e sua família para o conhecimento das aves brasileiras, para além das significativas coleções realizadas na região amazônica durante os anos de permanência do coletor naquela região, podemos mencionar a participação de Olalla na expedição científica à Mato Grosso em 1939, organizada por membros do Clube Zoológico do Brasil, quando Olalla participou como integrante do Departamento de Zoologia de São Paulo, apesar de nunca ter sido pertencente à instituição, como já foi explicado. Nos anos de 1958 e 1959, quando alguns membros do Departamento de Zoologia realizaram expedição à estados da região Nordeste do Brasil, com apoio do Los Angeles County Museum, Olalla integrou a excursão e realizou algumas coletas de espécimes, os quais remeteu ao museu americano situado no estado da Califórnia, contabilizando um total de 268 aves, segundo relatório de Eurico Camargo, onde o mesmo relaciona quais foram as espécies enviadas pelo colecionador equatoriano.

Em outra ocasião, em 1963, um ofício do então diretor do Departamento de Zoologia, Paulo Vanzolini, pede que Eurico Camargo, Hélio Ferraz e Cory Teixeira de Carvalho avaliem uma coleção de aves coletadas no Rio Ipiranga, no estado de São Paulo, que foram coletadas por Olalla e desejava vendê-las ao Departamento.⁶⁹

Além dessas coleções, podemos encontrar menções ao nome de Olalla em artigo publicado por Luiz Gonzaga Lordello, assistente da Cadeira de Zoologia da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiróz” da Universidade de São Paulo, nos Anais da respectiva instituição, no ano de 1951. Nas coleções das espécies de *Oryzoborus angolensis angolensis* (Linnaeus) e *Oryzoborus angolensis torridus* (Scopoli), analisadas por Lordello nos acervos do Departamento de Zoologia, vários dos espécimes analisados foram coletados por Olalla, sendo que os da primeira espécie foram coletados quase todos nos estados de Minas Gerais (Rio Doce) e São Paulo, nos anos de 1940 e 1941, enquanto que os da segunda espécie haviam

⁶⁹ VANZOLINI, Paulo Emílio. *Resolução*. 7 de janeiro de 1963, sem local. Designa Eurico Camargo, Hélio Ferraz de Camargo e Cory Teixeira de Carvalho para examinarem coleção de aves do Rio Ipiranga, 1f.

sido coletados na região amazônica, mais precisamente no Rio Juruá, durante os anos de 1936 e 1937.⁷⁰

Em artigo de Olivério Pinto, publicado no nº5 da *Papéis Avulsos*⁷¹, o autor utiliza espécimes coletados por Olalla, a respeito de duas espécies do gênero *Xiphocolaptes* (Lesson). Um dos espécimes foi coletado por Olalla na década de 1930, e outro em 1944, em expedição do Departamento de Zoologia, quando o coletor equatoriano estava na Fazenda Arirá-Mirim, na margem esquerda do baixo Rio Arirá, no então estado do Mato Grosso.

Em outro artigo da *Papéis Avulsos*, no nº7 da publicação⁷², em trabalho de autoria do assistente do Departamento de Zoologia, Hélio F. de Almeida Camargo, comentando sobre as aves coletadas em viagem à região da Boracéia, no estado de São Paulo, menciona não ter encontrado exemplares de *Ampelion melanocephalus*, espécie comum no estado. E cita o exemplar coletado por Olalla, na região de Juquiá, em 1940, que foi utilizado por Olivério Pinto na segunda parte do “Catálogo das Aves do Brasil”.

Novamente na *Papéis Avulsos*, agora na edição saída no ano de 1948⁷³, Olalla é citado mais uma vez nas coleções analisadas, em artigo de Olivério Pinto e Eurico Camargo. O texto trata das coleções obtidas pelo ornitólogo Helmut Sick, que trabalhava na época para a Fundação Brasil Central, e enviou espécimes obtidos em expedição ao Rio das Mortes, no estado do Mato Grosso. Vários dos espécimes coletados por Sick, foram comparados com as antigas coleções do Departamento de Zoologia, onde vários espécimes coletados por Ernesto Garbe, Walter Garbe e Olalla foram mencionados, devido as expedições realizadas para aquela região por esses naturalistas, em épocas diferentes.

⁷⁰ LORDELLO, Luiz Gonzaga E. Pequena contribuição à História Natural de alguns *Fringillidae* do Brasil (Passeriformes). Anais da E. S. A. “Luiz de Queiroz”. Vol. 11, 1954.

⁷¹ PINTO, O. M. O. Duas novas formas no gênero *Xiphocolaptes* (Lesson). *Papéis Avulsos*, Vol. 5, 1946, págs. 135-140.

⁷² CAMARGO, Hélio F. de A. Sobre uma pequena coleção de aves de Boracéia e do Varjão do Guaratuba (Estado de São Paulo). *Papéis Avulsos*, Vol. 7, 1947, págs. 143-164.

⁷³ CAMARGO, E. A.; PINTO O. M. O. Sobre uma coleção de aves do Rio das Mortes (Mato Grosso). *Papéis Avulsos*, Vol. 8, 1948, págs. 287-336.

Através desse artigo, podemos ter um bom panorama de quais eram as redes científicas estabelecidas por Olivério ao longo de sua trajetória. Como podemos ver através deste exemplo e de vários outros citados ao longo deste capítulo, percebemos que a troca de espécimes entre as instituições era algo relativamente comum e que estreitava laços de relação, possibilitando aberturas para outras trocas de caráter científico. Helmut Sick nesta época, havia sido libertado da prisão que o encarcerou durante a ditadura estadonovista no Brasil, e havia sido recém-contratado como naturalista pela Fundação Brasil Central. Sick veio para o Brasil pela primeira vez em expedição organizada pelo Museu de Berlim, onde trabalhava, com o intuito de percorrer o caminho feito pelo Príncipe Maximilian Wied-Neuwied no estado do Espírito Santo. Analisando a situação, podemos ver os pontos de conexão que havia entre os ornitólogos da época, com Olivério trabalhando na questão da tradução e dos comentários da obra de Wied-Neuwied, e Sick percorrendo o território.

Para além das inúmeras contribuições referentes às coletas de espécimes, Olalla também chegou a publicar alguns artigos de sua autoria em revistas científicas brasileiras. No Tomo XIX da *Revista do Museu Paulista*, publicado em 1935, Olalla teve dois pequenos artigos publicados⁷⁴. Ambos os artigos foram escritos em espanhol, provavelmente pelo fato de que até 1935, Olalla ainda não teria se familiarizado com a língua portuguesa a ponto de poder escrever artigos nela. O primeiro artigo trata de uma espécie de ave que foi coletada por ele na Amazônia, o arapaçu dos coqueiros, que segundo o próprio Olalla, tem como único habitat as palmeiras de Buriti. Olalla menciona que a espécie havia sido encontrada em outras zonas geográficas do que anteriormente acreditava-se, por parte de expedições de museus norte-americanos. O naturalista equatoriano descreve o habitat da ave, bem como os alimentos e os costumes e hábitos da espécie. No artigo seguinte, Olalla fala a respeito de uma espécie de roedores, da qual obteve alguns espécimes, tratava-se do gênero *Sciurillus*. O intuito principal

⁷⁴ Artigos mencionados: OLALLA, A. M. El *Berlepschia rikeri* y su Biología. Revista do Museu Paulista: São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Tomo XIX, 1935, p. 419-424.

OLALLA, A. M. El genero *Sciurillus* representado en la amazonia y algunas observaciones sobre el mismo. Revista do Museu Paulista: São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Tomo XIX, 1935, p. 425-430.

do equatoriano com o artigo era demonstrar a aparição zoogeográfica do gênero na região amazônica, além de descrever a morfologia do *Sciurus pusilus* (Desmar).

Ainda neste artigo, Olalla presta grande agradecimentos e tece elogios a Olivério Pinto e ao então diretor do Museu Paulista, Affonso Taunay. Ao que parece, tendo em vista as coleções que nos anos seguintes foram remetidas pelo coletor equatoriano ao Museu Paulista, oriundas das buscas em partes da região amazônica, houve um troca de favores entre Olalla e o Museu Paulista. Sabendo que nesta época a *Revista do Museu Paulista* era uma publicação reconhecida em vários museus e instituições da Europa e das Américas, muito por conta do intenso trabalho realizado por Herman von Ihering para alcançar esse intento, podemos conjecturar que Olalla desejava expor seus trabalhos em uma publicação respeitada dentro e fora do Brasil, e em troca disso, ofereceu aos membros da instituição, importantes coleções de muitas espécies as quais o Museu Paulista não possuía. Visando enriquecer ainda mais as coleções zoológicas já extensas, a instituição paulista aceitou a oferta, que rendeu muitas outras trocas e parcerias ao longo das décadas de 1940 e 1950, especialmente entre Olalla e Olivério Pinto, como já foram citadas anteriormente.

Olalla ainda veio a fundar a Biblioteca Zoológica Editora em conjunto com outro zoólogo, Agenor Couto de Magalhães, que teve três números publicados em 1956, todos tratando sobre aves. O primeiro fascículo tratava de aves da Família Rheidae, o segundo de pássaros da Família Rupicolidae e o terceiro de aves da Família Tinamidae (NOMURA, 2008). Infelizmente não foi possível encontrar mais informações a respeito de como foi possível estabelecer a editora e nem qual foi a trajetória da mesma.

3.2.3 Profissionalização dos cientistas e financiamentos de pesquisa

O contexto social e político dos cientistas no Brasil durante as décadas de 1940, 50 e 60, marcaram o processo de profissionalização dos cientistas no país, tendo sido criadas durante esse período várias instituições e órgãos de regulamentação e fomento da ciência, bem como de sociedades que servissem de defesa dos interesses dos cientistas. Como afirma Botelho (1990), a institucionalização das ciências no Brasil foi guiada pelo Estado, enquanto a organização da profissionalização dos cientistas ocorreu de baixo para cima, através de associações científicas privadas.

A criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em 1948, mostrava os anseios e interesses da comunidade científica que começava a ganhar seus primeiros contornos no Brasil. Tendo sido criada em São Paulo, formada essencialmente – pelo menos no início - por professores e pesquisadores da USP, a SBPC almejava atender essencialmente aos interesses da comunidade científica paulista, haja vista que a Academia Brasileira de Ciências (ABC) possuía uma visão tradicionalista e tinha uma hierarquia muito rígida, sendo na época comandada majoritariamente pelos cientistas do Rio de Janeiro, onde a associação estava estabelecida (FERNANDES, 2000). Tentando se livrar de um certo conservadorismo e tradicionalismo perpetrado pela ABC, a SBPC almejava ser uma associação de caráter nacional, mas com sedes regionais que integrassem todo o país, e que extrapolasse o reduto dos cientistas, alcançando assim pessoas que não fossem especialistas nos temas, onde podemos reconhecer o forte objetivo de divulgação científica da associação, especialmente através do seu canal oficial de comunicação, a revista *Ciência e Cultura*. A SBPC buscava através das reuniões anuais e da revista, construir uma identidade política independente e autônoma.

Segundo Botelho (1990), a SBPC desejava que, para além do reconhecimento social do valor da ciência e do suporte econômico para tanto, os cientistas tivessem sua importância social e política reconhecidas. Os esforços da SBPC se concentravam em mostrar a importância da ciência para a sociedade e da necessidade de valorização profissional dos cientistas brasileiros.

Tendo como referências as associações científicas britânica e americana (em virtude do contato de vários cientistas brasileiros que estudaram e pesquisaram nesses países), a SBPC foi fundada nos moldes de instituições congêneres existentes nesses dois países. Sendo assim, tanto as reuniões anuais, quanto o meio impresso de divulgação - como forma de expor as posições dos cientistas e de divulgação científica que extrapolasse o ambiente universitário - eram inspirados nessas instituições.

Outra instituição criada nesse período, em 1951, foi o Conselho Nacional de Pesquisas, dentro de um contexto de forte participação estatal em vários setores da sociedade. Com a criação do CNPq, o estado brasileiro passou a ser definitivamente o principal incentivador e patrocinador da ciência no Brasil, contribuindo para fortalecer não somente no país, mas também no exterior, a imagem de um estado preocupado com a modernização e industrialização do país. Um dos grandes motivos para a criação do CNPq nesse contexto – se

não o principal – era a latente questão da utilização da energia nuclear, que depois da Segunda Guerra Mundial, passou a ser questão de segurança nacional, tanto pela possibilidade de gerar energia, como pelos possíveis usos bélicos. Dessa forma, a questão nuclear foi um dos principais pontos de preocupação na criação do CNPq (ROMANI, 1982).

Uma das principais inquietações do Conselho Nacional de Pesquisas, durante os anos iniciais, era a de garantir liberdade de pesquisa para os cientistas, como explica Romani (1982) no trecho a seguir:

“A questão da liberdade e não o comprometimento do cientista com os fatores externos aos “verdadeiros” interesses da ciência - decorrente de um posicionamento da ciência como um conjunto de relações autônomas regidas por uma lógica interna própria, ou seja, como sistema quase auto-suficiente - , é considerada, em abundante literatura, como um dos atributos principais do homem de ciência. Tal posicionamento parece ter sido incorporado pelos responsáveis pela criação do CNPq.”⁷⁵

Além da questão envolvendo as pesquisas nas áreas da física e da tecnologia nuclear como já explicitado, o CNPq foi primordial para o fomento no que tange à formação de recursos humanos nos campos científicos nacionais, especialmente na área das pesquisas biológicas. Nos primeiros anos do órgão, as atividades para as quais eram asseguradas a maior parte dos recursos eram relacionados à concessão de bolsas de estudos e auxílio para as pesquisas. E dentre as áreas do conhecimento que mais receberam bolsas, em termos de quantitativos numéricos de auxílios, foram as áreas de conhecimentos biológicos e da física. Como mostram os relatórios de atividades do CNPq presentes no artigo escrito por Romani (1982), das 204 bolsas concedidas em 1952, 144 foram destinadas para pesquisas biológicas, totalizando 41% dos recursos do Conselho naquele ano.

A SBPC, apesar de ter sido uma associação criada por biólogos, desejava ter suas reivindicações atendidas pelo CNPq, apesar da grande quantidade de bolsas e auxílios prestados às áreas da medicina e da biologia ao longo dos anos 1950. O CNPq havia sido criado essencialmente para formar uma estrutura burocrática de cientistas (essencialmente físicos) que

⁷⁵ ROMANI, Jacqueline Pitanguí. O Conselho Nacional de Pesquisas e Institucionalização da Pesquisa Científica no Brasil. In: SCHWARTZMANN, Simon (org.). Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro, Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982, p. 135-166.

atendessem aos interesses nacionais, enquanto a SBPC lutava pela valorização da “ciência pura”, ou seja, de questões que não teriam aplicações práticas diretas, mas que eram de fundamental importância para o desenvolvimento e aprimoramento de vários setores da ciência. Apesar disso, Fernandes (2000) afirma que em 1959, devido à falta de assinantes e não pagamento regular das taxas dos associados, havia uma dificuldade em publicar regularmente a revista *Ciência e Cultura*, e que, na ocasião, houve aporte financeiro da CAPES, do CNPq e da Fundação Ford, além de outras instituições privadas e agências governamentais que vieram a contribuir posteriormente. De todo modo, a autora reforça a importância central que o CNPq teve no aporte financeiro à publicação do periódico da SBPC.

Romani (1982) afirma que a principal explicação para o quantitativo de auxílios e bolsas destinados para essa área, se deu provavelmente por conta da forte tradição e relevância que o Brasil possuía nessas áreas. Estas medidas de auxílio a pesquisa, caracterizaram um contexto no qual procurava-se dar condições de trabalho para os cientistas em tempo integral, possibilitando-lhes a profissionalização naquele campo, desde o processo de incentivo aos estudantes para que seguissem a carreira de pesquisador até os financiamentos de pesquisas.

Analisando o processo de criação da SBPC, Fernandes (2000) aponta o caráter de valorização da associação aos estudos no campo da biologia, por conta de a mesma ter sido fundada por um grupo de biólogos. Sendo assim, a autoria afirma que, apesar da nítida heterogeneidade da SBPC, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, a prioridade de atenção dada pela organização se voltava para as pesquisas na área da biologia. A SBPC, através das reuniões anuais e da publicação oficial *Ciência e Cultura*, almejava obter reconhecimento por parte da classe política e da sociedade em geral sobre a importância da ciência no Brasil, objetivando conquistar para os professores universitários e pesquisadores contratos de tempo integral para que pudessem se dedicar integralmente as essas atividades sem terem que recorrer a outros meios para obter sustento. Este assunto foi uma das pautas da reunião anual de 1953, onde este assunto foi tratado na sessão de encerramento por um representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Além disso, outra pauta importante que a SBPC tinha era com relação à não interferência política nas universidades e institutos de pesquisa, tendo inclusive este tema sido o estopim para a criação da SBPC em 1948 (FERNANDES, 2000).

Analisando as questões de fomento à pesquisa em nível estadual, a respeito da criação da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), estabelecida em 1962,

mas pensada e debatida durante boa parte da década de 1950, Olivério Pinto e os funcionários do Departamento de Zoologia, foram solicitados a preencher um formulário, a pedido do então reitor da USP, como consta na carta resposta de Olivério, datada de 14 de novembro de 1957:

“Atendendo à honra solicitação feita por Vossa Senhoria em nome do Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo ao nosso Departamento, como membro militante do corpo técnico deste último, tomo a liberdade de juntar ao presente a nossa modesta contribuição pessoal à discussão do magno problema da criação em nosso Estado de uma Fundação destinada a amparar e desenvolver a pesquisa científica, nos termos do art.123 da vigente Constituição”⁷⁶

Analisando os pontos estabelecidos na correspondência de Olivério Pinto, destaca-se a questão da autonomia de pesquisa, no tópico 8: “A administração da Fundação lucrará em ser tão autônoma quanto possível, reservado ao Estado o direito de fiscalizar o seu funcionamento” e a origem do financiamento das pesquisas, no tópico 4:

“Não vemos como poderá contar a Fundação com outros recursos além dos fornecidos pelo erário público, a menos que ela, mantendo-se ainda no âmbito de seu programa, conseguisse estimular o auxílio da fortuna particular, interessando a sociedade na prossecução dos trabalhos científicos na medida dos benefícios de ordem material e moral para ela destes decorrentes”⁷⁷

Com relação aos financiamentos de pesquisa proporcionados pelo CNPq, uma das instituições que receberam auxílios durante os anos 1950, foi o Departamento de Zoologia, como podemos constatar em alguns documentos, onde são mencionados os auxílios financeiros prestados pelo Conselho Nacional de Pesquisas e as respectivas autorizações.

No ano de 1956, Eurico Camargo, na época biólogo do Departamento de Zoologia, solicitou ao Conselho Nacional de Pesquisas, uma bolsa de pesquisador associado. As tratativas para a solicitação da bolsa se passaram entre os meses de maio e agosto de 1956, onde inicialmente foi enviado por parte do próprio Eurico Camargo, um memorial para requerer a bolsa com auxílio mensal de Cr. 6000,00. A resposta remetida pelo Conselho Nacional de Pesquisa veio em junho, aprovando o plano de trabalho enviado por Eurico. Posteriormente foi

⁷⁶ PINTO, Olivério. *Carta*. 14 de novembro de 1957. [para] SECRETÁRIO-GERAL. São Paulo, Convite para que Olivério Pinto participasse do grupo de discussão para criação de uma Fundação de amparo a pesquisa no estado de São Paulo, 3f.

⁷⁷ PINTO, Olivério. *Carta*. 14 de novembro de 1957. [para] SECRETÁRIO-GERAL. São Paulo, Convite para que Olivério Pinto participasse do grupo de discussão para criação de uma Fundação de amparo a pesquisa no estado de São Paulo, 3f.

solicitada por parte do CNPq, uma relação com indicações dos trabalhos publicados por Eurico Camargo, com indicação das revistas e dos anos publicados. O contato se dá através do então diretor do Departamento de Zoologia, Clemente Pereira e o presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, Dr. Antônio Moreira Couceiro.

Em uma das cartas enviadas por Clemente Pereira, este acrescenta, para além do envio das publicações anexadas, pequena consideração em favor do requerente da bolsa de estudos, como podemos ler a seguir, numa carta datada em 18 de agosto daquele ano:

“Tomo a liberdade de prestar, por minha conta, uma informação adicional sobre o candidato à bolsa. Trata-se de zoólogo competente e rigorosamente honesto, cujos méritos reais talvez não se traduzam fidelidade por sua bagagem de publicações. Condições fortuitas frenaram, no passado a expansão de sua personalidade científica, que só ultimamente está podendo se exteriorizar mais livremente.

Eu teria grande satisfação se Vossa Senhoria pudesse fazer chegar estes esclarecimentos ao conhecimento dos dignos membros do Setor de Pesquisas Biológicas”⁷⁸

Como se pode ver no trecho da carta acima, apesar de Clemente Pereira reconhecer a pouca quantidade e variedade de publicações de Eurico Camargo, o então diretor do Departamento de Zoologia apela para argumentos morais, relativos à honestidade e ao compromisso com o trabalho por parte do zoólogo. Atribui ainda, a falta de extensas publicações a “condições fortuitas”, porém não especifica quais foram tais condições.

Em outra ocasião, no ano de 1962, há menções presentes em dois documentos, referentes ao custeio da expedição científica organizada pelo Departamento de Zoologia ao Território do Rio Branco, onde se fariam presentes, Olivério Pinto (já como ex-diretor aposentado da instituição), e Emílio Dente, que o acompanhou na função de colecionador e taxidermista de campo. A justificativa principal para a viagem, seria a de coletar espécimes daquela região, tendo em vista que a instituição possuía até aquela época, pouquíssimo material referente ao então Território do Rio Branco (atual estado de Roraima).

⁷⁸ PEREIRA, Clemente. *Carta*. 18 de agosto de 1956, São Paulo. [para] COUCEIRO, Antônio Moreira, Rio de Janeiro. Resposta de Eurico Camargo encaminhada ao Sr. Couceiro a respeito dos trabalhos realizados por Camargo, 1f.

O suporte do Conselho Nacional de Pesquisas foi mencionado em outras ocasiões nas viagens empreendidas por membros do Departamento de Zoologia. Em 1959, em ofício expedido pelo então governador de São Paulo, Carvalho Pinto (1910-1987), autorizando Emílio Dente para que este se ausentasse do serviço durante 4 meses para participar de uma excursão ao território da rodovia Belém-Brasília, que seria financiada pelo CNPq e não acarretaria custos extras aos cofres do estado de São Paulo⁷⁹. Outra expedição que foi financiada pelo CNPq, foram as visitas aos estados do Nordeste entre os anos de 1957 e 1958, que contou com participação do Los Angeles County Museum. Entretanto os documentos não deixam de forma clara se a participação do museu norte-americano envolveu auxílios de caráter pecuniário.

Outro ponto que é relevante mencionar, foi a necessidade dos caçadores de possuírem uma licença instituída nos anos 1930 com o Código de Caça e Pesca e a Lei de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil. No caso dos cientistas brasileiros, a licença deveria ser expedida através de requisição realizada pela instituição à que era ligado, sendo especificados quais estudos seriam feitos e o tempo necessário para utilizar a licença. Podemos constatar isto em carta endereçada ao Diretor Superintendente do Departamento de Produção Animal, Dr. Plínio Pompeo por parte de Olivério Pinto, no ano de 1943. O então diretor do Departamento de Zoologia pede a renovação das licenças de caça e pesca de alguns funcionários da instituição, entre eles: Frederico Lane, Benedito Soares, José Leonardo de Lima, e ainda solicita a expedição da licença de Emílio Dente.⁸⁰

⁷⁹ DIRETOR Geral do Departamento de Administração da Secretaria de Agricultura. *Declaração*. 23 de junho de 1959, São Paulo. Autorização para que Emílio Dente se ausente do trabalho para participar de excursão científica à região da rodovia Belém-Brasília pelo prazo de 4 meses, 1f.

⁸⁰ PINTO, Olivério. *Carta*. 4 de maio de 1943, São Paulo. [para] PIZZA, Plínio Pompeo. Solicitação de renovação da licença para caça e pesca de funcionários do Departamento de Zoologia, 1f.

4 OLIVÉRIO PINTO E A HISTÓRIA DA ZOOLOGIA

4.1 Os trabalhos de tradução e comentários de naturalistas estrangeiros

Olivério Pinto foi um zoólogo que atuou em diversas atividades ao longo de sua vida. Para além dos extensos trabalhos desenvolvidos nos campos da morfologia, da sistemática, da taxonomia e da zoogeografia, entre as décadas de 1930 e 1960, Olivério direcionou esforços para estudar alguns dos naturalistas estrangeiros que estiveram no Brasil nos séculos XVII, XVIII e XIX.

As contribuições de Olivério neste campo se deram de três formas: através de traduções e comentários especializados dos escritos de naturalistas estrangeiros que percorreram parte do território que hoje é o Brasil; através de artigos de sua autoria a respeito das espécies encontradas por viajantes durante o período colonial ou imperial; ou ainda, através de livros ou capítulos de livros com compilações sobre a história da zoologia, ou, mais especificamente, sobre a ornitologia no Brasil.

As décadas de 1930, 1940 e 1950 foi um período no Brasil em que ocorreu um boom editorial (PAGANO apud RODRIGUES, 2012) especialmente as traduções de um modo geral ganharam força especialmente na literatura de ficção. Entretanto, as traduções de literatura não ficcional também tiveram espaço importante, como ressalta Rodrigues (2010), que apesar de ainda pouco estudadas, foram de grande importância para vários campos da ciência brasileira naquele período, como ressalta Rodrigues (2010).

O boom editorial dos anos 1930 e 1940 ocorreu juntamente com a criação das primeiras universidades no país, tendo sido selecionadas as publicações e traduções de obras que tinham como interesse investigar a realidade brasileira em diferentes áreas do conhecimento, especialmente nos campos da história, da sociologia e da política. As três principais coleções que se dedicaram a esse propósito, publicadas durante a Era Vargas, foram a Coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional, que teve início em 1931; a Biblioteca Histórica Brasileira, publicada pela Livraria Martins Editora, que teve início em 1940; e a Documentos Brasileiros, editada pela Editora José Olympio, a partir de 1936. As duas primeiras coleções publicaram importantes traduções de obras de naturalistas estrangeiros que estudaram sobre a natureza brasileira, sendo que a coleção da Editora José Olympio não publicou traduções (RODRIGUES, 2012).

As obras publicadas pela Coleção Brasileira, faziam parte do projeto Biblioteca Pedagógica Brasileira, idealizada e organizada por Fernando de Azevedo, quando a Companhia Editora Nacional era dirigida por Octalles Marcondes Ferreira. O projeto de Fernando de Azevedo possuía 5 subséries, e uma delas era intitulada Brasileira, que publicou entre os anos de 1931 e 1954 277 títulos, sendo que desse total 42 eram traduções do inglês, francês ou alemão (RODRIGUES, 2010). Para Pontes (1988), as coleções, não só as da Companhia Editora Nacional, mas outras da Martins Editora e da Editora José Olympio, “[...]aparecem como um dos espaços privilegiados para a veiculação de pensamento da época. Por esta razão, devem ser analisadas como um dos ‘requisitos institucionais’ que moldaram o perfil do campo intelectual do período”.⁸¹

Segundo Pontes (1988), a Companhia Editora Nacional chegou a acumular prejuízos com a Coleção Brasileira, que só conseguiu continuar a ser publicada graças ao subsídio dado pelo governo federal em garantir a compra de algumas unidades de cada edição. Esta coleção foi um dos mais importantes projetos de reedição de obras voltadas para investigar os problemas nacionais sob diferentes ângulos. A maior parte da coleção era composta de obras raras difíceis de serem encontradas, que almejava facilitar a vida dos sociólogos, antropólogos, historiadores, cientistas e intelectuais em geral, que se debruçavam sobre estas questões relativas ao entendimento das questões nacionais durante meados do século XX. Boa parte da coleção se destinou a traduzir obras de memórias ou de viajantes naturalistas que escreveram sobre o Brasil, sendo que durante a década de 1940, 18 dos 74 títulos publicados pela Brasileira, pertenciam a categoria de obras de “Viajantes e Cronistas” (PONTES, 1988).

Os cronistas e viajantes que percorreram o Brasil através de expedições durante os séculos XVI e XIX possuíam em alguma medida, fontes seguras sobre o conhecimento da fauna, da flora e da geografia do território brasileiro, servindo assim de consulta quase que obrigatória para os cientistas brasileiros nas décadas de 1930, 1940 e 1950 (PONTES, 1988).

Olivério Pinto comentou a “História Natural do Brasil” de Georg Marcgrave, publicada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Também traduziu e/ou comentou outras obras pela editora Revista dos Tribunais, através da coleção *Brasiliensia Documenta*, como por exemplo: “Estudo crítico dos trabalhos de Marcgrave e Piso sobre a História Natural do Brasil

⁸¹ PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das coleções brasileiras, nas décadas de 1930, 40 e 50. In: BIB, Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais: Rio de Janeiro, v. 26, p. 56-89, 1988.

à luz dos desenhos originais” de Martin Lichtenstein (1780-1857) e “Zoobiblion” de Zacharias Wagener (1614-1668).

Olivério Pinto teve participação nas publicações promovidas pela Editora Brasileira, como foi o caso da “Viagem ao Brasil” de Maximilian Wied-Neuwied, em 1940, com comentários e notas de rodapé que situavam várias questões da obra. Outra participação de Olivério Pinto na Coleção Brasileira foi a tradução da obra de Francis Castelnau, intitulada “Expedições às regiões centrais da América do Sul”, publicada em 1949.

4.1.1 O legado de Olivério Pinto nas obras traduzidas e comentadas: uma análise ornitológica

A obra do alemão Georg Marcgrave (1610-1644) sobre a natureza brasileira foi um dos trabalhos mais importantes produzidos durante o período colonial sobre a fauna e a flora do Brasil. As viagens feitas pelo naturalista foram realizadas durante o período de domínio holandês no Brasil, mais especificamente durante o governo de Maurício de Nassau, tendo inclusive uma homenagem ao Conde de Nassau na obra de Marcgrave. O governante batavo durante os sete anos em que passou no Brasil, promoveu uma série de iniciativas artísticas e científicas, possibilitando a vinda de nomes como Guilherme Piso (1611-1678), Zacharias Wagener e o próprio Marcgrave, além de outros pintores e artistas que compuseram a comissão holandesa trazida por Maurício de Nassau.⁸²

⁸² O período no qual Maurício de Nassau foi governador e capitão no Brasil pela Companhia das Índias Ocidentais, foi marcado por consideráveis mudanças, especialmente por transferir o centro político de Olinda para Recife, que se tornou um centro urbano através das mudanças arquitetônicas e urbanísticas promovidas nesse período. Segundo Gesteira (2004), dentro da lógica barroca de ordenamento do espaço urbano, Nassau desejava tornar Recife em um lugar civilizado.

Outro ponto relevante sobre esse período foram as observações sobre o mundo natural empreendidas pelos naturalistas europeus que estiveram no Brasil naquele período, especialmente Georg Marcgrave, que realizou observações sobre diversos aspectos do mundo natural, desde as plantas e os animais, até a astronomia.

A edição da obra de Marcgrave aqui analisada, foi traduzida pelo Monsenhor Dr. José Procópio de Magalhães e publicada em parceria com o Museu Paulista, em comemoração aos cinquenta anos da Fundação da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, em 1941, com o prefácio do então diretor do Museu Paulista, Affonso Taunay, e devido à sua grande extensão contou com a colaboração de vários cientistas, especialmente na parte dos comentários da obra.

A obra é composta por oito volumes, sendo os três primeiros destinados ao estudo das plantas, e os outros cinco direcionados ao estudo de diferentes grupos animais, além do apêndice sobre os povos tapuias e os chilenos. Entre os comentaristas, o Dr. Paulo Sawaya comentou sobre a parte dos peixes, dos crustáceos e moluscos, vermes, animais marinhos e mamíferos; Frederico Lane, comentou sobre a entomologia; Olivério Pinto sobre as aves e Heloísa Alberto Torres colaborou na parte sobre etnografia, no apêndice da obra.

Apesar da riqueza e extensão da obra comentada, nesta dissertação iremos direcionar nossas atenções para o livro sobre as aves, que é o quinto, na ordem desta publicação, pois foi comentado por Olivério Pinto. O livro é dividido em quinze capítulos, ao que parece, numa tentativa do naturalista alemão em separar os grupos de aves. A nomenclatura utilizada por Marcgrave se baseia nos nomes indígenas utilizados para identificar as aves, - uma vez que a nomenclatura binomial criada por Lineu ainda não existia - apesar do cuidado do autor em estabelecer, sempre que possível, os nomes das aves europeias que mais se aproximavam daquelas que estava descrevendo. Para facilitar a compreensão do leitor, a obra conta com desenhos de várias espécies, como os que podem ser vistos na figura em anexo (ver anexo 4). Outro ponto interessante é que logo no início da obra, Marcgrave faz um comentário enaltecendo a variedade de penas e cores das aves encontradas em território brasileiro, mas faz uma ressalva de que as aves brasileiras não cantavam suavemente como as europeias. Diante disso, podemos notar a surpresa e o encanto do naturalista alemão com a fauna brasileira, mas ao mesmo tempo, tentando mostrar a “superioridade” do continente europeu. Devemos ter em mente que os relatos de viagens produzidos por esses naturalistas eram objeto de grande interesse na Europa, e que as obras produzidas através das observações da viagem tinham o poder de produzir uma forte imagem sobre o que poderia ser encontrado naquele território.

Analisando o conteúdo da obra mais detidamente, pode-se perceber uma série de descrições morfológicas pormenorizadas das aves encontradas por Marcgrave, assim como a forma de cantar das espécies e algumas diferenças entre machos e fêmeas. É importante salientar que a avifauna observada pelo alemão foi apenas de uma pequena parte do território

do Brasil, correspondente nos dias atuais à região da costa brasileira dos estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas.

Um dos pontos que mais chamam a atenção na obra no naturalista alemão, é o fato de serem utilizados os nomes indígenas para identificar as aves. Nos comentários da obra, Olivério estudou os nomes indígenas utilizados por Marcgrave para identificar as espécies, pois nem sempre os nomes utilizados pelo naturalista alemão correspondiam aos utilizados na época em que Olivério estava estudando a obra. O ornitólogo brasileiro ainda redigiu algumas notas para esclarecer questões quanto as zonas de ocorrência de cada espécie, tendo em vista que a área do território percorrida pelo naturalista alemão foi pequena em comparação ao território brasileiro.

No final da obra, encontram-se os comentários feitos pelos naturalistas brasileiros a respeito da obra. Os comentários de Olivério Pinto sobre as aves observadas por Marcgrave, totalizam 22 páginas, onde inicialmente o ornitólogo ressalta a importância da obra do naturalista alemão, colocando-o como o primeiro estudioso da história natural do Novo Mundo e de grande importância para os primeiros estudos ornitológicos das aves brasileiras.

As referências utilizadas por Olivério neste trabalho para estudos da nomenclatura científica e definição de espécies e subespécies, são basicamente as mesmas utilizadas para compor o “Catálogo das Aves do Brasil”, haja vista, principalmente, a proximidade temporal entre os trabalhos, pois os dois volumes da obra de Olivério foram publicadas em 1938 e 1944, e a edição da obra de Marcgrave em 1941. Entre as referências principais, encontram-se nomes como: Carl Eduard Hellmayr, Naterrer, Emílio Goeldi, Heinrich Sneathlaga, Emília Sneathlaga, Carl von Linné e Rodolpho von Ihering.

De modo geral, a principal preocupação que se pode observar nos comentários feitos por Olivério é a respeito da questão da nomenclatura, tentando o ornitólogo brasileiro descobrir através das descrições à qual espécie ou subespécie o naturalista alemão estava se referindo no seu livro. Através das ricas descrições morfológicas das aves encontradas por Marcgrave em território brasileiro, Olivério Pinto discutiu as principais divergências em torno da nomenclatura da espécie em questão, e sempre que possível tentou dar informações a respeito das zonas de ocorrência da espécie que está sendo detalhada.

Um caso interessante citado por Olivério, é o do *Tyto alba tuidara* (Gray), também conhecido como Suindara ou Coruja branca, que sofreu drásticas transformações na nomenclatura, tanto genérica como específica, tendo sido nomeada no “Catálogo das Aves

brasileiras” de Ihering⁸³, como *Strix flammea perlata* (Licht.). Olivério não nos dá maiores detalhes explicando os motivos da mudança, afirmando apenas que os motivos não caberiam de ser explicados nos comentários da obra.

Outra obra de naturalista estrangeiro que teve grande participação de Olivério Pinto na publicação em língua portuguesa, foi o “Estudo crítico dos trabalhos de Marcgrave e Piso sobre a História Natural do Brasil à luz dos desenhos originais”, de Martin Heinrich Karl Lichtenstein. A primeira edição em língua portuguesa desta obra, foi publicada pela coleção *Brasiliensia Documentia*, no seu segundo volume, em 1961.

A respeito desta coleção, em comentários feitos por Helmut Andra em 1961, este salienta a diferença sobre os dois primeiros volumes publicados por esta coleção, que fora idealizada pelo médico Edgard de Cerqueira Falcão. Segundo Helmut Andra, esta coleção seria a única coleção brasileira que trazia edições bilíngues, com a reprodução dos textos originais em língua alemã, acompanhados de traduções para o português. Os volumes haviam sido impressos pela Revista dos Tribunais, sendo a segunda obra da coleção, a que Olivério Pinto traduziu e comentou, de autoria do naturalista alemão Karl Lichtenstein.

Inicialmente a obra traz alguns fatos sobre a biografia do naturalista alemão, que era formado em medicina, mas teve sua trajetória quase toda dedicada à história natural, mais especialmente à zoologia, tendo sido diretor do Museu Zoológico de Berlin por vários anos. Lichtenstein trabalhou no Museu de Berlin com as coleções de aves e mamíferos brasileiros oriundas das coletas obtidas pelo Conde de Hoffmannsegg (1766-1849). Friedrich Sieber foi o coletor responsável por trazer os espécimes do Brasil, enviado pelo Conde de Hoffmannsegg, tendo Sieber na ocasião em que esteve em território brasileiro coletado mais de 400 exemplares de aves.

Outras coleções com as quais Lichtenstein trabalhou no Museu de Berlin foram as coletas realizadas por Sellow, que era um dos coletores que estavam acompanhando o Príncipe Wied-Neuwied em sua viagem. Friedrich Sellow já havia chegado ao Brasil alguns anos antes da expedição realizada pelo Príncipe, por intervenção do Barão de Langsdorff, e acompanhou o príncipe na expedição, a fim de servir como uma espécie de guia, pois já tinha conhecimento

⁸³ IHERING, Herman von; IHERING, Rodolpho von. *Catálogos da Fauna Brasileira. Vol. 1 – As Aves do Brasil*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1907.

da língua portuguesa na época. Anos depois, Sellow ofereceu sua coleção ao Museu de Berlin, onde foram estudadas por Lichtenstein.

Lichtenstein afirma que seu objetivo é determinar com exatidão os nomes fornecidos por Marcgrave, como ele afirma na obra:

“Assim, a finalidade do meu trabalho (para deixar isso claro mais uma vez) é determinar com exactidão os nomes fornecidos por MARCGRAVE, rectificando as identificações errôneamente atribuídas antes, e pôr de lado todas as opiniões que, edificadas sobre tais êrros, e durante um século e meio, vêm sendo produzidas nos trabalhos sobre história natural. (LICHTENSTEIN, 1961)”⁸⁴

Após a tradução dos escritos de Lichtenstein, seguem as notas e comentários feitas por Olivério. As notas versam sobre os mais variados temas, indo desde esclarecimentos e informações biográficas sobre pessoas (em geral naturalistas), citadas na obra, até esclarecimentos a respeito de fatos históricos e políticos que fossem importantes para a compreensão da obra.

Outro tipo de comentário que foi bastante frequente, foram as correções em torno da utilização dos nomes das espécies indicadas. Em alguns casos, tratava-se de detalhar e desfazer possíveis confusões entre os diferentes nomes indígenas utilizados por cada naturalista para nomear as espécies de aves.

É possível observar nas notas produzidas por Olivério Pinto o constante cuidado em situar corretamente os nomes vulgares utilizados para reconhecer as aves pela população, ocorrendo várias citações aos próprios trabalhos de Olivério, nesse caso, com muitas referências principalmente ao “Catálogo das Aves do Brasil” para situar melhor as questões relativas a esse assunto.

A terceira obra aqui analisada, na qual Olivério Pinto teve participação direta na publicação da edição em português, foi a *Zoobiblion: Livro de Animais do Brasil*, publicada pelo alemão Zacharias Wagener (1614-1668), que esteve no Brasil durante o período de

⁸⁴ LICHTENSTEIN, Martin Heinrich Karl. Estudo crítico dos trabalhos de Marcgrave e Piso sobre a História Natural do Brasil à luz dos desenhos originais. São Paulo: *Revista dos Tribunais, Brasiliensia Documenta*, Vol. II, 1961.

domínio holandês no nordeste do Brasil. Chegando no Brasil em 1634, anos depois Wagener foi contratado como escritor pelo Príncipe Maurício de Nassau, pois o próprio autor declara que inicialmente sua viagem ao Brasil não tinha como finalidade investigar o país a fundo. Todavia, através das intensas anotações produzidas por Wagener, foi possível publicar uma obra sobre os animais que avistou no Recife (e provavelmente em Salvador e em algumas cidades da Paraíba) durante os anos que esteve no país. Apesar de não ser propriamente um naturalista, a obra deixada por Wagener serve como um registro histórico de grande importância sobre a fauna brasileira daquele período, tendo sido publicada no segundo quartel do século XVII.

A edição analisada foi publicada em 1964, fazendo parte do Volume IV da *Brasiliensia Documenta*, editada pela Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, foi moderada por Edgard de Cerqueira Falcão, e teve a tradução e comentários de Olivério Pinto na parte referente à zoologia. Apesar da obra ser intitulada “Livro de Animais do Brasil”, outros temas são abordados e mostrados na obra, como botânica (que foi comentada por Dom Bento José Pickel) e relatos das características e dos hábitos dos povos indígenas e também dos negros que foram escravizados.⁸⁵

É importante ressaltar que a edição em questão contém a obra em língua alemã e sua tradução para a língua portuguesa. É mais interessante ainda é perceber que os próprios comentários sobre a parte de zoologia, comentados por Olivério Pinto, também foram publicados em língua alemã, o que nos possibilita afirmar que o ornitólogo brasileiro possuía considerável conhecimento da língua alemã. Além dos comentários, Olivério também foi responsável por produzir as legendas descritivas na obra e produzir um resumo do diário autobiográfico de Zacharias Wagener.

As aves mencionadas na obra foram as seguintes: papagaio, curira, periquito, papagaio de angola, socó, araçari, arara, jaçanã-açu, galinha africana, pomba, bem-te-vis, japu, garça, coruja e gaviota. Importante observar que os nomes utilizados pelo alemão são nomes vulgares, quase todos de origem indígena, haja vista que nessa época ainda não havia sido estabelecida a nomenclatura binominal lineana, que ocorreu somente no século XVIII. Como Wagener não deixou descrições muito detalhadas das espécies avistadas, Olivério se utilizou bastante das

⁸⁵ É relevante mencionar que a obra contou com participação do Conselho Nacional de Pesquisas em sua publicação.

descrições deixadas por Marcgrave para tentar identificar com a maior exatidão possível, as espécies a que Wagener estava se referindo.

Outra obra que teve a tradução feita por Olivério, foi a do francês Francis Castelnau, “Expedição às regiões centrais da América do Sul”, em edição publicada em 1949, pela Coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional, estando dividida em dois volumes.

A obra constitui-se basicamente em uma espécie de diário de viagem do naturalista francês que percorreu parte considerável do território brasileiro em meados do século XIX. Castelnau aportou inicialmente no Rio de Janeiro em 1842, e depois passou por várias regiões, desde Minas Gerais, pelos Rios São Francisco e depois o Parnaíba, e em seguida o Catalão em Goiás. Várias temáticas são tratadas na obra, desde os temas mais tradicionais da História Natural, como botânica, zoologia e geologia, até temas como etnografia, agricultura, a estrutura dos estabelecimentos públicos do Império do Brasil.

Nesse livro especificamente, a contribuição de Olivério Pinto se deu apenas no tocante à tradução da obra, sendo que esta edição não possui comentários como outras similares da mesma coleção da editora.

A quinta obra analisada trata-se da “Viagem ao Brasil” do príncipe Maximilian Wied-Neuwied, publicada pela Companhia Editora Nacional em 1940. A obra foi traduzida por Edgar Süssekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo, com as anotações de Olivério Pinto.

No prefácio da obra, denota-se o rigor do trabalho de Olivério Pinto e a exatidão das informações. O zoólogo brasileiro reconhece a preocupação do príncipe em se referir à espécie da qual estava tratando, ou então em descrevê-la da melhor forma possível para que pudesse ser reconhecida.

Na primeira atuação de Olivério como comentador da obra de um naturalista estrangeiro, pode-se observar a importância especial que o ornitólogo dava para a questão da nomenclatura. No prefácio da obra de Wied, Olivério afirma o seguinte:

“No que tange aos inúmeros nomes vernáculos de animais e plantas mencionadas pelo autor, matéria que a tradução franceza sacrificara completamente, mas para nós de tão extraordinário interesse, procurou-se tanto quanto possível respeitar a grafia do original. Aparecem por isso aspeados, na mesma composição do texto, porém, para que mais facilmente se destaquem das apelações técnicas latinas, compostas em grifo, consoante praxe generalizada. A êstes, mais ainda do que aos nomes vernáculos, houve

timbre em mantê-los intactos. Assim, foram-lhes conservadas peculiaridade chocantes muitas vezes com as atuais convenções da nomenclatura, como seja a inicial maiúscula nos nomes específicos de natureza substantiva, adotada sempre por Wied, a exemplo do que praticara Lineu. Também não se suprimiram as vírgulas entre os nomes científicos e o autor por êles responsável. Isso explica as frequentes discrepâncias com relação às notas do comentador, onde, é ocioso dizer, todas as normas nomenclaturais foram rigorosamente observadas.”⁸⁶

Podemos perceber em outro trecho, agora na parte dos comentários realizados nas notas de rodapé ao longo das páginas, uma observação feita por Olivério, a respeito da origem e dos nomes utilizados para se referir às “fragatas”, na página 24:

“As ‘fragatas’, notáveis pelo poder de vôo, formam um gênero de grandes aves marinhas quase cosmopolita. Sabe-se hoje que a espécie nomeada por Linneu é privativa aos mares da ilha Ascensão; nas costas meridionais do Brasil, a forma que existe é *Fregata magnificens rothschildi* Mathews, vulgarmente conhecida pelos nomes de ‘alcatraz’ e ‘joão grande’. Na Baía chamam-na ‘grapirá’, ‘pássaro do sul’, etc.”⁸⁷

Através desses dois comentários de Olivério Pinto, podemos perceber a relevância que o autor dava para o tema, explicando no início os problemas gerados pela tradução, quanto a forma como as referências são escritas, no que diz respeito à nomenclatura científica das espécies. Na segunda citação, percebemos que Olivério tinha interesse em saber não somente os nomes científicos, mas os nomes vulgares, pois em muitos casos, era através dos nomes indígenas ou como as populações locais reconheciam a espécie, que era possível identificar determinadas espécies. Em outro ponto do texto, Olivério novamente trata da questão referente aos nomes vulgares e faz a seguinte observação na nota de rodapé 38:

“*Tanagra* (Euphonia) violacea (Linn.). O passarinho, que o autor voltará muitas vezes a referir, é ainda conhecido vulgarmente por gurinhata (do tupi guira-enguetá, vêm-vém (Ceará), povi (Goiaz), tieté, bonito, etc. A espécie, representada por duas variedades geográficas ocorre em todos os estados do

⁸⁶ PINTO, Olivério M. de O. Prefácio. In: WIED-NEUWIED, Maximilian A. P. Viagem ao Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasileira, 1940.

⁸⁷ PINTO, Olivério M. de O. Notas de rodapé. In: WIED-NEUWIED, Maximilian A. P. Viagem ao Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasileira, 1940.

Brasil, à exceção talvez de Mato-Grosso; outras há, a ella muito afins, e por isso eventualmente conhecidos pelos nomes vulgares”⁸⁸

Wied-Neuwied realizou a expedição ao Brasil durante os anos de 1815 e 1817, em companhia dos alemães Freyreiss e Sellow, que já falavam a língua portuguesa e conheciam algumas partes do território brasileiro. Olivério cita que a maior parte das coleções obtidas na viagem foram adquiridas em 1870 pelo American Museum of Natural History. As referências utilizadas por Olivério Pinto para escrever seus comentários na obra, são os comumente utilizados, tendo destaque para Carl Hellmayr que trabalhou no museu norte-americano no século XX.

4.2 Os escritos de Olivério Pinto sobre a história da zoologia e da ornitologia no Brasil

Durante os anos de 1950, na coleção organizada por Fernando de Azevedo, intitulada “As Ciências no Brasil”, publicada em dois volumes pela editora Melhoramentos, foram compiladas uma série de informações históricas sobre as atividades científicas no Brasil, desde a chegada dos portugueses no século XV, divididas por áreas das ciências. Tratava-se da primeira tentativa de escrever uma história das ciências no Brasil, divididas por áreas científicas e com profissionais de cada área escrevendo sobre os conhecimentos de sua respectiva área. Nesta obra Olivério Pinto teve participação expressiva na escrita sobre a zoologia.

Fernando Azevedo foi um importante sociólogo brasileiro, que durante os anos 1930 até 1950, ocupou cargos na administração pública na parte educacional e foi um dos relatores da comissão que concebeu o projeto de fundação da Universidade de São Paulo, com a criação da Faculdade de Filosofia e os cursos superiores das diversas áreas das ciências (FERRAZ e FIGUEIROA, 1995). Ainda segundo as autoras:

“Na década seguinte [1950], Fernando de Azevedo deu continuidade ao trabalho organizando o livro *As Ciências no Brasil*, em dois volumes, que mereceu uma republicação pela editora da Universidade Federal do Rio de

⁸⁸ PINTO, Olivério M. de O. Notas de rodapé. In: WIED-NEUWIED, Maximilian A. P. Viagem ao Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasileira, 1940.

Janeiro em 1994. Responsável pela ‘Introdução’, Azevedo redigiu um estudo que superou, em profundidade e densidade de informações, seu texto anteriormente citado sobre a cultura científica, e que fornece a moldura teórica aos capítulos subsequentes. A parte dedicada à História da Antropologia e da Sociologia é também de sua autoria, e o restante ficou a cargo de cientistas. Essa característica parece indicar que o organizador reconhecia a necessidade de familiaridade com o arcabouço conceitual para se escrever uma História da ciência. Longe estava, entretanto, da interdisciplinaridade que viria caracterizar, várias décadas mais tarde, a historiografia da História das ciências.”⁸⁹

Segundo Vergara (2004), o trabalho organizado por Fernando de Azevedo, pertence à uma linha historiográfica da qual Simon Schwartzman foi seguidor, que colocava a necessidade de uma mudança drástica na forma de pensamento acerca da ciência nacional, que estaria começando a partir do momento em que as primeiras universidades foram criadas nos anos 1930. Para Fernando de Azevedo, o “atraso” intelectual do Brasil no que concerne à atividade científica, estaria ligado ao passado colonial ibérico, de quem o país herdou uma tradição livresca e apegada à religião católica, que pouco interesse demonstrava pelas ciências de observação da natureza (VERGARA, 2004).

Ainda segunda a autora, o desejo de Fernando de Azevedo de uma mudança profunda na intelectualidade do país, através da indústria e das universidades, advinha desde a geração de 1870, que segundo Roque Spencer de Barros, via na criação de universidades, a chave para superar o “atraso” do período colonial.

Inserido no contexto dos anos 1940 e 1950, Azevedo acreditava que o papel da ciência e do valor dado pela sociedade a ela, seriam fundamentais para que o Brasil superasse o passado colonial, pois segundo o próprio Azevedo e boa parte de seus contemporâneos brasileiros, acreditavam que Portugal não havia produzido ciência digna de valor. Dessa forma, essa aversão da intelectualidade brasileira ao mundo ibérico promoveu uma busca por ressaltar os feitos dos naturalistas estrangeiros de origens não portuguesas em terras brasileiras, como por

⁸⁹ FERRAZ, Márcia H. M.; FIGUEIROA, Sílvia F. de M. Ciência e ilustração na América: a historiografia brasileira da ciência colonial. In: ARANGO e ARBOLEDA (org.). Lá ilustración en América Latina: bibliografía crítica. Madrid: Ediciones Doce Calles, 1995.

exemplo o paleontólogo Peter Lund, o geólogo Charles F. Hartt e o engenheiro francês Henrique Gorceix (1842-1919). Essa tradição historiográfica, segundo Vergara (2004), tentou buscar outras raízes e outras figuras que não fossem portugueses, enaltecendo os trabalhos realizados por esses naturalistas em um lugar onde a ciência não era valorizada como deveria. Sendo assim, essa tradição historiográfica, a qual Fernando de Azevedo foi um dos principais interlocutores, e Olivério Pinto fez parte através de seus trabalhos de cunho historiográfico, reforçou uma ideia de que o Brasil não era um território propício ao desenvolvimento das ciências, especialmente durante o período colonial.

Na coleção “As Ciências no Brasil” participaram majoritariamente professores universitários, que pertenciam aos quadros das principais universidades brasileiras da época, a USP e a Universidade do Brasil, bem como pesquisadores de outras instituições científicas situadas principalmente no eixo Rio-São Paulo, como é o caso de Olivério Pinto, na época diretor do Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura de São Paulo.

Olivério Pinto foi o responsável pela elaboração do capítulo intitulado “A Zoologia no Brasil”. Nele, o ornitólogo descreve as inúmeras contribuições e trabalhos que foram relevantes de alguma maneira para o conhecimento da fauna brasileira, desde a carta escrita por Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel, na chegada dos portugueses comandada por Pedro Álvares Cabral as terras brasileiras, até as contribuições mais recentes produzidas nos anos 1940, sobre as diferentes áreas da zoologia no Brasil, haja vista que a publicação data de 1955.

O capítulo produzido por Olivério Pinto tem pouco mais de 50 páginas, sendo que algumas são referentes às fotografias e extensa bibliografia citada pelo ornitólogo. O texto é dividido em cinco partes, tendo como eixo de relação entre as partes os períodos históricos. A organização da escrita do texto é encadeada pela ordem cronológica das épocas, e prezando pela concatenação de informações a respeito das obras e coleções levantadas pelos naturalistas à que Olivério se refere ao longo do texto.

O primeiro capítulo é relacionado aos escritos produzidos pelos cronistas e missionários que escreveram observações sobre a fauna e a flora do Brasil, durante o século XVI. Um dos pontos que podemos perceber na análise e descrição feita por Olivério, é que ele costumava dar maior credibilidade aos relatos produzidos pelos cronistas que passavam mais tempo no território, que não foram resultados de observações passageiras, mas que permaneciam durante alguns anos na colônia portuguesa. Sendo assim, relatos como o do alemão Hans Staden, que viveu anos entre os índios Tupinambás, e de Gabriel Soares de Souza, que por conta dos vários

anos vividos na Bahia de Todos os Santos, dedicou vários capítulos de sua obra “Do clima e terra no Brasil” as observações feitas sobre as aves, foram tidos por Olivério Pinto, como de maior valor para serem utilizados como fontes.

Apesar de considerar este período do século XVI e início do XVII, como um período pré-científico no que diz respeito às observações sobre a história natural no Brasil, muitos são os nomes e obras citados por Olivério, tanto no capítulo sobre “A Zoologia no Brasil”, quanto na tardia obra “A Ornitologia do Brasil através das idades (Século XVI a Século XIX)”, publicada em 1979, pela coleção *Brasiliensia Documenta*, impressa pela Revista dos Tribunais.

Antes dessas duas publicações, Olivério Pinto havia escrito um pequeno artigo para a *Papéis Avulsos*, no ano de 1942, intitulado “Notas sobre as aves mencionadas por Pero Vaz de Caminha”, onde o ornitólogo brasileiro, incentivado por Arthur Neiva, buscou identificar as espécies de aves às quais Pero Vaz de Caminha se refere na carta do descobrimento enviada ao Rei D. Manuel. Devido ao total desconhecimento das línguas indígenas por parte do cronista português, todos os nomes utilizados foram os que costumeiramente eram usados em Portugal e na Europa, e pelo fato de muitas aves encontradas no Brasil não existirem no continente europeu, houve muitos desencontros e anacronismos a serem esclarecidos. Sendo assim, Olivério pesquisou em catálogos de história natural portugueses, a respeito dos nomes utilizados na Europa, para melhor conseguir identificar as espécies.

Apesar da distância de 24 anos entre o texto produzido para a compilação “As Ciências do Brasil” e a obra sobre a história da ornitologia no Brasil, a estrutura que Olivério Pinto confere aos escritos é semelhante, tendo em vista os recortes históricos que o autor destinou para justificar os capítulos. Nos dois textos, o primeiro capítulo é destinado aos escritos deixados pelos cronistas e missionários, durante o século XVI, e o segundo capítulo é voltado para analisar os estudos realizados pelos holandeses, no período em que estes ocuparam a atual região Nordeste do Brasil no século XVII, quando o Príncipe Maurício de Nassau trouxe uma comitiva para explorar o território brasileiro. Enquanto os escritos do primeiro período têm uma natureza mais geral, e consistem em sua maioria, em relatar impressões causadas nos estrangeiros, no processo de observação da natureza, o segundo período é considerado por Olivério como o das primeiras observações de caráter científico sobre a fauna e a flora do país, por ser um período que tiveram obras mais direcionadas e sistematizadas, como foram os casos das obras de Piso e Marcgrave.

É interessante observar que nos dois trabalhos mencionados acima, Olivério escreveu a respeito das observações feitas pelos cronistas, missionários e viajantes durante os séculos XVI e XVII, porém no texto que compôs a coleção “História Geral da Civilização Brasileira”, publicado em 1969, intitulado “Viajantes e naturalistas”, Olivério não faz referência à esses escritos, e cita como principal incentivador das expedições naturalísticas que ocorreram no Brasil durante o século XIX, Alexander von Humboldt (1769-1859). Para o zoólogo brasileiro, somente após a grande expedição realizada pelo naturalista alemão, de explorar o novo continente, é que houve condições políticas que permitiram o Brasil ser explorado cientificamente pelos estrangeiros. A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, após a invasão napoleônica em Lisboa, e a conseqüente abertura dos portos, permitiu que, pela primeira vez, naturalistas de outras nações pudessem realizar excursões científicas pelo território brasileiro, especialmente pela floresta amazônica, que ainda não havia sido estudada por praticamente nenhum naturalista até aquele momento.

Dentre os cronistas e missionários viajantes que Olivério cita em seus trabalhos, estão presentes: Pero Vaz de Caminha, Hans Staden, André Thevet, Gabriel Soares de Souza, José de Anchieta, Pêro de Magalhães Gandavo, Fernão Cardim e outros aos quais Olivério confere menor importância dos relatos, mas faz breves menções. Ao falar dos cronistas no capítulo de “As Ciências no Brasil”, Olivério Pinto tece o seguinte comentário sobre Jean Lery:

“*A Historie d’un voyage fait em la terre du Brésil, autrement dite Anerique*, do calvinista francês André Lery, fruto de onze meses vividos nos mesmos lugares, e em data apenas ulterior, só apareceria à luz cerca de vinte anos depois (La Rochelle, 1578). [Em comparação à obra do outro francês André Thevet] Todavia, mais abundante em exemplos e observações do que as anteriores em data, a narrativa de Lery parece ter sido a melhor fonte de informação sobre a história natural do Brasil com que puderam contar os europeus daquela época.”⁹⁰

Apesar da estrutura dos escritos de Olivério serem semelhantes, e os textos e autores citados serem praticamente os mesmos, é possível observar que a obra mais tardia do autor é mais rica em detalhes em dois sentidos; em reconhecer ou corrigir as espécies citadas nos escritos dos viajantes, tendo em vista que no capítulo de “As Ciências no Brasil”, as referências

⁹⁰ PINTO, Olivério M. de O. A Zoologia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de (org.). As Ciências no Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

existem, porém, são mais limitadas. E, além disso, as notas de rodapé da obra sobre ornitologia são ricas em detalhes de diversas naturezas (especialmente a trajetória dos autores aos quais Olivério faz menção), chegando ao ponto de, em alguns casos, as notas ocuparem metade das páginas dos capítulos.

Com relação às menções aos enviados para investigar a natureza no nordeste do Brasil, durante o período de dominação holandesa, Olivério cita a importância da obra de Marcgrave, que posteriormente foi utilizada por Lineu para desenvolver o sistema de nomenclatura científica binária e a obra “Systema Naturae”. Na obra sobre a história da ornitologia, Olivério se refere à obra de Marcgrave como o “primeiro monumento erguido ao estudo de nossa biota”, e que as referências feitas às espécies na obra já passaram por correções e revisões sistemáticas. Outra contribuição, ainda que singela, ocorrida durante esse período, foram as aquarelas de plantas e animais produzidas pelo assessor, espécie de secretário particular de Nassau, que era Zacharias Wagener, obra que Olivério também traduziu e comentou como vimos anteriormente.

Ainda nesse capítulo, Olivério Pinto critica a formação jesuíta, característica dos povos ibéricos, que não se interessavam pelas ciências de observação, e que impossibilitou que maiores investigações sobre a fauna e a flora tivessem ocorrido durante boa parte do século XVIII, reforçando assim a tradição historiográfica na qual Olivério estava inserido, juntamente com Fernando de Azevedo, reforçando o desagrado com a herança portuguesa, que seria pouca preocupada com o espírito crítico e de observação. A partir da análise feita por Maria Odila da Silva, sobre a tradição iluminista portuguesa, é que puderam ser feitas análises menos sérias a respeito do conhecimento científico produzido pelo reino português durante os séculos de colonização do Brasil e quais os principais interesses dessas investigações, que foram mais bem detalhados no estudo de Maria Margaret Lopes (VERGARA, 2004). Olivério faz uma ressalva, de que no final do século XVIII, com as ideias iluministas circulando pela Europa e as mudanças ocorridas com Marquês de Pombal, durante o reinado de D. Luiz de Vasconcellos e Souza, é que foi criada em 1784, no Rio de Janeiro, um pequeno museu de história natural, que ficou conhecido posteriormente como “Casa dos Pássaros”, por conta do taxidermista que dirigia a instituição, Francisco Xavier Cardoso Caldeira, ser conhecido como “Xavier dos Pássaros”.

Nos dois textos de Olivério que estamos analisando, há referência à iniciativa do Reino de Portugal, através de Domingos Vandelli (1735-1816), catedrático da universidade de

Coimbra, de designar Alexandre Rodrigues Ferreira para realizar uma expedição de investigação dos recursos naturais das possessões ultramarinas portuguesas na América. Entretanto, é em “A ornitologia do Brasil através das idades”, que Olivério traça detalhadamente o roteiro percorrido por Alexandre Ferreira pela região amazônica e parte do pantanal. Apesar dos esforços atingidos pelo naturalista, Olivério lamenta que as coleções que haviam sido destinadas para Portugal, anos depois foram tomadas pelos franceses na época das invasões napoleônicas em 1808 e foram para Paris.

Escrevendo sobre as investigações zoológicas ocorridas em território brasileiro durante o século XIX - período no qual Olivério credita grandes contribuições para o estudo da fauna nacional – o autor descreve as trajetórias que os naturalistas que mais contribuíram para o campo da ornitologia fizeram no Brasil. No capítulo de história da zoologia na publicação organizada por Fernando de Azevedo, Olivério nomeia o tópico referente a esse tema, como “Fase pioneira das grandes expedições científicas naturalísticas estrangeiras” e na obra sobre ornitologia “Têm início o grande ciclo das expedições científicas estrangeiras”. Através dos títulos utilizados por Olivério Pinto podemos observar que ele se utiliza da concepção das fases da história nacional separadas em ciclos. Para além disso, podemos perceber a ênfase nos estudos dos naturalistas estrangeiros, como pontuou Vergara (2004), analisando a tendência historiográfica acerca da história das ciências do Brasil impulsionada pela figura de Fernando de Azevedo.

Mencionando Sérgio Buarque de Holanda (1983), Kury (2004) se refere à expressão utilizada pelo historiador sobre o ano de 1808, como um “novo descobrimento do Brasil”, principalmente no que se refere ao estudo da história natural da colônia portuguesa na América. Kury (2004) afirma que o conhecimento produzido sobre a natureza do Brasil até aquele momento era pouco expressivo, ainda mais se comparado com as produções bibliográficas escritas sobre as colônias de outras nações nas Antilhas e nas Guianas. Ainda segunda a historiadora, devido a pouca produção bibliográfica sobre a fauna e a flora da então colônia portuguesa, isto fazia com que autores utilizassem como referências principais, autores do século XVII, como afirma no trecho a seguir:

“A falta de informações sobre o Brasil fez com que, ainda no início do século XIX, Piso e Marcgraf, cujos trabalhos são fruto da colonização neerlandesa

no Brasil no século XVII, estivessem entre os autores mais citados pelos luso-brasileiros e estrangeiros.”⁹¹

A respeito desses naturalistas estrangeiros que realizaram expedições científicas em território brasileiro durante o século XIX, Olivério destaca a figura do Barão de Langsdorff, que se instalou no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, e permitiu que vários outros naturalistas o tomassem como referência e contato para viabilizarem suas viagens ao Brasil. Através dos naturalistas que acompanharam o Barão de Langsdorff durante alguns anos, como foram os casos de Georg Freyreiss(1789-1825) e Friedrich Sellow(1789-1831), várias outras expedições puderam ocorrer com maior facilidade, haja vista o conhecimento que estes já possuíam sobre o idioma português e sobre o território.

O Barão de Langsdorff, como conta Olivério Pinto em seu texto escrito para a coleção “História Geral da Civilização Brasileira”, organizado por Sérgio Buarque de Holanda, foi um cônsul russo, que tinha grande interesse pelo estudo da Natureza, como era comum aos homens de letras do século XIX, nutria um especial fascínio sobre botânica e entomologia. Langsdorff havia morado em Portugal antes de vir ao Brasil em outubro de 1813, onde adquiriu familiaridade com o idioma. Alguns meses após sua chegada ao Brasil, vieram Freyreiss e Sellow, que vinham para trabalharem como coletores e acabaram acompanhando outros importantes naturalistas em suas excursões pelo Brasil.

Na expedição do Príncipe Wied-Neuwied, Freyreiss e Sellow o acompanharam em boa parte da viagem, sendo que o primeiro dos coletores se ocupou da coleta zoológica e o segundo da botânica. Em determinados trechos da viagem, os coletores se separaram e seguiram seus próprios percursos, de tal forma que realizaram outras coletas independentes. Freyreiss fez remessa de coleta zoológica e botânica, tendo enviado à Lichtenstein cerca de 600 aves preparadas para o Museu de Berlin. Sellow enviou ao todo cerca de 15 remessas de material ornitológico entre os anos de 1817 e 1835 ao Museu de Berlim⁹². Na Alemanha, as coleções

⁹¹ KURY, L. B. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). In: História, Ciências e Saúde - Manguinhos. Rio de Janeiro, Vol. 1, nº 1, p. 109-129, 2004.

⁹² Friedrich Sellow (1789-1831) veio por iniciativa própria explorar o território brasileiro, sem estar diretamente ligado a nenhuma instituição. Durante o período em que permaneceu no Brasil, realizou expedições científicas ao lado do príncipe Wied-Neuwied, George Freyreiss, Wilhelm von Eschwege, Auguste de Saint-Hilare, Ignaz von Olfers, entre outros, tendo coletado inúmeros espécimes zoológicos e botânicos. Para maiores referências, destaque: JUNGHANS, 2017.

advindas do Brasil, especialmente as ornitológicas, foram analisados e catalogados por Temminck e Wagler. Olivério ainda faz uma crítica a Karl Lichtenstein, por este ter vendido e permutado parte considerável dessas coleções, as quais Olivério Pinto atribuía imenso valor.

Olivério atribuiu ao Príncipe Wied-Neuwied o registro de diversas espécies de aves, e cita a importância que a obra publicada pelo alemão tem para a ornitologia brasileira. Por outro lado, diferentemente das coleções de Freyreiss e Sellow, os espécimes advindos da expedição do Príncipe Wied-Neuwied encontravam-se, na época da publicação do texto de Olivério, no American Museum of Natural History.

Após mencionar esses naturalistas, Olivério aponta o ano de 1816, como uma data histórica para a ornitologia, pois para além dos naturalistas já citados que estavam percorrendo o Brasil nesse ano, houve outras expedições de coletas, de naturalistas como Auguste de Saint-Hilaire e do seu companheiro de viagem responsável pela coleta de material zoológico, Pierre Delalande (1787-1823). Olivério cita a importância das coleções levadas por eles para o Museu de Paris, onde foram analisadas e catalogadas por Vieillot (1748-1831). Além dos franceses, Olivério ainda menciona a presença do naturalista inglês, William Swainson, que percorreu os estados do Pernambuco, Alagoas e Bahia e coletou principalmente aves, porém não ficaram maiores registros sobre os detalhes de roteiros da viagem.

Depois dessa leva de naturalistas, Olivério comenta sobre a importância da vinda da expedição austríaca-bávara para os estudos da natureza brasileira, em virtude do casamento do príncipe regente D. Pedro com a arquiduquesa Leopoldina do Império, em 1817. Amante das artes e da natureza - segundo Olivério - a imperatriz promoveu a expedição que trouxe naturalistas como Johann Natterer, que coletou e catalogou uma quantidade considerável de espécimes ornitológicos, com uma notável precisão de informações. Além dele, o acompanharam Johann E. Pohl (1782-1834) e Christian Mikan (1769-1844) e da Baviera, vieram von Martius e Johann Spix. Este último realizou extensas coletas de espécimes zoológicos ao longo do território brasileiro, tendo os resultados ornitológicos publicados entre os anos de 1824 e 1825 – como afirma Olivério em “A Ornitologia do Brasil através das idades (Século XVI a Século XIX)” - tendo registrado cerca de 220 espécies de aves como nunca antes descritas.

O trabalho de Natterer foi largamente elogiado por Olivério, pela riqueza de detalhes a respeito das datas e locais de coleta dos espécimes do naturalista austríaco, como demonstra Olivério Pinto na extensa passagem a seguir:

“A obra zoológica de Natterer como naturalista-colecionador, no que representou para o progresso do ramo, não tem paralelo na história das expedições científicas de que o Brasil foi objecto, resultado que foi de um conjunto de qualidades difíceis de encontrar reunidas na mesma pessoa, e que iam do conhecimento dilatado dos assuntos aos seus dotes excepcionais de caçador e preparador dos espécimes. Aug. Saint-Hilaire, que teve o ensejo de com ele encontrar-se em Ipanema, deu-nos disso o mais insuspeito testemunho, achando que ‘era impossível deixar de admirar a beleza desses pássaros, em que se não via um só com as penas coladas, ou gota de sangue’. Com raríssimas exceções, informa Pelzeln, todos os exemplares abatidos eram acompanhados de uma etiqueta indicando o lugar, o mês e o dia da coleta, a par do registro do sexo, verificado no ato da preparação. Por outro lado, num catálogo manuscrito, acrescentava todos os informes que julgava interessantes, tais como o colorido da íris e das partes nuas, que só no exemplar fresco se podem verificar, sem esquecer as medidas, o conteúdo do estômago, a forma da língua e outros pormenores anatômicos, o modo de vida, o canto etc. Como ficou dito a morte prematura de Natterer não lhe permitiu publicar as descrições das espécies por ele descobertas, essa tarefa caberia particularmente a um de seus sucessores no gabinete zoológico do Museu de Viena, August von Pelzen, que procurou fazer justiça ao falecido colega, respeitando-lhe, na medida do possível, as denominações.”⁹³

Tendo percorrido boa parte do território brasileiro entre os anos de 1817 e 1835, Natterer quando voltou a Europa trabalhou no Imperial Museu de História Natural de Viena, para onde levou cerca de 12000 exemplares de aves coletadas em território brasileiro. Entretanto Natterer não pode se debruçar sobre as coleções durante muito tempo, pois veio a falecer em 1843 e anos depois, em 1848, vários dos manuscritos e desenhos foram queimados em um incêndio que atingiu o Museu de Viena naquele ano.

Através de alguns dos exemplos aqui citados, podemos constatar a afirmação de Kury (2004) a respeito do encargo das descrições e classificações dos espécimes da fauna e da flora brasileira que foram coletados por naturalistas estrangeiros ou até portugueses e brasileiros em alguns casos, mas que acabariam sendo classificados e nomeados por naturalistas de gabinetes que nunca chegaram a pôr os pés no Brasil. Foi assim nos casos das coleções de Pierre Delalande que acabaram sendo estudadas por Viellot em Paris e das coleções de Natterer, que foram estudadas majoritariamente por Pelzeln em Viena.

⁹³ PINTO, O. M. de O. A ornitologia no Brasil através das idades (Século XVI a Século XIX). São Paulo: Revista dos Tribunais, *Brasiliensia Documenta*, Vol. XIII, 1979.

Ainda na obra dedicada aos estudos ornitológicos no Brasil, Olivério faz menção à outros naturalistas que se fizeram presente durante o século XIX, e que coletaram espécimes zoológicos, como foi o caso do dinamarquês Peter Lund. Mais conhecido pelo trabalho desenvolvido na área de arqueologia na região de Lagoa Santa em Minas Gerais, Olivério Pinto menciona a importância das coletas realizadas pelo dinamarquês ao longo de suas duas viagens pelo Brasil, afirmando ter o naturalista coletado cerca de 400 espécimes de aves, que foram remetidas ao Museu de Copenhague. Antes dessa publicação, Olivério já havia feito menção às contribuições deste naturalista em texto publicado na *Papéis Avulsos*, no ano de 1950⁹⁴, onde seguindo o roteiro de viagem feito por Lund, cidade por cidade, Olivério lista todas as espécies coletadas pelo dinamarquês em terras brasileiras, mencionando em quais cidades foram encontradas determinadas espécies de aves. Através dos escritos de J. Reinhardt, que foi assistente de Lund e posteriormente se debruçou sobre parte das coleções, Olivério lista ao todo 389 espécies de aves coletadas pelos dinamarqueses, confirmando a considerável coleta ornitológica reiterada por Olivério na obra de 1979.

Outros naturalistas são mencionados na última obra do ornitólogo brasileiro, entre eles o Conde Francis Castelnau, que apesar do intuito principal da viagem ao Brasil ter sido no âmbito da exploração geográfica, o autor brasileiro que a parte relacionada a zoologia ficou a cargo de Émile Deville e faz menção as importantes descrições sobre o habitat e o modo de vida de algumas espécies de aves amazônicas. A dupla de naturalistas Alfred Russell Wallace (1823-1913) e Henry Bates (1825-1892) é mencionada, com a triste menção do infortúnio que ocorreu a Wallace quando estava retornando à Inglaterra e um desastre fez com que acabasse perdendo todos os espécimes coletados.

No capítulo sobre “A Zoologia no Brasil”, Olivério faz menção à outras expedições no século XIX e com relação às descobertas e estudos produzidos sobre os mais diferentes ramos da zoologia em instituições nacionais. Ainda no século XIX, a viagem de Louis Agassiz é citada, especialmente por ter trazido em sua comitiva, o ornitólogo J. A. Allen, que foi o primeiro presidente da American Ornithologists’ Union nos EUA.

No capítulo “Viajantes e naturalistas”, diferente dos outros dois textos, Olivério faz menções à naturalistas que se dedicaram integralmente à botânica e a geologia. O botânico

⁹⁴ PINTO, O. M. O. Peter W. Lund e sua contribuição à ornitologia brasileira. *Papéis Avulsos*, Vol. 9, 1950, págs. 269-284.

inglês George Gardner (1810-1849) é lembrado pelo grande percurso que realizou em território brasileiro, especialmente no Rio de Janeiro e em alguns estados da região Nordeste. Outro botânico citado por Olivério Pinto foi Richard Spruce (1817-1893), britânico que foi um dos auxiliares da expedição de Henry Bates, tendo coletado quantidade bastante significativa de espécimes de plantas na região amazônica.

Mencionado como integrante da Expedição Thayer, comandada por Louis Agassiz, Chales Frederick Hartt havia sido um dos geólogos que compuseram a mesma. Interessado em estudar o território brasileiro de maneira mais profunda, Hartt voltou ao Brasil anos após a expedição de Agassiz, onde posteriormente foi contratado para chefiar a Comissão Geológica do Império. Juntamente com Hartt, vieram outros geólogos americanos para lhe assessorar, Orville Derby e John Casper Branner. O primeiro deles foi o diretor da Comissão Geológica e Geográfica de São Paulo.

Entretanto, apesar de nesse texto Olivério ter abordado tópicos não explorados nos outros trabalhos, a historiografia praticada é bem semelhante. Como era de costume nos escritos de História das Ciências daquele período - praticado essencialmente por cientistas de suas áreas, que escreveram a respeito dos nomes e dos principais acontecimentos sobre a temática de seus estudos - praticamente não houve menções aos estudos científicos realizados por parte de naturalistas brasileiros.

Estudos científicos como os da Sociedade Vellosiana, que teve papel relevante na botânica, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que tiveram estudos sobre agricultura, não foram mencionados por Olivério Pinto. As pesquisas do Museu Nacional são brevemente mencionadas, sendo dado destaque para os naturalistas que vieram de fora do país.

A respeito das atividades zoológicas realizadas no Brasil, Olivério Pinto afirma que a criação do Museu Nacional foi importante, mas que a instituição não poderia ser considerada propriamente uma instituição de caráter científico em seus primeiros anos de existência, devido à precariedade em que se encontrava. Olivério justificava essa posição com os argumentos de que, a inexistência de uma publicação própria e o “minguado pessoal científico”, não possibilitava que a instituição prestasse maiores contribuições. Posteriormente, a “Comissão Científica Imperial”, a vinda do naturalista francês J. T. Descourtilz e a publicação do “Arquivos do Museu Nacional”, puderam reverter esse cenário.

A contratação do francês Descourtilz para o cargo de naturalista-viajante do Museu Nacional em 1854, foi relevante especialmente pelo interesse do estrangeiro pelo campo da ornitologia. Entretanto, o francês veio a falecer em 1855, em virtude de doença não especificada, em viagem ao Espírito Santo. Além de Descourtilz, outros naturalistas estrangeiros foram contratados pelo Museu Nacional nas décadas seguintes, como foram os casos dos alemães Fritz Muller, Herman von Ihering e o suíço Emílio Goeldi, que posteriormente vieram a se tornar figuras de grande relevância para a ciência e para as instituições científicas do país, especialmente os dois últimos.

Olivério chega ainda a fazer menções sobre alguns estudos importantes escritos sobre a ornitologia brasileira, como o de Emília Snethlage⁹⁵ intitulado “Catálogo das Aves Amazônicas”, tendo Olivério inclusive escrito uma revisão da sistemática proposta pela ornitóloga alemã. Além desse, há também o estudo de Herman von Ihering feito em parceria com o Conde von Berlepsch sobre as aves da localidade de Taquara/RS, local onde Herman residiu por alguns anos. Em breves parágrafos, foram mencionados a existência do Museu Paranaense e do Museu Rocha no Ceará, e o material zoológico que coletaram para estudo da fauna local. Além disso, Olivério cita ainda as pesquisas de instituições de pesquisa como o Butantan e o Oswaldo Cruz, além da Escola Nacional de Agronomia e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, o Instituto Biológico e então recente Faculdade de Ciências da Universidade de São Paulo.

No último tópico do capítulo da coletânea “As Ciências no Brasil”, o autor lista os nomes e as descobertas e trabalhos realizados pelos zoólogos brasileiros, divididos pelas respectivas áreas da zoologia. Ao todo Olivério Pinto listou 12 filis, sendo que no último referente aos Cordados, há uma subdivisão em peixes, acránios, anfíbios, répteis, aves e mamíferos. Em cada um dos filis, os estudos realizados a respeito da fauna brasileira são listados e comentados, a maior parte colegas da mesma instituição de Olivério ou ainda companheiros do Clube Zoológico do Brasil. Dentre os temas que ocupam maior espaço, se destacam o tópico sobre os insetos, devido a grande quantidade de estudos produzidos no campo da entomologia na primeira metade do século XX no Brasil e sobre as aves, que era seu campo de estudo. Consta ainda no final do capítulo, uma extensa bibliografia contendo as referências mencionadas por Olivério, dos recentes estudos zoológicos realizados no Brasil.

⁹⁵ É importante mencionar que este trabalho foi fruto do trabalho realizado pela ornitóloga no período em que trabalhou para o Museu Goeldi, onde foi diretora entre 1914 e 1922. Para mais detalhes, ver: JUNGHANS, 2009.

Através da leitura dos textos aqui analisados, fica evidente a perspectiva de uma escrita internalista da História das Ciências, no caso específico de Olivério Pinto, da zoologia e da ornitologia. Por ser um zoólogo, escrevendo sobre a história da zoologia como alguém que não tinha nenhum tipo de formação voltado para o campo da história e que não havia se dedicado a esse campo durante sua trajetória, o autor privilegia aspectos singulares na escrita desses textos, analisando principalmente os feitos de cada um dos naturalistas, em seus trabalhos de campo e de gabinete.

Segundo Maia (2001), a querela externalismo/internalismo que se perpetuou no campo da história das ciências durante meados do século XX, opunha não somente visões, mas modos de escrever uma “história das ciências”, onde, grosso modo, os externalistas privilegiavam o contexto sócio-histórico, e os internalistas – quase sempre cientistas escrevendo suas histórias - exaltavam suas atividades científicas, ancoradas em moldes heroicos.

Para Maia (2001), a história das ciências na perspectiva internalista, cumpria um papel social construtivista até os anos 1970, apresentando à sociedade, uma narrativa que fosse interessante aos grupos envolvidos, desde cientistas, políticos, empresas e outros envolvidos, trabalhando no que o autor denominou de “domesticação da história”. Ainda segundo o mesmo autor:

“Alienadas de si próprias, as histórias das ciências não possuíam a história, nem desvelavam uma qualquer história, dessas ciências. Essas histórias alinhavavam pontos épicos dos passos dedutivos de algum teorema molecular costurando uma ‘história’ da física, justamente aquela que a corporação de físicos consumia, comentava e aprovava: uma fala *extra*, porém, *quase-oficial*. Essas histórias faziam história das ciências *internalizando*, como seus, os valores e pressupostos transmigrados da corporação de cientistas.”⁹⁶

A história das ciências escrita pelos internalistas, especialmente quando se colocavam como uma “comunidade científica”, expressava para os grupos políticos, econômicos e socialmente envolvidos com as ciências, que aquele era um grupo unido, coeso, que desejava fortalecer sua própria imagem, através da exposição das realizações científicas, dessa forma,

⁹⁶ MAIA, C. A. A domesticação da história das ciências pelo sistema das ciências. In: Luiz Carlos Soares. (Org.). Da Revolução Científica à big (busines) science: cinco ensaios de história da ciência e da tecnologia. 1ed.São Paulo / Niterói: Hucitec - UFF, 2001, p. 201-246.

continua Maia: “A ‘comunidade’ que disputa poder e espaço social usa emblematicamente a sua própria imagem para fortalecer os mitos, a-históricos, de seu trabalho especializado, dos pequenos grupos de especialistas que ‘fraternalmente partilham do método científico universal’”.

Analisando a historiografia produzida por Olivério Pinto e relacionando-a com as questões propostas por Maia (2001), podemos observar alguns pontos importantes a serem discutidos. Tendo em vista que o contexto histórico no qual Olivério escreve o texto que compõem a coletânea “As Ciências no Brasil”, estava marcada pela tentativa de profissionalização das ciências no Brasil, é legítimo afirmar que a escrita de Olivério Pinto desejava dar contornos de modo a transmitir uma ideia para a sociedade brasileira, dos feitos realizados pela “comunidade” de zoólogos no país, desejando obter reconhecimento pelos trabalhos realizados através de uma maior autonomia de pesquisa e recursos para financiarem os trabalhos, além de um reconhecimento da profissão de zoólogo. Dessa forma, a história das ciências de um ponto de vista internalista – ainda que de forma distinta da praticada em outros países, devido ao contexto particular do Brasil – atuou no sentido de se estabelecer os parâmetros do que teria sido o estudo da zoologia até aquele momento na história do Brasil, alicerçada em um molde historiográfico de grande feitos realizados, pois a comunidade científica que estavam se consolidando no país nos anos 1950, tinha objetivos políticos, econômicos e sociais que estavam ensejados na sociologia proposta por Fernando de Azevedo.

Ocupando uma espécie de lacuna deixada pelos historiadores, Olivério Pinto e vários outros cientistas que compuseram os escritos da compilação de textos organizada por Fernando de Azevedo, estavam escrevendo a história institucional do campo de trabalho ao qual pertenciam, legitimando a ciência como tendo um papel de extrema relevância no desenvolvimento econômico, social e cultural do país, que de acordo com o pensamento do qual esses intelectuais faziam parte, tiraria o Brasil do “atraso”, alçando o país a um patamar mais alto, através da valorização da ciência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensa trajetória de Olivério Pinto foi marcada por trabalhos científicos de diversas naturezas. O profundo interesse pelo conhecimento da fauna ornitológica brasileira foi a constante que marcou toda a carreira do zoólogo. Personagem ainda não muito conhecido na ciência brasileira, Olivério Pinto realizou trabalho de grande relevância no campo da ornitologia, sumariamente reconhecido por vários ornitólogos brasileiros na atualidade, sendo inclusive considerado por alguns como o “pai da ornitologia brasileira”, por ter sido uma espécie de sistematizador do conhecimento ornitológico do país.

Ingressou na carreira científica numa importante instituição que foi o Museu Paulista, mas, anos depois, devido às decisões políticas, foi colocado como diretor de uma nova instituição que não possuía muita autonomia, pois estava diretamente subordinada à Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e com restrito quadro de funcionários. Além disso, tendo realizado trabalhos característicos das ciências de base, não lidando tão diretamente com as problemáticas da agricultura e das doenças - temas que ocupavam maior interesse das autoridades na época -, mas prestando serviços aos estudos realizados por essas instituições, os zoólogos do Departamento de Zoologia não recebiam tanto prestígio, e acabaram ficando sombreados pela criação do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal de São Paulo e pela criação da Universidade de São Paulo. Esta última instituição também criou o seu Departamento de Zoologia, o que acabou gerando uma dubiedade entre as instituições, pois o Departamento de Zoologia da USP ganhou maior notoriedade por estar atrelado à primeira universidade brasileira.

Apesar das dificuldades institucionais, Olivério se destacava dentro do campo da zoologia naquela época, principalmente através das duas publicações periódicas que o Departamento de Zoologia possuía, e com viagens de campo realizadas de forma conjunta com outras instituições nacionais e internacionais.

Os diálogos internacionais estabelecidos por Olivério Pinto eram representativos. Apesar das pouquíssimas fontes disponíveis relacionadas a esse tema, podemos ter uma considerável noção através dos indícios deixados pelas fontes, especialmente as referências dos catálogos utilizados pelo zoólogo brasileiro. Ao que parece, os contatos mais significativos de Olivério eram feitos com museus norte-americanos, especialmente o Museu de Zoologia

Comparada de Harvard e o Los Angeles County Museum. O contato mais intenso com Alfonso Olalla – que já mantinha relação com algumas dessas instituições antes dos anos 1930 – facilitou o estabelecimento de trocas de espécimes e intercâmbios científicos de Olivério com essas instituições.

Olivério foi um homem de ciência do seu tempo, conciliando atividades administrativas e científicas, ocupando cargos públicos, participando de atividades das demandas políticas da época ao ser membro do Conselho Florestal Estadual de São Paulo. Teve que lidar com as dificuldades do fazer ciência no Brasil, dirigindo uma instituição com poucos funcionários à disposição, na maioria das vezes sem funcionários especializados ou com instrução voltada para a zoologia, os quais teve que treinar para que realizassem os trabalhos a serviço da instituição.

Olivério era essencialmente um cientista de campo. Ao longo das pouco mais de três décadas em que esteve atuante, percorreu grandes extensões pelo país, tendo alcançado vários estados da federação onde realizou coletas e contribuiu de forma significativa para o estudo da fauna brasileira, possibilitando aos cientistas contemporâneos realizar os mais variados estudos com a rica coleção de aves que hoje se encontra no MZ/USP. Estudos esses que podem ir desde problemáticas relacionadas mais diretamente ao campo da zoologia e da ecologia, como também ações educacionais e de divulgação científica voltadas para o grande público, especialmente com relação aos naturalistas amadores.

O vasto conhecimento por parte de Olivério Pinto, no que se refere às línguas estrangeiras, permitiu que ele estudasse as obras de importantes naturalistas no original, e contribuísse para a divulgação da ciência no Brasil, através dos livros que ajudou a traduzir e comentar.

Observando e analisando as viagens nas quais Olivério Pinto se fez presente e as publicações nas revistas científicas, pode-se ver uma tendência. Nas expedições em que Olivério participou diretamente, os trabalhos publicados resultantes dessas viagens costumam ser mais extensos, como a monografia sobre a expedição à Bahia em 1932, publicada na *Revista do Museu Paulista*, e o artigo sobre a expedição à região de Monte Alegre, no município de Amparo em São Paulo. Esses trabalhos contêm, grosso modo, trechos de relatos sobre a viagem em si, sobre a fauna e a flora locais e comentários sobre a devastação da natureza local, assim como sobre as populações locais.

Já nos trabalhos publicados por Olivério Pinto onde foram enviados membros da instituição para realizar a coleta de material zoológico, observamos uma maior concentração de esforços, por parte do ornitólogo, em descrever os espécimes coletados e analisá-los, sem tantas informações a respeito da viagem. Esse cuidado com a catalogação das espécies e os comentários em torno do material coletado existiu em quase todos os trabalhos de Olivério, no entanto, em viagens nas quais ele não tomou parte, essas questões ficam mais enfatizadas, haja vista a ausência de informações mais detalhadas a respeito da viagem em si.

Comparando os trabalhos iniciais de Olivério com os do final da trajetória, podemos perceber algumas diferenças. Se tomarmos como base, por exemplo, o “Catálogo das Aves do Brasil”, na primeira edição, com tomos publicados em 1938 e 1944, observamos uma descrição mais objetiva. Olivério destacava basicamente os mesmos pontos que destacou em trabalhos mais tardios, como o artigo de 1961, “Resultados ornitológicos de quatro recentes expedições do Departamento de Zoologia ao Nordeste do Brasil, com a descrição de seis novas subespécies”, as publicações contêm os nomes científicos utilizados ao longo do tempo, as coleções analisadas, a distribuição geográfica da espécie, e em alguns casos os nomes populares utilizados para identificar as aves. Entretanto, no artigo de 1961, observamos descrições mais detalhadas e longas, as alterações a respeito das novas descobertas realizadas ao longo das décadas de trabalho, assim como as alterações pelas quais o meio ambiente passou.

A percepção de que a ornitologia seria uma ciência, que por sua vez, estaria em constante mudança, já estava assinalada por Olivério no prefácio do primeiro número do “Catálogo das Aves do Brasil”, em 1938, quando o zoólogo admite o caráter histórico do conhecimento, reconhecendo que o trabalho feito por ele naquele momento, precisaria ser corrigido e revisto dentro de algumas décadas.

Um dos pontos mais marcantes da trajetória científica de Olivério Pinto e perceptível nos trabalhos, era a conjunção de informações que o ornitólogo possuía a respeito dos viajantes naturalistas em território brasileiro, as menções que esses estrangeiros fizeram as espécies de aves e as referências que Olivério utilizava dos trabalhos mais recentes de instituições norte-americanas e europeias. Esse cabedal de dados que o zoólogo possuía, para ele tudo isso fazia parte de uma coisa só, que era a história natural da ornitologia.

FONTES

Jornais e Revistas

- Correio Paulistano

Correio Paulistano, dia 7 de julho de 1925, pág. 2;

Correio Paulistano, dia 28 de fevereiro de 1940, pág. 9;

Correio Paulistano, dia no dia 8 de maio de 1940, pág. 7;

Correio Paulistano, dia 9 de julho de 1941, pág. 3;

Correio Paulistano, dia 16 de dezembro de 1941, pág. 12;

Correio Paulistano, dia 9 de junho de 1940, pág. 3;

Correio Paulistano, dia 28 de julho de 1934, pág. 11.

- Fauna (SP)

Fauna (SP), nº8/1949, pág. 4, 5 e 43;

Fauna (SP), nº9/1949, pág. 41;

Fauna (SP), nº2/1952, pág. 20, 21 e 22;

Fauna (SP), nº1/1966, pág. 40.

Obras completas

CASTELNAU, Francis. Expedição às regiões centrais da América do Sul. São Paulo:

Companhia Editora Nacional, Brasileira, vol.26, 1949.

LICHTENSTEIN, Martin Heinrich Karl. Estudo crítico dos trabalhos de Marcgrave e Piso sobre a História Natural do Brasil à luz dos desenhos originais. São Paulo: Revista dos Tribunais, Brasiliensia Documenta, Vol. II, 1961.

MARCGRAVE, Jorge. História Natural do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1942.

PINTO, O.M.O. Catálogo das aves do Brasil e lista dos exemplares que as representam no Museu Paulista 1ª parte: Aves não Passeriformes. São Paulo, 1938.

PINTO, O.M.O. Catálogo das aves do Brasil e lista dos exemplares existentes na coleção do Departamento de Zoologia 2ª parte: Ordem Passeriformes (continuação), Superfamília Tyrannoidea e Subordem Passeres. São Paulo: Departamento de Zoologia, 1944.

PINTO, O. M. de O. A ornitologia no Brasil através das idades (Século XVI a Século XIX). São Paulo: Revista dos Tribunais, Brasiliensia Documenta, Vol. XIII, 1979.

WAGENER, Zacharias. Zoobiblion – Livro de animais do Brasil. São Paulo: Revista dos Tribunais, Brasiliensia Documenta, Vol. IV, 1964.

WIED-NEUWIED, Maximilian A. P. Viagem ao Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasiliana, 1940.

Artigos científicos

AMARAL, Afrânio; PINTO, Olivério. Considerações em torno da recente lista de "Animais nocivos à lavoura e a pesca", estabelecida pelo Serviço Federal de Caça e Pesca. Boletim Biológico, Vol. II, nº2, 1934.

CAMARGO, E. A.; PINTO O. M. O. Sobre uma coleção de aves do Rio das Mortes (Mato Grosso). Papéis Avulsos, Vol. 8, 1948, págs. 287-336.

CAMARGO, E. A; PINTO, O. M. O. Nova contribuição à ornitologia do Rio das Mortes. Resultado da expedição conjunta do Instituto Butantan e Departamento de Zoologia. Papéis Avulsos, Vol. 10, 1952, págs. 213-234.

CAMARGO, E. A.; PINTO, O. M. O. Lista das aves colecionadas nos limites ocidentais do Estado do Paraná. Papéis Avulsos, Vol. 12, 1954, págs. 215-234.

CAMARGO, E. A.; PINTO, O. M. O. Resultados ornitológicos de uma expedição ao território do Acre pelo Departamento de Zoologia. Papéis Avulsos, Vol. 11, 1954, págs. 371-418.

CAMARGO, E. A.; PINTO, O. M. O. Resultados ornitológicos de quatro recentes expedições do Departamento de Zoologia ao Nordeste do Brasil. Arquivos de Zoologia do Estado de São Paulo, Vol. 11, 1961, págs. 193-284.

CAMARGO, Hélio F. de A. Sobre uma pequena coleção de aves de Boracéia e do Varjão do Guaratuba (Estado de São Paulo). Papéis Avulsos, Vol. 7, 1947, págs. 143-164.

OLALLA, A. M. El *Berlepschia rikeri* y su Biología. Revista do Museu Paulista: São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Tomo XIX, 1935, p. 419-424.

OLALLA, A. M. El genero *Sciurillus* representado en la amazonia y algunas observaciones sobre el mismo. Revista do Museu Paulista: São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Tomo XIX, 1935, p. 425-430.

PINTO, O. M. O. O pardal em suas relações com a agricultura. In: Boletim Biológico: São Paulo, Vol.1, n.1, 1933.

PINTO, O. M. O. Coleta e preparo de material ornitológico. Boletim Biológico: São Paulo, Vol.2, n.1, 1934.

PINTO, O. M. O. Coleta e preparo de material ornitológico. Boletim Biológico: São Paulo, Vol.2, n.2, 1934.

PINTO, O. M. O. Contribuição à ornithologia de Goyaz. Notas críticas sobre uma coleção de aves feita no sul do estado. Revista do Museu Paulista, Vol. 20, 1938, págs. 1-171.

PINTO, O. M. O. Nova contribuição à ornitologia do Recôncavo (Baía). Papéis Avulsos, Vol. 3, 1943, págs. 265-284.

PINTO, O. M. O. Sobre as aves do Distrito de Monte Alegre, Município de Amparo (São Paulo, Brasil). Papéis Avulsos, Vol. 4, 1944, págs. 117-149.

PINTO, O. M. O. Algumas adendas à avifauna de Monte Alegre. Papéis Avulsos, Vol. 6, 1945, págs. 135-142.

PINTO, O. M. O. Duas novas formas no gênero *Xiphocolaptes* (Lesson). Papéis Avulsos, Vol. 5, 1946, págs. 135-140.

PINTO, O. M. O. Sobre a sucessão das plumagens em *Trigrisoma lineatum marmoratum* (Viellot). Papéis Avulsos, Vol. 7, 1947, págs. 45-50.

PINTO, O. M. O. Peter W. Lund e sua contribuição à ornitologia brasileira. *Papéis Avulsos*, Vol. 9, 1950, págs. 269-284.

PINTO, O. M. O. Aves do Itatiaia. Lista remissiva e novas achegas à avifauna da região. *Papéis Avulsos*, Vol. 10, 1952, págs. 155-208.

PINTO, O. M. O. Resultados ornitológicos de duas viagens científicas ao Estado de Alagoas. *Papéis Avulsos*, Vol. 12, 1954, págs. 1-97.

PINTO, O. M. O. A Zoologia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de (org.). *As Ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

PINTO, O. M. O. Viajantes e naturalistas. In: *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II: O Brasil Monárquico. 3º Volume: reações e transações*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969, p. 445-467.

TAUNAY, Affonso de E. João Leonardo de Lima: Naturalista do Museu Paulista (1874-1936). *Revista do Museu Paulista*, Tomo XXI. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

VAZ, Zeferino. A vida e os trabalhos de Emilio Goeldi. *Boletim Biológico*, Vol. II, nº1, 1934.

VIEIRA, C. O. da C. Nomes vulgares de aves do Brasil. In: *Revista do Museu Paulista*, Tomo XX. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1936.

Documentos

CAMARGO, Eurico Alves. *Comunicado*. 29 de setembro de 1959, São Paulo. [para] DIRETOR do Departamento de Zoologia. São Paulo, coleções remetidas em permuta ao Los Angeles County Museum, 2f.

CAMARGO, Eurico Alves. *Comunicado*. 29 de setembro de 1959, São Paulo. [para] DIRETOR do Departamento de Zoologia. São Paulo, coleções remetidas por Olalla ao Los Angeles County Museum, 3f.

CAMARGO, Eurico Alves. *Carta*. 13 de outubro de 1948, São Paulo. [para] DIRETOR do Departamento de Zoologia. Resposta à circular do dia 12 de outubro acerca dos cursos e artigos publicados, São Paulo, 1f.

CAPOROSSI, Cecília Pope. *Certidão*. 21 de agosto de 1963. [para] DIRETOR do Departamento de Zoologia. Certidão com os cargos ocupados por Eurico Alves Camargo no Departamento de Zoologia, São Paulo, 3f.

DENTE, Emílio. *Relatório*. 30 de junho de 1958, São Paulo. Documentação pasta “Emílio Dente”, arquivos MZ/USP. Relatório de viagem realizada ao noroeste extremo do estado da Bahia, 7f.

DENTE, Emílio. *Declaração*. 13 de fevereiro de 1952, São Paulo. [para] DIRETOR do Departamento de Zoologia, São Paulo, Solicitação de dispensa para tratamento de saúde. 1f.

DENTE, Emílio. *Carta*. 17 de julho de 1962, São Paulo. [para] DIRETOR do Departamento de Zoologia, São Paulo, solicitação de autorização para se ausentar do trabalho por motivo de doença, 1f.

DENTE, Emílio. *Relatório*. Sem data e/ou local. Relatório da viagem ao estado do Paraná, 3f.
Diretor Geral do Departamento de Administração da Secretaria de Agricultura. *Declaração*. 20 de junho de 1958, São Paulo. Autorização do governador do estado para Emilio Dente se ausentar do serviço em razão de excursão científica ao Ceará, 1f.

Diretor Geral do Departamento de Administração da Secretaria de Agricultura. *Declaração*. 6 de maio de 1958, São Paulo. Prorrogação do prazo para Emílio Dente se ausentar do serviço no Departamento de Zoologia em razão de excursão científica empreendida na Bahia e no Piauí, 1f.

DIRETOR Geral do Departamento de Administração da Secretaria de Agricultura. *Declaração*. 23 de junho de 1959, São Paulo. Autorização para que Emílio Dente se ausente do trabalho para participar de excursão científica à região da rodovia Belém-Brasília pelo prazo de 4 meses, 1f.

DENTE, Emílio. *Relatório*. 30 de junho de 1958, São Paulo. Documentação pasta “Emílio Dente”, arquivos MZ/USP. Relatório de viagem realizada ao noroeste extremo do estado da Bahia, folhas 5 e 6.

DENTE, Emílio. *Relatório*. Sem data e/ou local. Relatório do material de campanha utilizado nas viagens ao estado do Paraná em 1954, 2f.

PEREIRA, Clemente. *Carta*. 18 de agosto de 1956, São Paulo. [para] COUCEIRO, Antônio Moreira, Rio de Janeiro. Resposta de Eurico Camargo encaminhada ao Sr. Couceiro a respeito dos trabalhos realizados por Camargo, 1f.

PINTO, Olivério. *Carta*. 14 de novembro de 1957. [para] SECRETÁRIO-GERAL. São Paulo, Convite para que Olivério Pinto participasse do grupo de discussão para criação de uma Fundação de amparo a pesquisa no estado de São Paulo, 3f.

PINTO, Olivério. *Carta*. 4 de maio de 1943, São Paulo. [para] PIZZA, Plínio Pompeo. Solicitação de renovação da licença para caça e pesca de funcionários do Departamento de Zoologia, 1f.

VANZOLINI, Paulo Emílio. *Resolução*. 7 de janeiro de 1963, sem local. Designa Eurico Camargo, Hélio Ferraz de Camargo e Cory Teixeira de Carvalho para examinarem coleção de aves do Rio Ipiranga, 1f.

BIBLIOGRAFIA

ALEIXO, Alexandre; STRAUBE, Fernando Costa. Coleções de aves brasileiras: breve histórico, diagnóstico atual e perspectivas para o futuro. São Leopoldo: **Revista Brasileira do Ornitologia**, Vol. 15, junho de 2007, p. 315-324.

ALVARENGA, Herculano M. F. In memoriam: Werner C. A. Bokermann (Necrológio). **Ararajuba**, 3, p. 101-102, dezembro de 1995.

ANDRÄ, Helmut. Resenha de: Brasiliensia Documenta. **Revista de História**, USP, v.23, nº48, 1961.

ANTUNES, A. P.; MASSARANI, L. M.; MOREIRA, I. C. A rede dos invisíveis: os colaboradores locais na expedição Louis Agassiz ao Brasil (1865-1866). In: **14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**, 2014, Belo Horizonte. Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2014.

BENCHIMOL, Jaime L. **Manguinhos do sonho à vida: A ciência na belle époque**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1990.

BENCHIMOL, Jaime L. Adolpho Lutz: um esboço biográfico. **História, Ciência e Saúde - Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.10, nº1, p. 13-83, 2003.

CAMARGO, Hélio F. de A. Hellmuth Pinder, o primeiro coletor e taxidermista de aves do Museu Paulista. **Ararajuba**, 6(1), p. 54-57, junho de 1998.

CASAZZA, Ingrid Fonseca. **Proteção do patrimônio natural brasileiro: ciência, política e conservacionismo na trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1961)**. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2017.

DUARTE, Regina Horta. Pássaros e cientistas no Brasil: em busca de proteção, 1894-1938. **Latin American Research Review**, Austin, Texas, EUA, v.41, n.1, p.3-26, 2006.

DUARTE, Regina Horta. Zoogeografia do Brasil: fronteiras nacionais, percursos panamericanos. **Latin American Research Review**. Vol. 49, nº2, p. 68-83, 2014.

FARIAS, Gilmar; ALVES, Ângelo. Aspectos históricos e conceituais da etnoornitologia. **Biotemas**, v. 20, nº1, p. 91-100, março/2007.

- FERNANDES, Ana Maria. **A construção da ciência no Brasil e a SBPC**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- FERRAZ, Márcia H. M.; FIGUEIROA, Sílvia F. de M. Ciência e ilustração na América: a historiografia brasileira da ciência colonial. In: ARANGO e ARBOLEDA (org.). **Lá ilustración en América Latina: bibliografía crítica**. Madrid: Ediciones Doce Calles, 1995.
- FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. L. **Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil: anos 1920 -1940**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2009.
- GESTEIRA, Heloisa Meireles. O Recife Holandês: História Natural e Colonização Neerlandesa (1637-1645). **Revista SBHC**: Rio de Janeiro, v.2, nº1, p.6-21, jan./jun. 2004.
- IHERING, Herman von; IHERING, Rodolpho von. **Catálogos da Fauna Brasileira**. Vol. 1 – As Aves do Brazil. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1907.
- JUNGHANS, Miriam Elvira. **Avis Rara**: a trajetória científica da naturalista alemã Emília Snethlage (1868-1929) no Brasil. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009, 148f.
- JUNGHANS, Miriam Elvira. **“Ordenar o mundo e sondar a natureza”**: o projeto Humboldtiano de Friedrich Sellow (1789-1831). Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2017, 200f.
- KOHLER, Robert E. **Landscapes and Labscapes**: exploring the lab-field border in biology. The University of Chicago Press: Chicago and London, 2002.
- KUKLICK, H. e KOHLER, R. E. (org.) Introduction. **OSIRIS: Science in the Field**, 2nd series, 11, p. 1-14, 1996.
- KURY, L. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **História, Ciências, Saúde- Manguinhos**, vol. VIII (suplemento), p. 863-880, 2001.
- KURY, L. B. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências e Saúde - Manguinhos**. Rio de Janeiro, Vol. 1, nº 1, p. 109-129, 2004.

- LANDIM, Maria Isabel. Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo: adaptação aos novos tempos. **Estudos Avançados** (USP – Impresso), v. 25, p. 205-216, 2011.
- LOPES, M. M. Viajando pelo campo e pelas coleções: aspectos de uma controvérsia paleontológica. Rio de Janeiro: **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**, V. 8, supl., 2001.
- LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. Brasília-DF: Editora UnB, 2009.
- LOPES, M.M. O local musealizado em nacional – aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil. In: HEIZER, A. e VIDEIRA, A.A.P. (Org.). **Ciência, civilização e Império nos trópicos**. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2010, v. 1, p. 77-96.
- LORDELLO, Luiz Gonzaga E. Pequena contribuição à História Natural de alguns *Fringillidae* do Brasil (Passeriformes). **Anais da E. S. A. “Luiz de Queiroz”**. Vol. 11, 1954.
- MAIA, C. A. A domesticação da história das ciências pelo sistema das ciências. In: Luiz Carlos Soares. (Org.). **Da Revolução Científica à big (business) science: cinco ensaios de história da ciência e da tecnologia**. 1ed. São Paulo / Niterói: Hucitec - UFF, 2001, p. 201-246.
- MAYFIELD, Harold F. Commentary: The amateur in ornithology. Chicago: **The Auk**, Vol.96, 1, 1979, p. 168-171.
- MAYFIELD, Harold F. The amateur: finding a niche in ornithology. Lincoln: **Nebraska Bird Review**, Vol. 59, junho de 1991, p. 38-42.
- MAYR, Ernst. **O que é evolução**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- MORUS. Iwan Rhys. Invisible Technicians, Instrument-makers and Artisans. In: **A Companion to the History of Science**. John Wiley & Sons, Ltd, 2016
- NOMURA, Hitoshi. Olivério Pinto (1896-1981). Personalidades e Instituições. **Ciência e Cultura**. São Paulo: Edição 07, 1984.
- NOMURA, Hitoshi. O grande divulgador Eurico Santos. **Atualidades Ornitológicas**, nº123, p. 4-5, 2005.
- NOMURA, Hitoshi. Alfonso Maria Olalla, coletor de animais. **Atualidades Ornitológicas**, nº144 - julho/agosto 2008.
- OEHSER, Paul H. In memoriam – Alexander Wetmore. **The Auk**, v.97, 1980, p. 608-615.

OLALLA, A. M. As Galerias Zoológicas de Exposição Pública nos Museus de História Natural. **Fauna**, fevereiro/1952.

PATTERSON, Bruce D. Mammals in the Royal Natural History Museum, Stockholm, Collected in Brazil and Bolivia by A. M. Olalla during 1934-1938. **Fieldiana: Field Museum of Natural History, Zoology (New series)**, nº66, 1992.

PINTO, Olivério M. O. Cinquenta anos de investigação ornitológica. **Arquivos de Zoologia Estado de São Paulo**, vol. 4, p.261-340, 1945.

PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das coleções brasileiras, nas décadas de 1930, 40 e 50. In: BIB, **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**: Rio de Janeiro, v. 26, p. 56-89, 1988.

RODRIGUES, Cristina Carneiro. O papel da tradução na pesquisa científica brasileira: primeiros movimentos. **Tradução em Revista (online)**, p. 1-13, 2010.

RODRIGUES, Cristina Carneiro. Brasiliana e Reconquista do Brasil: projetos editoriais de traduções. Editora UFPR (Curitiba): **Revista Letras**, nº85, p. 219-230, jan./jun. 2012.

ROMANI, Jacqueline Pitanguí. O Conselho Nacional de Pesquisas e Institucionalização da Pesquisa Científica no Brasil. In: SCHWARTZMANN, Simon (org.). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**, Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982, p. 135-166.

SÁ, Magali Romero. A ciência, as viagens de coleta e as coleções: a medicina tropical e o inventário da história natural na Primeira República. In: Heizer, Alda & Videira, Antonio Passos (Orgs). **Ciência, Civilização e República nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010, p. 227-244

SANJAD, Nelson. Emílio Goeldi (1859-1917) e a Institucionalização das Ciências Naturais na Amazônia. **Revista Brasileira de Inovação**, v.5, p. 455-477, 2006.

SANJAD, Nelson; OREN, David Conway; SILVA JUNIOR, José de Sousa; HOOGMOED, Marinus Steven; HIGUCHI, Horácio. Documentos para a história do mais antigo jardim zoológico do Brasil: o parque zoobotânico do Museu Goeldi. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, v.7, p.197-204, 2012.

SANTOS, Charles Morphy Dias dos. Os dinossauros de Hennig: sobre a importância do monofiletismo para a sistemática biológica. **Scientiae Studia**: São Paulo, v. 6, n. 2, p. 179-200, 2008.

SILVA, André Felipe Cândido da. **Ciência nos cafezais**: a campanha contra a broca do café em São Paulo (1924-1929). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2006.

SILVA, Maurício Cândido. **Christiano Stockler das Neves e o Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado/Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo): FAU/USP, 2006.

SILVEIRA, Luís Fábio. Personalidade Ornitológica (Olivério Mário de Oliveira Pinto/1896-1981). In: **Boletim da Sociedade Brasileira de Ornitologia**: Brasília, Vol. 7, nº22, junho/2021.

TAUNAY, Affonso de E. In memoriam: Hermann Luederwaldt (13-III-1935). **Revista do Museu Paulista**, Tomo XXI. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

TAUNAY, Affonso de E. João Leonardo de Lima: Naturalista do Museu Paulista (1874-1936). **Revista do Museu Paulista**, Tomo XXI. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

TEIXEIRA, Luiz Antônio. A trajetória do Instituto Butantan: pesquisa e produção de imunobiológicos para a saúde pública. **Revista Brasileira de Inovação**, v.15, p.165-174, 2016.

VERGARA, Moema de Rezende. Ciência e modernidade no Brasil: a constituição de duas vertentes historiográficas da ciência no século XX. **Revista da SBHC**: Rio de Janeiro, Vol.2, nº1, p. 22-31, jan./jun. 2004.

VANZOLINI, Paulo Emílio. Museu de Zoologia. In: **Estudos Avançados**: São Paulo, Vol. 8, nº22, 1994.

ZIMMER, John T. In memoriam – Carl Eduard Hellmayr. **The Auk**, v.61, 1944, p.606-612.

ANEXOS

Anexo 1



Os conhecidos biólogos Helio Camargo, Ernesto Rabello, dr. Lauro Travassos Filho e Carlos Vieira, da direita para esquerda, compareceram ao aeroporto a dar as boas idas aos expedicionários à Serra do Roncador.

Fotografia retirada da revista Fauna (SP), edição setembro/1949, p.39. Membros do Departamento de Zoologia em excursão científica junto ao Instituto Butantan após chegarem na cidade de Goiânia.

Anexo 2

TABELA DE MEDIDAS
(Exemplares do Departamento de Zoologia)
Geranospiza caerulescens gracilis

Ns.	Procedência	♂			♀		
		asa	cauda	tarso	asa	cauda	tarso
8.586	- Miritiba (Maranhão)	286	233	87	—	—	—
* 6.673	- Primeira Cruz (Maranhão)	280	223	84	—	—	—
39.433	- Curema (Paraíba)	294	228	90	—	—	—
*39.434	- Curema (Paraíba)	282	231	87	—	—	—
39.435	- Curema (Paraíba)	273	221	87	—	—	—
39.436	- Curema (Paraíba)	—	—	—	303	228	88
39.437	- Curema (Paraíba)	—	—	—	309	223	94
*13.975	- Rio Jucurucu (Bahia)	—	—	—	299	232	92
8.464	- Pirapora (Minas Gerais)	—	—	—	305	223	95
*24.493	- Baixo Sussui, Rio Doce (Mi- nas Gerais)	271	207	80	—	—	—
* 6.446	- Rio Doce (Espírito Santo)	285	215	83	—	—	—

Geranospiza caerulescens flexipes

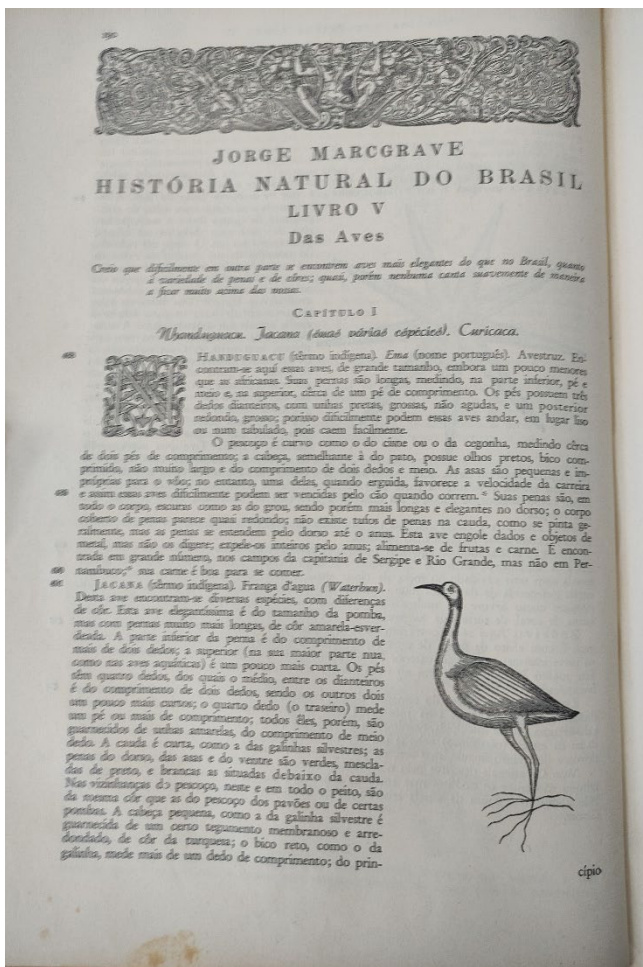
*29.545	- Ubatuba (São Paulo)	—	—	—	314	227	94
14.790	- Jaraguá (Goiás)	—	—	—	335	253	100
15.826	- Barra do São Domingos (Goiás)	—	—	—	325	233	94
34.944	- S. Domingos, Rio das Mortes (Mato Grosso)	—	—	—	322	233	98
30.505	- Cuiabá (Mato Grosso)	—	—	—	329	235	98
29.821	- Palmeiras (Mato Grosso)	310	230	93	—	—	—
*26.058	- Salobra (Mato Grosso)	314	226	92	—	—	—
32.194	- Cervo (Mato Grosso)	305	230	95	—	—	—
30.504	- Corumbá (Mato Grosso)	—	—	—	355	264	100
3.927	- Chaco Bermejo, Salta (Ar- gentina)	334	247	93	—	—	—

Tabela retirada do artigo CAMARGO, E. A.; PINTO, O. M. O. Resultados ornitológicos de quatro recentes expedições do Departamento de Zoologia ao Nordeste do Brasil. Arquivos de Zoologia do Estado de São Paulo, Vol. 11, 1961, p. 15.

Anexo 3

Dr. Olivério Pinto (à direita) e Alfonso Martins Olalla, em pausa nos trabalhos em 1940. Foto: Walter Garbe. Foto e legenda retiradas do artigo: SILVEIRA, Luís Fábio. Personalidade Ornitológica (Olivério Mário de Oliveira Pinto/1896-1981). In: **Boletim da Sociedade Brasileira de Ornitologia**: Brasília, Vol. 7, nº22, junho/2021.

Anexo 4

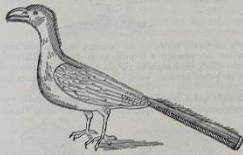


mancha branca, que se estende, no sentido longitudinal, até um dedo e meio. A cauda também é totalmente preta; o resto do corpo é de cor castanha; as pernas archedas; a pupila dos olhos, um pouco escurecida, rodeada de um círculo amarelado. Faz o ninho, no alto das árvores. *Acayé* e de preferência, junto das casas. Estas aves constroem ninhos elegantes, de forma cilíndrica; os quais ficam apenas às extremidades dos galhos, formados por varinhas. Criam como os papagaios pintados.



TOPIUBA ou IAPU (térmo indígena). Aves da mesma forma da precedente que faz o ninho do mesmo modo, tendo a cauda um pouco mais curta. O corpo é coberto de penas muito pretas; no meio de uma e outra asa, acham-se uma mancha amarela do comprimento de um dedo. Na extremidade do dorso e junto do asso, esta ave é amarela (e também algumas totalmente pretas com o dorso de cor de sangue); a parte inferior da cauda, da origem ao meio, é amarela; a outra metade é preta; a parte superior da cauda é preta, tendo de um e outro lado até o meio uma pena amarela. As pernas e os pés são pretos; o bico é de cor salifera; os olhos da cor da safira com a pupila preta; a língua de cor cerúlea é bifurcada ou duplicada, na parte anterior. Junto a casa do senhor de engenho *Tapacari* acham-se uma leveira. *Uti*, da qual pendem mais de quatrocentos ninhos destas aves, que ali vivem em número muito grande e costumam ter filhotes três vezes por ano. O ninho, de cor fúscula e formado de abóbora com penoso, é feito de capim alco e pelos de cavalo. Seu comprimento total é de pé e meio; da parte inferior até à altura de um pé é oco como uma bola e a parte superior restante é compacta e permanece dependurada da extremidade de um galho. Todos os ninhos ficam pendentes das extremidades dos ramos mais finos.

SAYACU (térmo indígena). Aves do tamanho do tentilhão com o corpo coberto de penas de cor mesclada de cinzento e verde-mar. Nas asas e no dorso, o verde-mar é de tal sorte, que se produz um brilho, quando recebe os raios do sol; o biquinho desta ave, bem como os olhos, é inteiramente preto.



ANI (térmo indígena). Aves do tamanho do tordo, inteiramente preta, nas penas, bico, olhos e pés. Tem a cauda levantada com seis dedos de comprimento, o bico é alto, largo, do comprimento de um dedo ou um pouco mais, sendo a parte inferior quasi reta, e a superior alta, larga, da figura semilunar e fina, de modo a formar uma espécie de lâmina. As pernas e os pés são bem finos e neles há quatro dedos, dois dianteiros e dois traseiros, como os papagaios. Clama com alta voz *yizi*, com um só tom, um pouco mais elevado no meio do canto. São abundantes nas matas, mas inúteis para alimento.

GUIRA GUAINUMBI (térmo dos indígenas tupinambá). Aves aparentemente do tamanho da pomba por causa da abundância de penas, mas não excede o tamanho do tordo. A cabeça é um pouco maior que a do tordo; o bico é preto, do comprimento de dois dedos mais ou menos, sendo a parte superior um pouco mais longa que a inferior. A parte superior do bico, bem como a inferior é ta hada à semelhança de uma serra, servindo assim de dentes. As penas são pretas, curtas e não excedem muito a um dedo; os pés têm três dedos, um para trás e três para a frente, mas



uirangema.
otovia, tendo o canto de cor vermelha carrega



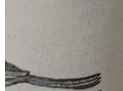
parecem ser totalmente opostos como em certas

ramente de penas cinza e na parte inferior das pernas, como o bico, os dois pés são quatro, e as asas curtas; perito curvo e preto, do

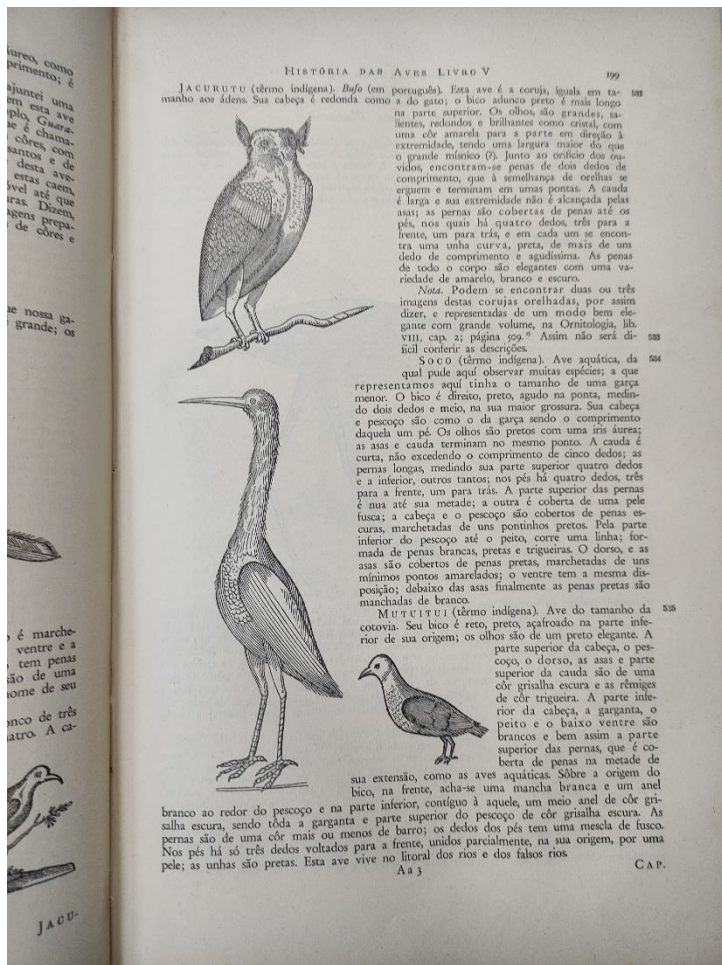


no tamanho e figura, fúsculo e manchas da

verde-mar. Esta ave é



mancha



Fotografias da obra de Georg Marcgrave, “História Natural do Brasil”, em edição publicada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1942.

